

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**BACHARELADO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

# **Separatismo e Hipótese de Guerra Local na Bolívia:**

**Possíveis Implicações para o Brasil**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK**

**Fernando Dall'Onder Sebben**

**Porto Alegre, novembro de 2007**

## **Sumário**

<b>Sumário</b>	<b>1</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>2</b>
<b>Introdução</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo 1 – Movimento separatista na Bolívia: Impactos Regionais</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo 2 – Retrospecto Histórico e Interações Possíveis</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo 3 – Balanço Militar, Cenários e Implicações Para o Brasil</b>	<b>35</b>
<b>Conclusão</b>	<b>83</b>
<b>Anexos</b>	<b>91</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>93</b>

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha mãe. Foi ela que, além de todo amor de mãe, desde cedo apoiou meus estudos e deu-me todo incentivo para aprender e crescer.

Minha namorada, Ana Paula Almeida Menezes, teve paciência, amor e carinho – especialmente nos difíceis momentos finais da redação do trabalho.

Minha irmã, meu cunhado, meu pai e toda minha família deram-me o apoio necessário a realizar esta empreitada. Não menos importante é a própria universidade: se as funções básicas maternas consistem em dar educação e subsistência, então posso dizer que a UFRGS é minha segunda mãe.

Devo agradecer também a quem, ao longo desses quatro anos, não só representou meu maior aprendizado em Relações Internacionais mas também, de alguma forma, ensinou-me lições para a vida. São eles: Luis Fernando Barzotto, com quem aprendi Filosofia; Martha Lucía Olivar Jimenez, que me ensinou as lições do Direito e me “aturou” como bolsista por 3 anos; André Marengo e Carlos Arturi, os responsáveis pelos primeiros ensinamentos de Ciência Política; José Hildebrando Dacanal, responsável por boa parte de meu conhecimento em Redação; Sergio Marley Modesto Monteiro, que me ensinou Economia e com quem compartilhei os títulos do Internacional em 2006; Marco Aurélio Chaves Cepik, meu orientador e mestre na arte de pensar e de pesquisar com rigor e excelência; José Miguel Quedi Martins, professor e mais do que isso, grande amigo, que tornou este trabalho realizável.

Não posso nomear todos, mas queria deixar um especial agradecimento aos colegas e amigos. Foram eles que enriqueceram minha capacidade crítica e com quem compartilhei ótimos momentos. Meu obrigado a Ângela Giordani, Gustavo Dullius, Pedro Blanco, Manuela Mauler, Lorenzo de Aguiar Peres, João Paulo Curia Pereira, Marcelo Fonseca, Bibiana Camargo, Luiza Galiuzzi Schneider, Rodrigo Bertoglio Cardoso e Luiz Alfredo Mello Vieira. Também merecem agradecimento especial Fabrício Schiavo Avila, Lucas Kerr de Oliveira e Daniel Lopes Bretas.

## Introdução

Algumas correntes de teoria das Relações Internacionais – especialmente a idealista – observam na realidade atual um mundo em que predominam livre-comércio, instituições multilaterais, interdependência e cooperação. Façamos um exercício e consideramos que sua análise está 100% correta. Destarte, uma questão imediatamente impor-se-ia: por que, no século XXI, estudar a guerra?

A esta e a outras perguntas pretendemos responder neste trabalho. Pretendemos demonstrar os perigos de, em meio à “mundialização”, ameaças também se globalizarem. Em uma de suas idéias mais conhecidas, Clausewitz afirmara: “(...) a guerra não é outra coisa senão a continuação da política de Estado por outros meios”<sup>1</sup>. Ora, parece razoável supor, a partir desta premissa, que enquanto houver política haverá guerra. Enquanto houver, por exemplo, a possibilidade de disputas por recursos econômicos ou em torno de identidades, a possibilidade de guerra – e as formas de evitá-la – deverão constituir objeto de estudo.

Tal preocupação adquire relevância quando se constata a possibilidade de uma guerra na América do Sul, capaz de, por conter o potencial de multiplicar conflitos regionais, tornar a integração sul-americana inviável. Ademais, este elemento de inquietação se encontra perto das fronteiras brasileiras: trata-se do movimento separatista na Bolívia, objeto de estudo do presente trabalho. Nesse sentido, estudaremos o separatismo e suas alterações na percepção de ameaça e na segurança da América do Sul (Capítulo 1). A seguir, faremos um breve retrospecto do movimento e o analisaremos a luz de recurso teóricos e metodológicos (Capítulo 2). Finalmente, elaboraremos os possíveis cenários de conflito e suas repercussões para a segurança e o desenvolvimento brasileiros, decorrências diretas de nossa hipótese central, a saber, de que o separatismo traz implicações ao Brasil (Capítulo 3).

Dado o potencial risco de guerra, estudar o movimento separatista e a possibilidade de secessão na Bolívia torna-se imperativo. Para o Brasil, tentaremos prospectar quais os cenários mais prováveis e qual nossa sugestão (o “melhor cenário”) diante de um eventual conflito; verificaremos a relevância da modernização do exército brasileiro, a qual deve ter como função precípua a projeção de uma força de dissuasão regional. Na prática, trata-se de obter os meios a fim de combater o narcotráfico e o terrorismo, além de proteger o território

---

<sup>1</sup> **CLAUSEWITZ**, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003: p. XCI. Ed. Martins Fontes.

nacional. Já na gestão do Barão do Rio Branco ficava clara a percepção de que a falta de poder militar politicamente enfraquecera o Brasil<sup>2</sup>.

Reconhecemos que, em questões de política externa relativas à Bolívia, o Brasil sempre usou de meios pacíficos e diplomáticos. Foi assim, entre outros, no episódio em que a região de Chiquitos quis se incorporar ao Brasil, na Questão do Acre, na mediação da Guerra do Chaco e, mais recentemente, na nacionalização do setor de hidrocarbonetos por parte do governo Evo Morales.

Contudo, este trabalho pretende avaliar que formulações de política pública e diplomacia melhor se enquadram ao movimento separatista da Bolívia. Neste sentido, é válida a contribuição de Edward Carr, nem realismo nem idealismo<sup>3</sup>; tampouco somente instituições ou somente a força na função de dirimir as controvérsias entre os Estados.

Não obstante, em especial para o caso do Brasil, o filósofo e matemático Pascal nos deixa uma importante mensagem sobre a importância da força para a formulação da diplomacia: “A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica. (...) É preciso, pois, colocar juntas a justiça e a força e, para isso, fazer com que aquilo que é justo seja forte ou o que é forte seja justo”<sup>4</sup>. Destarte, uma vez que o Brasil já possui um corpo diplomático altamente qualificado, resta reafirmar seu poder de dissuasão – a importância da *força*, à luz do pensamento de Pascal – a fim de permitir que o justo seja também forte.

---

<sup>2</sup> MARES, David. *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America* (New York: Columbia University Press, 2001), p. 125.

<sup>3</sup> “Toda ação humana sadia, e portanto todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade”. (...) “O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade”. CARR, Edward, *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ed UnB, 1980 pp 22-23.

<sup>4</sup> PASCAL, Blaise. Pensamentos. In: PARRAZ, Ivonil. *O disfarce da força*. Kriterion, Belo Horizonte, v. 47, n. 114, 2006.

## Capítulo 1 – Movimento separatista na Bolívia: Impactos Regionais

*“Seja onde for que vivamos em uma sociedade urbanizada, encontramos estrangeiros: homens e mulheres desenraizados que nos trazem à lembrança a fragilidade ou o murchar de nossas próprias raízes familiares”.*

Eric J. Hobsbawm, *Nações e nacionalismos desde 1870*, p.199.

A Bolívia é um país perpassado por várias clivagens que, todavia, nem sempre se sobrepõem. Este é o caso das divisões étnicas, culturais, lingüísticas, de renda e da distribuição de recursos naturais, que dividem o país. Contudo, no sul e no leste da Bolívia, todas estas diferenças somaram-se para produção de um único conflito: o separatismo. A região conhecida como Meia Lua é formada pelos departamentos de Santa Cruz, Pando, Beni e Tarija. Caso seja concedido o território pretendido pela Nação Camba<sup>5</sup> – o movimento separatista mais radical – sua superfície excederia mais da metade da área do atual Estado boliviano. O centro político do separatismo é o departamento de Santa Cruz de La Sierra, mas também inclui Tarija, de onde vem 90% do gás enviado ao Brasil<sup>6</sup>. O gás adquiriu especial importância para a matriz energética brasileira, a qual contribuiu para diversificar. Na última década, fortaleceu-se a parceria bilateral com a Bolívia, o que resultou na criação da Petrobrás Bolívia (1995) e na construção do gasoduto Brasil-Bolívia (1997-2000) – de importância estratégica fundamental para o Brasil.

Na Figura 1, a seguir, está representado um mapa que indica a localização dos departamentos que compõem a Meia Lua e que desejam autonomia.

---

<sup>5</sup> O lema do movimento é “Pátria ou Morte”. Site oficial: <[www.nacioncamba.net](http://www.nacioncamba.net)> (Acesso em: 14/10/2007)

<sup>6</sup> Conforme o jornal O Globo de 29 Abril 2007. Cf. VALENTE, Leonardo. *Asfixia Energética Tensão na América do Sul: Separatistas se armam na Bolívia: Grupo que exige autonomia para região rica do país tem milícias com 12 mil homens 'Ou mais autonomia, ou independência'* <[http://www.defesanet.com.br/zz/al\\_bol\\_br\\_7.htm](http://www.defesanet.com.br/zz/al_bol_br_7.htm)> (Acesso em: 15/05/2007)

**Figura 1: Referendo pela Autonomia na Bolívia**



Fonte: IBAIBARRIAGA, Mercedes. Periódico EIMundo .Matéria de 03/07/2006 <<http://www.elmundo.es/elmundo/2006/07/03/internacional/1151884004.html>> ( 18/09/2007)

Na Figura 2, reproduzimos o mapa da Nação Camba, fornecido por seu site oficial.<sup>7</sup> Note-se que o Movimento inclui os Estados brasileiros de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia. Embora os considere apenas “regiões afins”, tal atitude não deixa de afetar diretamente a soberania brasileira.

O site desta facção radical apresenta aquilo que considera como seu movimento de vanguarda: os “*querembas*”. O grupo os caracteriza como “grupos organizados funcional e territorialmente [que] têm por objetivo servir de apoio humano a qualquer ação que signifique a sagrada defesa da pátria Camba”<sup>8</sup>. Há, ainda, as chamadas “brigadas juvenis”, que teriam como missão difundir a identidade Camba e promover a consciência social, ambiental e política do grupo<sup>9</sup>, além de outros objetivos de caráter mais amplo, incluindo a participação

<sup>7</sup> Ver o site oficial <<http://www.nacioncamba.net/extras/mapa%20nacion%20camba.htm>> (Acesso em: 15/10/2007)

<sup>8</sup> No original: “*cuerpos organizados funcional y territorialmente y tienen por objetivo el de servir de apoyo humano a cualquier acción que signifique la sagrada defensa de la patria Camba*”. Fonte: <[http://www.nacioncamba.net/documentos/los\\_querembas.htm](http://www.nacioncamba.net/documentos/los_querembas.htm)> (Acesso em: 15/10/2007)

<sup>9</sup> Cf. página das Brigadas Juvenis em: <[http://www.nacioncamba.net/documentos/brigadas\\_juveniles.htm](http://www.nacioncamba.net/documentos/brigadas_juveniles.htm)> (15/10/2007)

em manifestações públicas<sup>10</sup> com milhares de pessoas nas ruas das principais cidades da Meia Lua.

**Figura 2**



Fonte:

<<http://www.nacioncamba.net/extras/mapa%20nacion%20camba.htm> (15/10/2007)>

Na Bolívia a identidade nacional é associada comumente ao indígena e aos Andes, perspectiva rejeitada pela Meia Lua, onde há predominância do elemento hispânico. A região é dotada de riquezas naturais, relacionadas com a extração e produção de hidrocarbonetos, o que eleva consideravelmente o PIB local em relação à média nacional. Maior produção, maior arrecadação de impostos, novo motivo de insatisfação local: os separatistas se insurgem frente ao que consideram ser uma lesão aos seus legítimos direitos, dispor sobre o uso do produto dos impostos coletados na região.

<sup>10</sup>Ver fotos deste tipo de protesto ocorrido em 2003 e 2004, disponíveis em: <<http://www.nacioncamba.net/MANIFESTACIONES/index.htm>> (Acesso em: 15/10/2007)

Antes de avançarmos na descrição do movimento separatista, faz-se necessário que analisemos um dos principais argumentos da Nação Camba, a saber, a idéia de historicamente não pertencer à nação boliviana. Não obstante, é preciso notar que o conceito de nação é erigido artificialmente. Seu sujeito principal é uma elite – política, cultural ou econômica. O critério de abrangência da nação é moldado de acordo com os interesses dessa elite; a composição étnica e lingüística são elementos secundários<sup>11</sup>, quando não apenas justificativas vazias. Etnia e idioma certamente contribuem para a aproximação ou afastamento de grupos sociais; entretanto, de forma alguma constituem critérios decisivos. Hobsbawm afirma: “a homogeneidade étnico-raciais da própria nacionalidade é dada como garantida, uma vez afirmada – o que nem sempre acontece – mesmo que a inspeção mais superficial possa dela duvidar” (HOBSBAWM, 1991:81). Mais adiante, o autor assevera: “o apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito”. (HOBSBAWM, 1991:195)

Os movimentos nacionalistas do fim do século XX são tipicamente separatistas, como demonstra a tentativa da região de Biafra, na Nigéria, a mais rica em petróleo, de tentar obter sua emancipação – o que acabou resultando em uma violenta guerra civil. Trata-se de uma espécie de “egoísmo da riqueza”: a região mais rica invoca tudo que possui de deferente em relação aos territórios mais pobres e passa a reivindicar sua separação do restante do país. Além disso, o argumento de nação serve para aumentar a coesão do grupo social – especialmente, da elite – que se beneficiaria da exploração dessa riqueza. “O nacionalismo, por definição, exclui de seu campo de ação todos aqueles que não pertencem à sua própria nação, ou seja, a ampla maioria da raça humana” (HOBSBAWM, 1991: 201).

Não obstante, mais do que um mero enfrentamento entre duas regiões do país, de traços culturais e políticos distintos, ou entre as províncias e o governo central, que são disputas relativamente comuns na história sul americana, o conflito boliviano traz uma gama de elementos novos. Reflete uma divisão entre os projetos de integração das Américas, representados pela ALCA<sup>12</sup> e pela ALBA<sup>13</sup>. Deste modo, para além da perspectiva nacional, projeta-se também como parte de um conflito maior, de corte ideológico, entre liberais e

---

<sup>11</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp 78-80.

<sup>12</sup> ALCA — Área de Livre Comércio das Américas. Projeto comercial que pretende integrar a América. É liderado pelos EUA.

<sup>13</sup> ALBA — Alternativa Bolivariana para as Américas. Projeto de integração inspirado nas idéias de Simón Bolívar. Politicamente à esquerda, é composto por Venezuela, Cuba, Nicarágua e Bolívia Cf. <<http://www.alternativabolivariana.org/>>. (Acesso em: 18/09/2007)

bolivarianos cuja única solução, paradoxalmente, pode ser uma síntese entre ambos, materializada na visão brasileira de integração sul-americana.

A estes aspectos, associam-se os velhos problemas da agenda de segurança andina, tais como o litígio territorial entre a Bolívia e o Chile. O governo Evo Morales atualizou a postulação histórica de seu país de que lhe seja devolvido acesso ao mar. Ao contrário de seus predecessores, Evo tem posto em prática aspectos da Constituição boliviana que antes eram relevados. Estes são os casos da água e também do petróleo, em que, inclusive, neste último, o governo não recuou de um confronto com seu aliado brasileiro para efetivar o previsto na lei: a nacionalização dos hidrocarbonetos. O governo Morales assegura que pretende obter seu território de volta por meios exclusivamente pacíficos (o que, no entanto, foi posto em xeque após a conduta de Evo Morales no caso da ocupação das refinarias pelo exército). A atitude do governo boliviano frente à questão do petróleo atualizou as percepções de ameaça do Chile pelo que entende ser um caso de revanchismo da Bolívia (e do Peru também) em relação ao que considera ser um direito chileno de conquista: a ampliação do litoral. De todo modo, o Chile teme por territórios que julga serem seus e vê como uma ameaça à sua soberania as declarações de chefe de Estado estrangeiro (Evo) de que pretende desmembrar parte de seu território. A possibilidade de que este processo se desenvolva de forma violenta, é vista pelos militares chilenos como uma grande ameaça à soberania nacional. Deste modo, a moderação do governo Bachelet também é percebida com receio pelos militares chilenos. Devido a este fato é que os chilenos apóiam o grupo separatista boliviano mais radical, o “Nação Camba”, que também recebe treinamento dos AUCs<sup>14</sup> colombianos<sup>15</sup>.

Com isto, desenha-se o perfil das alianças chilenas no continente. A aproximação do Chile com a Colômbia é, em parte, resultado de seu isolamento perante seus vizinhos, com os quais tem litígios territoriais. Acrescente-se a isto a proximidade entre chilenos e americanos.

---

<sup>14</sup> **AUC** — Autodefesas Unidas da Colômbia. Grupo paramilitar colombiano que, sob o pretexto de auxiliar o governo na guerra civil, mantém estreita relação com os produtores de cocaína. Aparece na lista do Departamento de Estado norte-americano classificado como organização terrorista. Em tese foi “desmobilizado” como parte dos acordos do governo com a guerrilha. Todavia, o ritmo da desmobilização é lento (na própria Colômbia), e, como veremos adiante no texto, acredita-se haja de 5 a 15mil AUC’s na Meia Lua boliviana

<sup>15</sup> Cf. **BANDEIRA**, Moniz (2007) *Bolívia y Petrobrás*. La Onda Digital, 15/05/2007, em: <<http://www.laondadigital.com/LaOnda/LaOnda/338/A6.htm>> (última acesso em 07/11/2007) e artigo do mesmo autor na Folha de SP em 15/07/2007, sob o título “*A balcanização da Bolívia*”, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1507200710.htm>> (acesso em 20/07/2007). Ainda a respeito da presença das AUCs e do apoio aos separatistas, ver denúncia feita por Leonardo Valente no Jornal O Globo de Abril de 2007 a respeito em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2007/04/28/295556845.asp>> (acesso em: Abril de 2007)

Como se sabe, o Chile foi um dos primeiros países a firmar acordo de livre comércio com os EUA após a onda de democratizações na América do Sul. Esta aproximação poderia ser explicada como uma resposta àquela entre Argentina e Brasil para a criação do Mercosul e da atual Unasul<sup>16</sup>. Mas o argumento é fraco: reiteradas vezes o Chile foi convidado a participar do Mercosul do qual se tornou membro associado, para então assinar acordo de livre comércio com os EUA. Na realidade, a parceria com os norte-americanos é mais antiga. Ainda na época do regime militar, o Chile foi o primeiro a aplicar o Consenso de Washington, indo, em plena ditadura, pelo caminho do liberalismo econômico. Durante a Guerra das Malvinas os radares chilenos forneciam dados à frota inglesa<sup>17</sup>, de modo que, quando os argentinos realizavam incursões, eram interceptados. Nas ocasiões em que faltou este suporte chileno, os argentinos tiveram resultados consideráveis. Além disto, o Chile mobilizou durante a guerra suas unidades militares de modo a criar a expectativa de um ataque; por isso, expressivas forças argentinas ficaram de reserva, sem poderem participar do teatro de operações das Malvinas.

Vale lembrar que o Chile vem apresentando uma demanda crescente por gás: em 1996, o gás representava 8% do consumo de energia; em 2005, esse percentual passou para 26%.<sup>18</sup>. A partir da crise de energia elétrica em 1998 o país passou a ampliar a presença do gás na sua matriz energética e atualmente pretende ampliar suas importações de gás natural, inclusive com a construção de dois grandes terminais de GNL (Gás Natural Liquefeito)<sup>19</sup>. Assim como Brasil e Argentina, o país também tem enfrentando grandes dificuldades em evitar novas crises energéticas. Nesse sentido, o fornecimento de gás natural, que atualmente é feito por intermédio da Argentina, seria muito mais confiável se realizado por um aliado íntimo, tal como seria o Estado Camba.

---

<sup>16</sup> UNASUL — A Unasul, União de Nações Sul-Americanas, corresponde à antiga Comunidade Sul-Americana de Nações, a CASA, que teve seu nome alterado em abril de 2004.

<sup>17</sup> Conforme entrevista do General da Força Aérea Chilena, Fernando Matthei Aubel, publicada no jornal La Tercera e disponível em <<http://www.geocities.com/chilenationalist/Matthei-Aubel.html>> (15/05/2007).

<sup>18</sup> Os dados são de ALEXANDRE, C. e PINHEIRO, F. *Além do Fato: Integração energética sul-americana*, JBONLINE, 18 de julho de 2005. <<http://www.defesnet.com.br/energia/mercoenergia.htm>> (Acesso em: 15/10/2007).

<sup>19</sup> Cf. DANTAS, Luis O. (2007) *Chile conta com GNL para resolver crise de abastecimento*. GASNET, em Julho de 2007. Disponível em: <[http://www.gasnet.com.br/novo\\_artigos.asp?cod=1236&tipo=gnl](http://www.gasnet.com.br/novo_artigos.asp?cod=1236&tipo=gnl)> (acesso em 16/10/2007)

O Chile fez uma transição inconclusa para o regime democrático. Seus militares ainda possuem enorme grau de autonomia. A Lei Reservada do Cobre<sup>20</sup> é apenas o exemplo mais saliente, pois coloca o continente diante da possibilidade de uma carreira armamentista. O recente confisco de ativos espanhóis da companhia petrolífera Repsol- YPF por Evo Morales, presidente da Bolívia, aproxima as perspectivas de militares chilenos e de empresários espanhóis, que até então viviam em uma situação desconfortável em virtude da prisão de Pinochet na Espanha. Evo tem multiplicado inimigos e desagradado aliados, o que naturalmente repercute nas atitudes externas frente à sua atual crise interna boliviana e nos próprios cálculos dos separatistas que passam a contar com a possibilidade de receberem amplo apoio internacional.

Segundo o jornal brasileiro O Globo<sup>21</sup>, existem na região da Meia Lua pelo menos doze mil homens prontos para dar consecução à secessão. Muitos deles seriam AUC's, desmobilizados em seu país de origem, que estariam dando assistência para seus parceiros bolivianos livrarem-se do bolivarismo. É exatamente esta presença que coloca a Venezuela na região. Trata-se de uma reação ao envolvimento crescente de AUCs na Bolívia, visto pelos venezuelanos como uma ação encoberta do governo Colombiano de Álvaro Uribe, aliado dos EUA e rival de Chávez. Em virtude disso, o governo venezuelano efetivou um acordo de defesa mútua com a Bolívia<sup>22</sup>. O tratado tem se traduzido em múltiplas ofertas de ajuda militar da Venezuela aos bolivianos. Deste modo, na América do Sul formaram-se e estão em consolidação dois campos hostis: de um lado; Chile e Colômbia; de outro; Venezuela e Bolívia.

A presença simultânea, da Colômbia e do Chile, no processo de secessão boliviana uniu em uma mesma hipótese de guerra distintos teatros de operações do continente: o da Amazônia e dos Andes. A crise boliviana une as recorrentes crises ocorridas entre o Chile com Peru e Bolívia nos Andes e os litígios entre Colômbia e Venezuela na Amazônia. Separa,

---

<sup>20</sup> Lei Reservada do Cobre — criada na década de 50 e amplificada e mantida por Pinochet na Constituição de 1989. MARREIRO, Flávia. *Bachelet quer tirar verba milionária de militares chilenos*, Folha de São Paulo, 15 de abril de 2007. <[http://www.defesanet.com.br/zz/al\\_ch\\_arms\\_1.htm](http://www.defesanet.com.br/zz/al_ch_arms_1.htm)>. (Acesso em: 04/09/2007). Por esta lei, 10% das receitas advindas da exportação do cobre devem obrigatoriamente ser empregadas na aquisição de equipamentos militares. Seus recursos não podem ser usados para outros gastos militares, como pessoal ou custeio, somente para compra de armas.

<sup>21</sup> VALENTE, L. *ibidem*.

<sup>22</sup> O acordo prevê, entre outros, a “complementação das capacidades de defesa de cada país”. Estabelece, ainda, a cooperação militar em várias áreas, tais como gestão de crises e apoio à paz, operações humanitárias. O documento original está disponível em <[http://www.defesanet.com.br/y/acuerdo\\_militar.pdf](http://www.defesanet.com.br/y/acuerdo_militar.pdf)> (Acesso em: 04/09/2007)

ao mesmo tempo, a América hispânica em dois campos ideológicos nitidamente delimitados, o liberal e o bolivariano. Por isso, é que a crise no sul da Bolívia tem um considerável potencial desestabilizador também sobre o Equador e o Peru.

Até a pouco, o Equador era uma das poucas economias dolarizadas do continente sul-americano. Devido ao processo de crise social introduzido pelo dólar, o Equador elegeu um presidente de centro-esquerda, que pretende modificar a órbita em torno da qual se encontra o país. Lá se encontra a maior base norte-americana do continente, a de Manta, um poderoso elo logístico para qualquer projeção de força ao sul. A desestabilização do governo do Equador parece providencial à manutenção desta cadeia logística.

No Peru, pelo contrário, houve uma vitória liberal. Juntamente com o Chile, são os únicos países sul-americanos membros da APEC<sup>23</sup>. Mas o país ressentido tanto do apoio norte-americano dado ao Equador na Guerra do Cenepa quanto de sua aliança com Chile. Assim, o presidente eleito do Peru se verá diante de grandes dificuldades frente ao separatismo boliviano. Os peruanos dificilmente aceitarão neutralidade de seu governo contra o tradicional inimigo (o Chile), mesmo que este não desponte diretamente como agressor. Ademais, o triunfo da causa separatista na Bolívia criaria uma nova frente do Chile com o Peru; a perspectiva da manobra de envolvimento que daí advém dificilmente passará despercebida pelos militares peruanos.

No Peru as eleições presidenciais apresentavam-se inicialmente como um plebiscito sobre distintos modelos: o de Chávez e o do Chile. Todavia, na última hora o atual presidente apontou o Brasil como sua verdadeira referência. Para muitos analistas, isto foi o que lhe assegurou a vitória. De fato, o exemplo peruano mostra o apelo popular que possuem tanto o governo brasileiro como a diplomacia da Unasul, que se afiguram como alternativas aos extremos em que se debate o continente.

Do exposto, podemos concluir que o separatismo boliviano traz um grave desafio à integração sul-americana, pois atua como um pólo multiplicador dos litígios já existentes na

---

<sup>23</sup>Em inglês, “*Asia-Pacific Economic Cooperation*”. Foro da Cooperação Econômica Ásia Pacífico – Área de comércio que engloba inúmeros países da região que lhe dá nome, tais como EUA, Japão, China e Rússia. Nos últimos encontros da APEC, representantes de Chile e Peru lançaram a iniciativa do Arco do Pacífico Latino-Americano. Embora lançado a pouco tempo, o projeto se coloca como contrapartida ao liderado por Chávez – a ALBA. Ademais, filia-se à própria APEC e destaca a importância da abertura comercial e de investimentos. A posição da diplomacia brasileira em relação ao Arco foi crítica; o Chanceler Celso Amorim reafirmou a necessidade de formar um “grande círculo americano”, unindo tanto as economias voltadas para o Pacífico quanto aquelas mais ligadas ao Atlântico. <[http://www.mre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=94&Itemid=64](http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=94&Itemid=64)> (Acesso em: 18/10/2007).

região. Devido à exacerbação das tensões entre bolivarianos e liberais, o conflito já afeta diretamente um dos princípios da política externa brasileira dos últimos anos: a integração na América do Sul. Em termos de relevância social, a Constituição Federal vigente, de 1988, prevê expressamente a busca da integração entre os povos da América Latina (artigo 4º, parágrafo único). A integração é, portanto, uma política de Estado, ultrapassa projetos de qualquer governo. Estudar óbices e condicionantes da integração – como o conflito boliviano – empresta relevância social ao presente trabalho. O nascimento de um Estado influenciado pela extrema-direita chilena e militarmente treinado pelos AUC's (oficialmente considerados como terroristas pelos EUA) é, no mínimo, preocupante.

Não obstante, é a dimensão do desafio que fornece, igualmente, a medida da oportunidade: a construção de uma força militar multinacional sul-americana e de um complexo militar industrial comum aos países da América do Sul, que auxiliem a promoção do desenvolvimento sustentado, da estabilidade e da paz, aspectos que serão posteriormente abordados.

### **Estudo de Caso sobre o Movimento Separatista**

O objetivo geral deste trabalho é analisar o conflito interno boliviano e suas repercussões para o Brasil, com especial ênfase na integração sul-americana. A pergunta principal que a dissertação procura responder é a seguinte: o processo de secessão na Bolívia traz implicações ao Brasil? Para tanto, feitas as considerações iniciais, primeiramente iremos explicar o instrumental teórico e metodológico que orienta este trabalho. Em seguida, faremos um breve retrospecto de alguns dos principais momentos da política externa boliviana no que tange à configuração de suas fronteiras. Por fim, apresentaremos as conclusões e os desafios e estratégias que se colocam para a formulação de políticas públicas no Brasil.

Além do objetivo geral aludido, pretende-se especificamente prospectar as hipóteses de guerra, seus cenários e teatros de operações. O trabalho filia-se, portanto, à área de Estudos Estratégicos. Essa prospecção permite uma análise das conseqüências de engajamento em cada teatro e cenário para o Brasil, o que, por sua vez, contribui para a formulação da diplomacia e da política de defesa brasileira. Domício Proença Júnior afirma:

Toda a estrutura militar existe para que a força possa ser empregada com eficácia e eficiência no momento e para os propósitos da direção política do Estado. O governo é quem decide **quando lutar, quando não lutar** e quando parar de lutar. Por isso, necessita obter de suas forças armadas informações, **diagnósticos, prognósticos**, requisitos, desempenho, resultados e obediência adequados <sup>24</sup>. [grifos nossos]

Partimos do pressuposto de que há relação direta de causalidade entre o movimento separatista e a segurança e o desenvolvimento brasileiros. Assim, o movimento separatista (Variável Independente) traz prejuízos a segurança e desenvolvimento do Brasil (Variável Dependente); por outro lado, as iniciativas brasileiras na segurança regional afetam o separatismo: países em conjunto podem unir-se para mediar e estabelecer a paz na região. Há, todavia, uma Variável Interveniente, ou seja, um fenômeno que é causado pela VI mas também causa a VD. (VAN EVERA, 2002). No presente trabalho, essa variável equivale à forma de resolução do conflito, ou seja, qual será o resultado das negociações políticas na Bolívia (sucesso ou fracasso). A partir do nível de conflituosidade e da múltipla interação entre os atores, que será posteriormente analisada, elaboraremos cenários de guerra.

Há, ainda, uma Condição Variável: um coeficiente que altera toda a realidade, multiplicando todas as variáveis: a participação ou não de outros Estados ou forças paramilitares.

Em síntese, temos o seguinte quadro:

---

<sup>24</sup> **PROENÇA JUNIOR, D. .** *Prioridades para as Forças Armadas: uma visão do “dever-ser” acadêmico*. In: Domicio Proença Júnior. (Org.). Indústria Bélica Brasileira: Ensaios. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos / Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1994, v., p. 31

VARIÁVEIS	DEFINIÇÃO	NO TRABALHO
Variável Independente	Causa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O movimento separatista</li> </ul>
Variável Dependente	O que será estudado	Efeitos sobre a segurança e o desenvolvimento brasileiros.
Variável Interveniente	Influi no impacto da variável independente (causa) na dependente (objeto do estudo).	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Forma de resolução do conflito <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nível-1: Políticas Fiscais e Tributárias</li> <li>▪ Nível-2: Ordenamento Constitucional</li> <li>▪ Nível -3: Guerra: <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Guerra Sub-Estatal</li> <li>➤ Guerra Local</li> <li>➤ Guerra Regional</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>
Condição Variável	Coeficiente que altera toda a realidade, multiplicando todas as variáveis	Participação de outros Estados ou forças paramilitares

Como exemplo de alteração na condição variável (papel de terceiros) temos o alinhamento político argentino. Caso Argentina e Brasil adotem posicionamentos firmes contra movimentos separatistas na América do Sul, há um efeito na própria variável independente (separatismo), uma vez que a oposição dos principais países da América do Sul diminui consideravelmente as chances de reconhecimento diplomático externo de um novo Estado. Neste caso, a variável interveniente (forma de resolução do conflito) mais provável fica localizada no primeiro nível – das políticas fiscais e tributárias – que, nesta condição variável, tornam-se suficientes para dar conta do conflito.

Caso o alinhamento argentino se dê com o Chile, a alteração na condição variável se traduz sobre todas as demais variáveis. A expectativa de reconhecimento intensifica, na variável dependente, o processo de secessão, o que pelas razões aludidas multiplica seus efeitos sobre o Brasil (variável dependente) e altera a variável interveniente para o nível 2 ou 3. Neste caso, a variável interveniente ficaria colocada em algum ponto entre um reordenamento constitucional (Estado binacional) ou a secessão pura e simples.

No caso de uma variável interveniente de nível 3, temos três possibilidades: guerra sub-estatal, local ou regional. Mais uma vez, a definição de cada subnível é a condição variável que vai definir a intensidade da guerra. O apoio diplomático chileno e argentino pode ser suficiente para uma guerra no âmbito sub-estatal, travada entre forças do governo e

separatistas. Não é condição necessária, todavia, para a eclosão de uma guerra local (a participação de outros Estados soberanos). Mais uma vez, uma alteração na condição variável, como, por exemplo, a descoberta de assessores militares chilenos ou colombianos, pode acarretar, como contrapartida, uma intervenção da Venezuela. Esta seria a materialização de uma hipótese de guerra local. Caso o Chile responda à intervenção da Venezuela com um ataque direto à Bolívia, deslocando o eixo geográfico da guerra da zona separatista para o litoral do Pacífico, temos então uma guerra regional.

Não obstante, o que importa é que cada alteração traduza claramente uma resposta diferente, não se podendo ter a mesma resposta para distintas alterações. Esta distinção lógica e analítica clara é o que permite a construção da modelagem formal e da simulação que orienta a formulação de políticas públicas, graças à prospecção dos prováveis impactos do processo de secessão para o nosso país (variável dependente).

Assim, reiteramos que o trabalho objetiva, basicamente, responder ao desafio de elucidar analiticamente diversas causalidades que se inter-relacionam reciprocamente e se sobrepõem. Faz isso ao atribuir um sentido lógico e unívoco a estas múltiplas interações, de tal sorte que o resultado traduza claramente, na variável dependente (efeitos sobre o Brasil), as alterações suscitadas quer pela variável interveniente (forma de resolução do conflito) quer pela condição variável (papel de terceiros atores).

É essa a justificativa do trabalho: a pretensão de empreender-se um estudo exploratório sobre os possíveis impactos para o Brasil do separatismo boliviano – tema que, sob este enfoque, não se tem conhecimento da existência de nenhum outro. Trata-se, portanto, de uma abordagem original.

O método de estudo de caso parece ser o mais indicado para tal abordagem. Isso porque, em primeiro lugar, há uma riqueza de evidências empíricas, materializadas em uma realidade complexa; em segundo lugar, o caso possui importância intrínseca para a formulação de políticas públicas no Brasil: na melhor hipótese, pela elevação dos preços do gás, há prejuízos apenas em termos econômicos. Na pior, em caso de termos de empreender operações de estabelecimento de paz, acabar com o equilíbrio fiscal e surgir o fantasma da crise econômica, da elevação dos juros e do aumento do déficit fiscal, além de toda desestabilização política em potencial (corrida armamentista e desequilíbrio na segurança regional).

A partir do conteúdo exposto, já podemos inferir a hipótese de trabalho: O separatismo boliviano afeta a segurança, o desenvolvimento e a política de integração do país.

## Capítulo 2 – Retrospecto Histórico e Interações Possíveis

“Because Latin Americans had not been able to create hemispheric institutions to carry out the role played by the U.S., wars broke out”.<sup>25</sup> David Mares, *Violent Peace*, 2001, p.68.

### Bolívia: Territórios Perdidos e Fronteiras Transformadas

Nesta seção pretende-se fazer uma breve retomada histórica a fim de resgatar os principais fatos relacionados à conformação do território da Bolívia. Nosso objetivo aqui é demonstrar que sua configuração de fronteiras foi um processo traumático, marcado por diversos atritos com seus vizinhos sul-americanos. Conforme Quiroga<sup>26</sup>, no período compreendido entre 1825 e 1935, a Bolívia perdeu cerca de 40% de seu território original. Em outra estatística, segundo Heidrich<sup>27</sup>, a “a Bolívia perdeu mais da metade da extensão que tinha à época da independência (1.265.188 km<sup>2</sup> de perdas, para uma extensão atual de 1.098.581 km<sup>2</sup>)”.<sup>28</sup> A seguir, inserimos um mapa para dar dimensão dessas perdas:



Fonte: <[http://www.vermelho.org.br/diario/2006/0326/0326\\_chilebol.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2006/0326/0326_chilebol.asp)> (acesso em 02/10/2007).

<sup>25</sup> “Em virtude de os latino-americanos não terem sido capazes de criar instituições hemisféricas capazes de desempenhar o papel protagonizado pelos EUA, guerras ocorreram”.

<sup>26</sup> QUIROGA, Antonio Aranibar. *A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI*. In: *Cadernos Adenauer - Política externa na América do Sul*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nº 07, 2000. pp.135-157.

<sup>27</sup> Álvaro Luiz Heidrich é pesquisador do NERINT (Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais), Professor Assistente do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências/UFRGS e Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRGS.

<sup>28</sup> CÂMARA, M. A. ; HEIDRICH, A. L. *Identidades socioterritoriais na Bolívia: o território e as identidades na gênese das estratégias de luta dos novos movimentos sociais bolivianos*. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Houve diversos conflitos entre os países sul-americanos durante seus séculos de história<sup>29</sup>, como a guerra “Peru versus Bolívia” – título da obra de Euclides da Cunha. Na seção dos “Anexos” apresentaremos duas tabelas montadas por David Mares: uma, com a lista das principais guerras interestatais desde a independência dos países latino-americanos; e a outra, elencando as atuais controvérsias entre os Estados da região. Todavia, centraremos nossas atenções em três acontecimentos, responsáveis pelas alterações retratadas no mapa acima: a Guerra do Pacífico, a Questão do Acre e a Guerra do Chaco. A seguir, abordaremos brevemente cada um deles.

### **A Guerra do Pacífico**

A Guerra do Pacífico, ocorrida entre 1879 e 1883, teve início após o governo boliviano ter anunciado um imposto sobre a exportação de nitrato, uma vez que o litoral boliviano era utilizado pelos chilenos para o comércio do produto. Em resposta, o governo chileno invade a província chilena de Antofagasta. Conforme Lars Schoultz, “O Chile justificou seu uso preemptivo de força alegando a necessidade de proteger propriedade chilena, que a Bolívia havia ameaçado tomar e revender se seus proprietários se recusassem a pagar a taxa em discussão<sup>30</sup>”.

Em seguida, o Chile exige o status de neutralidade do Peru, o qual – por ter uma aliança com a Bolívia – recusa-se. A guerra tem início e a Confederação Peru-Bolívia é derrotada. As hostilidades terminam com a assinatura do Tratado de Paz de 1904, pelo qual o Peru perde a província de Tarapacá e a Bolívia perde seu acesso ao mar, ficando sem a província de Antofagasta. Em contrapartida, o Chile comprometeu-se a construir uma ferrovia ligando La Paz a um porto chileno, permitindo livre acesso aos bolivianos.

A principal consequência que a Guerra do Pacífico traz para o presente trabalho traduz-se na perda boliviana da saída para o mar, tida por seu povo como uma das maiores causas para a falta de desenvolvimento sócio-econômico. A derrota para os chilenos deixou traumas na Bolívia. O Chile, por sua vez, argumenta que tal perda foi feita com a aceitação dos líderes bolivianos, os quais assinaram o Tratado de 1904.

---

<sup>29</sup> David Mares afirma: “*Two centuries of the Latin American experience demonstrate the ubiquity of the use of force in interstate relations. Latin Americans have often been troubled by this frequent use of force.*” MARES, *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America* (New York: Columbia University Press, 2001), p.47

<sup>30</sup> SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos – Poder e Submissão*. EDUSC, Bauru, 2000. Nota nº 1, p.128.

Na década de 70, restabeleceram-se negociações sobre o assunto. A Bolívia cederia parte de seu território e receberia, em troca, um pedaço de terra da então província de Arica que, à época da guerra, pertencia ao Peru. Por esse motivo, o Peru foi chamado a participar das negociações, as quais acabou por impugnar. O resultado final foi o rompimento das relações diplomáticas entre Chile e Bolívia.

Da década de 90 até hoje, a questão da saída para o mar tem sido objeto de conversações entre os sucessivos governos presidenciais de cada país. Atualmente, os Governos Evo Morales e Michelle Bachelet reúnem-se periodicamente a fim de debater o assunto.

### **A Questão do Acre**

Como resultado de alguns dos principais tratados responsáveis pela demarcação das fronteiras da América do Sul – Madri, Santo Ildefonso e Badajoz – o território do Acre pertencia à América espanhola. No entanto, no fim do século XIX, após a emergência do ciclo da borracha, a região passa a ser ocupada por nordestinos brasileiros. A Bolívia, em contrapartida, temerosa de perder o território, faz um acordo de concessão à empresa americana *Bolivian Syndicate*, em 1901. Por seu turno, o governo brasileiro não aprova a idéia de ter uma empresa com grandes liberdades – já que o contrato conferia ampla soberania ao consórcio americano – em uma área fronteiriça. Assim, conforme ressalta Amado Cervo<sup>31</sup>, o Brasil, em sinal de desaprovação, retira do Congresso o Tratado de Comércio e Navegação assinado com a Bolívia em 1896.

A esta conjuntura, acrescenta-se a revolta de Luiz Galvez, o qual proclama o Estado Independente do Acre. Diante da situação, o Brasil não só reconhece o território como pertencente à Bolívia como também luta contra Galvez. A revolta é reprimida, mas permanece um descontentamento popular em relação à soberania boliviana.

O Estado Independente do Acre seria proclamado ainda outra vez, em 1902, pelo gaúcho Plácido de Castro, o qual liderou uma revolta dos seringueiros brasileiros contra a soberania boliviana e contra o *Bolivian Syndicate*. Novamente os insurretos seriam reprimidos; a questão, porém, só seria definida como Tratado de Petrópolis, em 1903.

Nesse ínterim, o Barão do Rio Branco, promove durante sua gestão uma reinterpretação do Tratado de Ayacucho, de 1867, pelo qual o Brasil reconhecia o Acre como

---

<sup>31</sup> CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2002. 2ª edição, p.189

área boliviana. Por este novo entendimento, o território coloca-se sob litígio. Rio Branco passa, então, a uma negociação com o *Bolivian Syndicate*, intermediada pelo Barão de Rothschild. De concreto, fica estabelecido o pagamento de uma indenização à empresa sediada em Nova Iorque.

Uma vez solucionado o problema com os empresários, o governo brasileiro, sob a gestão de Rio Branco, vai às negociações com a Bolívia, cujos resultados se materializam no Tratado de Petrópolis de 1903. Por este Acordo, o Brasil pagaria aos bolivianos uma indenização de dois milhões de libras, além de comprometer-se a construir a ferrovia Madeira-Mamoré, na qual a Bolívia teria livre-trânsito – empreendimento que acabou custando a vida de cerca de 40 mil funcionários. Como resultado final, Cerro entende que “feito à base de compensações territoriais e pecuniárias, no acordo do Acre não houve vencidos nem vencedores. As relações Brasil-Bolívia, após o Tratado, até melhoraram”<sup>32</sup>.

Entendemos que não é tarefa fácil avaliar a importância estratégica do território do Acre. Mais difícil ainda é dimensionar a importância do local para o contexto socioeconômico da época, evitando cometer anacronismos. Se foi uma vitória ou não ou se as compensações foram ou não justas, é um julgamento que não efetuaremos neste trabalho; o que importa reter em nosso estudo é que – importante ou não – o território do Acre significou uma significativa retração das fronteiras bolivianas (142.800 km<sup>2</sup>).

### **A Guerra do Chaco**

A Guerra do Chaco (1932-35) teve como causa imediata o fechamento do Rio Paraguai, o que foi resultado do Tratado de Navegação, Comércio e Limites assinado entre Argentina e Paraguai. Na verdade, a região era objeto de controvérsia desde o século XIX. Na década de 20, com a descoberta do petróleo, ambos os países buscam colonizar e estabelecer fortificações na região: os ânimos se acirram.

Ocorreram, conforme Cerro e Bueno (2002), nada menos do que 18 tentativas de mediação entre as partes, inclusive com a participação do Brasil, por meio da atuação do então chanceler Afrânio de Melo Franco. Durante a Guerra, o Brasil adotou uma postura neutra. Segundo Mares (2001), inicialmente os Estados Unidos defendem a resolução do conflito por países americanos, e não no âmbito da Liga das Nações. Porém, diante do suposto

---

<sup>32</sup> CERVO e BUENO, *op.cit.*, 2002, p.193.

apoio argentino aos paraguaios, os EUA buscaram evitar atrito com a Argentina (Cervo e Bueno, 2002) e, portanto, voltam-se para outras questões externas.

A Guerra do Chaco – o conflito latino-americano mais sangrento do século XX – deixou cerca de 100 mil mortos. Após um armistício em 1935, em 1938 as duas partes finalmente assinam a paz: o Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites. Conforme o historiador Voltaire Schiling<sup>33</sup>, a Bolívia perdeu 249.500 km<sup>2</sup>, área que corresponde à região do Chaco. Apesar das perdas territoriais, a guerra traria como importante mudança no sistema político boliviano o enfraquecimento político da oligarquia. Segundo Cardoso e Faletto<sup>34</sup> (1977), “a luta significou pela primeira vez uma possibilidade de incorporação do indígena à nação e, em certo sentido, uma tomada de consciência de sua condição.” A proeminência adquirida pelos militares com a guerra acaba contribuindo diretamente para sua ascensão como classe média e, portanto, para o enfraquecimento da oligarquia boliviana.

### **A Formação da Identidade Chilena**

O Chile é um país que parece jamais ter se sentido à vontade na América Latina. Desde sua independência (1818), a rejeição à Espanha favoreceu o interesse declarado das elites locais em atrair, seletivamente, imigrantes escocês, suíços, irlandeses e alemães<sup>35</sup>.

Estes eram os povos considerados “viris, de bons costumes e com hábitos louváveis” (ESTRADA, 2000:466). Entre 1882 e 1884, o então ministro Luis Aldunate Carrera afirmou que a colonização para o Chile “deve tender a refundir duas ou mais raças numa só, tornando-as amais elevadas e vigorosas. Este fato evidencia as vantagens da homogeneidade de raças para a colonização” (ESTRADA, 2000:466).

No fim do século XIX, o darwinismo social, o racismo e o imperialismo estavam muito presentes. Contudo, no Chile, então considerada a “Inglaterra da América do Sul”<sup>36</sup>, estes elementos estavam reunidos em um nível muito acima da média se comparado a outros países. O elemento indígena era considerado um selvagem, um bruto. O principal jornal do país, na época e ainda hoje, o “*El Mercurio*”, pregava o “maior rigor no controle de raças

<sup>33</sup> SCHILING, Voltaire. *Bolívia: tirania e revolução* <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/2003/10/20/000.htm>> (Acesso em: 27/09/2007)

<sup>34</sup> CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 4.edição, Zahar editores, 1977

<sup>35</sup> ESTRADA, Baldomero. *Imigração Européia no Chile* (1880-1920) In.: FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América*. A Imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000

<sup>36</sup> BETHELL, Leslie. *Historia de América latina*. Volume 10 – América Del Sur, c. 1870-1930, 1992. Serie Mayor.

inferiores”.<sup>37</sup> Relatórios oficiais objetivavam impedir a migração de povos com características raciais entendidas como opostas às chilenas. Europeus latinos, árabes, ciganos e chineses eram muito mal vistos. Contra os chineses, chegou a ocorrer uma manifestação popular com cerca de 10 mil pessoas. (ESTRADA, 2000:498).

Em contrapartida, não raro surgiam descontentamentos dos imigrantes com as péssimas condições de vida e tratamento que recebiam em terras chilenas: “os chilenos eram piores que os índios, pois levavam numa mão o crucifixo e na outra o punhal” (Estrada, 2000). Eram freqüentes os roubos, boicotes e destruição dos pertences dos imigrantes.

Na época da autoritária Constituição de 1883, quem detinha o poder era uma elite terratenente branca e “extraordinariamente homogênea” (BETHELL: 1992:157). Símbolo do pensamento desse tempo é a obra do escritor e médico Nicolás Palácios, “la Raza Chilena”, o qual, ao afirmar a não-latinidade da “raça chilena”, acabou por fomentar o nacionalismo da elite local.

Palácios não chegou ao poder. Todavia, outro escritor, ex-geógrafo e professor de geopolítica, que também trouxe idéias radicais, teve mais sucesso: Augusto Pinochet. Em um discurso altamente nacionalista, Pinochet entendia que o Estado chileno deveria seguir o modelo de sobrevivência de uma ameba, ou seja, modificar seu organismo (território) de acordo com suas necessidades (recursos naturais) ao longo do tempo. O autor até mesmo fala na necessidade de um “espaço vital”, o “*hinterland*” alimentador do núcleo central<sup>38</sup>.

O Chile não se integrou nem ao projeto de integração de Simon Bolívar nem ao da América portuguesa. Nesse sentido, vale citar a excelente caracterização da identidade chilena feita por Baldomero Estrada:

O Chile é uma nação que desenvolveu, no transcurso de sua história, uma identidade fortemente marcada pelo isolamento. A cordilheira dos Andes, o deserto e o Oceano Pacífico foram barreiras físicas que influenciaram fortemente na sociedade chilena a formação de uma “mentalidade de ilhéus”.

### **Interações Possíveis: Modelando o conflito na Bolívia**

Carl Von Clausewitz nos mostra que a política e a guerra não são fenômenos incomensuráveis entre si. Pelo contrário, guardam uma relação de determinação recíproca, traduzida no seu aforismo mais famoso: “(...) a guerra não é outra coisa senão a continuação

<sup>37</sup> Jornal El Mercurio, Valparaíso, 8 de maio de 1915.

<sup>38</sup> BINIMELIS, Cecilia Quintana. *Visión Geopolítica de América Latina: El caso de Argentina, Brasil y Chile*. Disponível em: <[http://www.asepol.cl/Visi%C3%B3n%20Geopol%C3%ADtica%20de%20Am%C3%A9rica%20Latina\\_Casos%20de%20Argentina-Brasil-Chile\\_Cecilia%20Quintana.pdf](http://www.asepol.cl/Visi%C3%B3n%20Geopol%C3%ADtica%20de%20Am%C3%A9rica%20Latina_Casos%20de%20Argentina-Brasil-Chile_Cecilia%20Quintana.pdf)> (último acesso 18/11/2007).

da política de Estado por outros meios”<sup>39</sup>. Portanto, o estudo da guerra é típico do domínio das Relações Internacionais, nas quais comumente o Direito Internacional é interpretado de acordo com a percepção do interesse nacional do Estado. Portanto, é Clausewitz que nos oferece a cosmovisão geral desse trabalho e o critério racional para modelagem das hipóteses de guerra: o interesse nacional.

Para Clausewitz, existem dois gêneros de guerra, aquele que tem por fim a aniquilação e aquele que estabelece finalidades delimitadas. A guerra real é um intermediário entre estes dois tipos extremos: a guerra absoluta e a guerra limitada. Esta compreensão nos fornece um parâmetro analítico que delimita a abrangência da modulação: a guerra sub-estatal, a guerra local e a guerra regional. Como sempre, a perspectiva do ator é o que determina a classificação da modalidade da conflagração. Do ponto de vista do Brasil, qualquer uma destas hipóteses é uma guerra limitada, seja sub-estatal, local ou regional. Todavia, esta não pode ser a perspectiva dos bolivianos, sejam separatistas ou unionistas; cada um precisa obter a derrota decisiva para a afirmação de seu projeto estatal. Deste modo, para que exista um Estado Camba, é preciso que os separatistas derrotem decisivamente o governo; o mesmo vale da perspectiva oposta: o Estado boliviano não será o mesmo com a perda de mais de 60% de seu território e sem boa parte de seus recursos naturais. O nome Bolívia poderá continuar existindo, mas para todos os efeitos (PIB, território, força relativa) o Estado boliviano terá deixado de existir. Trata-se, para ambos os bandos, de uma luta de vida ou morte, de uma guerra cujas finalidades políticas só podem ser obtidas por meio do aniquilamento, referido por Clausewitz como característico do tipo de guerra designado como absoluto ou total.

É por isso que, uma vez estabelecidas às hostilidades, a conflagração poderá ser contida só através de uma missão de paz da ordem internacional (OEA ou ONU), antes de chegar ao seu ponto culminante: o aniquilamento de um dos bandos. Esta percepção clausewitziana é que fornece a base da modelagem da guerra local ou regional. Será muito pouco provável que os vizinhos da Bolívia assistam à sua desintegração, permanecendo indiferentes. Mesmo que isto se dê com a maioria de seus vizinhos, haverá os interessados em integrar operações de paz da ordem internacional. Neste caso, trata-se de operações de estabelecimento de paz, e não de manutenção de um cessar fogo previamente estabelecido. É por isso que se trata de hipótese de guerra, pois a paz provavelmente será estabelecida por meio do uso da força. Em termos comparados, uma operação mais semelhante à missão da

---

<sup>39</sup> **CLAUSEWITZ**, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003: p. XCI. Ed. Martins Fontes.

ONU de estabelecimento de paz na Coréia em 1950 do que aquela atualmente em curso no Haiti, que é de manutenção de paz, da qual o Brasil participa. O fato das forças de paz na Coréia estarem sob mandato da ONU não as impediu de lutar naquela guerra local durante três longos e sangrentos anos. A noção de missão de paz, portanto, vai ao encontro da modelagem de hipótese de guerra.

Uma vez que a política de Estado é pautada por mandamento constitucional que tem por finalidade a integração<sup>40</sup>, não é possível, dentro de uma percepção clausewitziana, que os meios militares permaneçam inertes e indiferentes à política de Estado. Pelo contrário, dar-lhes consecução através da força é a própria justificativa para a existência do meio militar. Por isto que, para Clausewitz, a preparação militar de um Estado é condicionada por sua diplomacia e por seus objetivos políticos gerais. Reciprocamente, não há como considerar as finalidades da diplomacia sem inquirir sobre a real capacidade militar instalada para assegurar o cumprimento das missões solicitadas pelo poder político. Sendo assim, prospectando os possíveis cenários de conflito, o trabalho também expressará quais as maiores debilidades, em termos de capacidade militar instalada, face ao desafio da guerra local, para cumprir os mandamentos da política de Estado brasileira.

Pelo viés de Clausewitz estabelece-se o critério para a percepção de ameaça externa. Ela não se corporifica apenas e tão somente na constatação de uma agressão direta em marcha contra o país, mas também naquelas mudanças na correlação de forças internacional que inviabilizam atingir os objetivos nacionais. Este parece ser o caso de um processo de desintegração do Estado boliviano que exacerbe as tensões entre os países da América do Sul, tornando inviável, deste modo, a integração sul-americana pretendida pelo Brasil. De acordo com a perspectiva oferecida por Clausewitz, o estudo do conflito boliviano é imprescindível para a devida compreensão das relações internacionais da América do Sul e para o dimensionamento do óbice representado pelo separatismo boliviano para a política de Estado brasileiro: a integração da América do Sul.

Na época de Clausewitz, não existiam processos de integração regional tal como o entendemos atualmente. Por isto, a referência em Clausewitz é completada com a abordagem fornecida por Buzan e Waever. Trata-se do conceito de Complexo Regional de Segurança (CRS). Um complexo regional de segurança é formado

---

<sup>40</sup> Conforme a Constituição Federal Brasileira de 1988, artigo 4º, parágrafo único.

por um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras<sup>41</sup>.

Para os autores, há um CRS onde, seja em virtude de um padrão de conflito ou de cooperação, temos uma instância de decisão das relações internacionais. Neste sentido, o próprio equilíbrio mundial estaria sujeito ao conjunto destas balanças regionais encarnadas pelo CRS. É por isso que os autores se tornam preciosos para o estudo da América do Sul, onde temos a presença simultânea do fator integração (cooperação) e do fator conflito (guerra).

À noção de complexo regional, os autores justapõem a de subcomplexo regional de segurança. Neste caso, trata-se de perceber que o padrão de rivalidade / cooperação existente entre Brasil e Argentina, que conformou o complexo sul-americano, cede em importância ao ora representado pela rivalidade entre Colômbia e Venezuela na Amazônia e, nos Andes, por aquele entre Chile *versus* Bolívia e Peru. Os alinhamentos diplomáticos entre o Chile e a Colômbia e sua contrapartida, entre Venezuela e Bolívia, nos trazem uma nova dimensão para o estudo desses subcomplexos. O conflito separatista boliviano cria, ao menos no plano lógico, a perspectiva de uma mudança de conteúdo do CRS da América do Sul: a troca do padrão Argentina/Brasil por um do tipo bolivarianos/liberais. Contudo, como veremos adiante, ainda são as posições do Brasil e da Argentina que se sobressaem na equação de segurança da região. Do contrário, confirmada a perspectiva da polaridade reduzir-se a bolivarianos e liberais, vislumbrar-se-ia um aspecto crítico para a própria existência do CRS sul-americano: o *overlay*.

Para Buzan e Waever, *overlay* traduz uma sobredeterminação em que a polaridade e a polarização do sistema internacional sobrepõem-se à balança regional, determinando o comportamento do CRS. Neste caso, interesses e correlações de força na região são sobrepujados por uma disputa em âmbito mundial, o que ocorria na Guerra Fria quando muitas vezes as balanças regionais tinham seu ponto de equilíbrio determinado pela interferência das então duas superpotências. A Guerra Fria e a bipolaridade acabaram. Não há rival visível à supremacia norte-americana. O que seria necessário então, nas condições atuais da América do Sul, para que ocorresse o *overlay*? Parece-nos que condição básica residiria na

---

<sup>41</sup>BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK, Cambridge University Press, 2003. 564 páginas In: CEPIK, Marco . *Segurança na América do Sul: traços estruturais e conjuntura*. Análise de Conjuntura OPISA, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1 - 11, 15 ago. 2005.

submissão do projeto da região à lógica contida na “guerra contra o terror”. Como atualmente, nem Evo nem mesmo Chávez são identificados pelos Estados Unidos como patrocinadores do terror, parecem inexistir razões para identificar o *overlay* na dinâmica regional. Ainda que ausente, o *overlay* está potencialmente presente na dinâmica regional na medida em que Colômbia e Chile procuram obter uma integração privilegiada com os EUA, apresentando-se como seu braço militar na América do Sul. Como tal, estes países estão confrontando os que julgam serem os inimigos da América e procurando instrumentalizar os americanos com a idéia de que podem representar na região os interesses da grande potência. Da parte da Venezuela e da Colômbia, também existem tentativas de obter aliados por meio da aproximação com o que seriam os rivais dos Estados Unidos. Porém, elas fracassam rotundamente devido a seu anacronismo; nem Rússia nem China pretendem disputar a hegemonia no mundo com os EUA, apenas assegurarem-se de suas prerrogativas nas respectivas regiões. Russos e chineses seriam indiferentes a uma disputa que diretamente não afeta o equilíbrio mundial e pouco diz respeito a seus interesses. Mesmo a aproximação publicitária de Chávez com o Irã, traduzida em termos militares, não é mais do que retórica. O país persa não possui meios de projeção de força para afiançar a proteção, seja da Bolívia ou da Venezuela.

Por exclusão, a lógica de Buzan e Waeber nos conduz ao Brasil e à Argentina. Sendo extremamente duvidoso que os EUA apoiem com tropas a interferência da Colômbia e do Chile na Bolívia, embarcando em uma guerra sul-americana; resta ao Brasil e à Argentina a condição de árbitros do conflito boliviano. Existem razões para que colombianos e chilenos acreditem contar com apoio norte-americano: a retórica antiamericana de Evo e de Chávez, os processos de nacionalização e a proximidade de ambos com Cuba. Todavia, nunca uma gota de petróleo venezuelano deixou de seguir seu destino para a América em virtude da troca de palavras ásperas entre representantes desses países; tampouco ocorreu lesão à Constituição ou à ordem jurídica interna desses países; falta um pretexto visível para a opinião pública norte-americana capaz de justificar uma ação militar, como havia na Bósnia ou no Kosovo. Ademais, o esquema estratégico americano está bastante esticado: já conta com dificuldades no Iraque e no Afeganistão, tendo ainda na agenda o Irã e o Paquistão. Parece, pois, de todo improvável que a secessão tenha o aval dos Estados Unidos. Afinal, o processo decisório para uma operação encoberta pode ficar estrito ao Executivo, mas enviar tropas ao exterior ainda demanda a autorização do Congresso, o que Bush dificilmente obteria nas circunstâncias do período final de seu mandato.

Portanto, parece mais provável que os Estados Unidos recorram ao Brasil e à Argentina para a administração do conflito. Sendo assim, mantida a parceria Brasil e Argentina, o conflito boliviano servirá de móvel para a efetivação da integração da América do Sul, feita com aval indireto do próprio EUA. Neste caso, confirmar-se-ia a tipologia de Buzan e Waeber, os quais atribuem como elemento definidor da existência do Complexo Regional de Segurança da América do Sul o padrão de cooperação ou de conflito entre Brasil e Argentina.

A mediação brasileira e argentina é mais do que provável: é quase inevitável. Tratando-se dos principais países da América do Sul, estão presentes em todas as convenções e litígios que dizem respeito ao continente. O que não está completamente claro é se o Brasil, no caso do conflito boliviano tornar-se uma conflagração, acederia ao pedido norte-americano de mandar forças para o estabelecimento de paz, como no caso do Haiti, em que concordamos em enviar forças para a manutenção de paz. Desta vez, pelo contrário, teríamos de lutar para estabelecer a paz.

Conforme Clausewitz, a defensiva é o tipo de guerra mais forte. Neste caso, a vantagem pertence aos que defendem o *status quo*, e não aos separatistas, que precisam vencer, além do governo boliviano, o caos e o atrito inerentes à guerra, a fim de criar o Estado Camba. Este pressuposto estará orientando a construção das simulações e a modelagem na esfera das operações: basta que Brasil e Argentina impeçam o surgimento do Estado Camba para que vençam. As estimativas feitas neste trabalho se atêm ao pressuposto de que Brasil e Argentina não precisam ocupar integralmente a região conflagrada e de que a manutenção de paz em questão é realizada indiretamente, através da inviabilização da causa separatista – o que será feito não só por meios militares, mas também, sobretudo, políticos e diplomáticos. A exaustão e o atrito devem jogar em nosso favor, ao invés de desdobrar forças móveis em campanha. Sofrendo emboscadas e correndo o inevitável desgaste político junto à população local, teríamos uma estratégia de corte defensivo-ofensivo, baseada no controle de posições chave através de bases de fogo. O que realmente contará é o efeito da força da presença das duas grandes potências sul-americanas sobre os cálculos da opinião pública e dos formuladores de política acerca da viabilidade de uma empreitada separatista feita com o uso da força. Isto não quer dizer que não devemos aproveitar a oportunidade para rearmar as Forças Armadas, ressuscitar a indústria bélica, e remodelar o aparato militar de acordo com os imperativos da era digital. Em uma conjuntura em que o governo brasileiro projeta direcionar

novos gastos a fim de reaparelhar as forças armadas brasileiras, faz-se necessário prospectar que tipo de ameaças se impõe.

Não obstante, também há a possibilidade de nos valermos da guerra para a criação de uma força militar conjunta da América do Sul e para a afirmação da integração sul-americana, tema que posteriormente será abordado.

### **Modelagem do possível conflito na Bolívia<sup>42</sup>**

A fim de clarificar a leitura do próximo capítulo – referente à construção dos cenários em caso de guerra na Bolívia – e também com o propósito de seguir um esquema conceitual-metodológico mais rígido, utilizamos o esquema de diagramas proposto por Paul Huth e Todd Allee. Allee e Huth fornecem um modelo capaz de mapear as interações entre os atores envolvidos em um determinado conflito. Eles dividem um conflito em quatro etapas:

- 1) o início da disputa;
- 2) o desafio ao *status quo*;
- 3) as negociações;
- 4) a escalada militar.

Para fins analíticos, um conflito não precisa passar pelas quatro etapas. É justamente essa a vantagem do Modelo de Allee e Huth: a capacidade em abranger desde a fase de cooperação entre os atores até uma fase mais violenta. Neste sentido, aplicamos o esquema ao movimento separatista boliviano, seus impactos regionais e diferentes níveis de conflito. Na primeira figura, apresentamos um esquema geral do conflito boliviano que engloba todas as etapas. A seguir, reproduzimos quatro figuras, uma para cada fase de Allee e Huth. Vejamos:

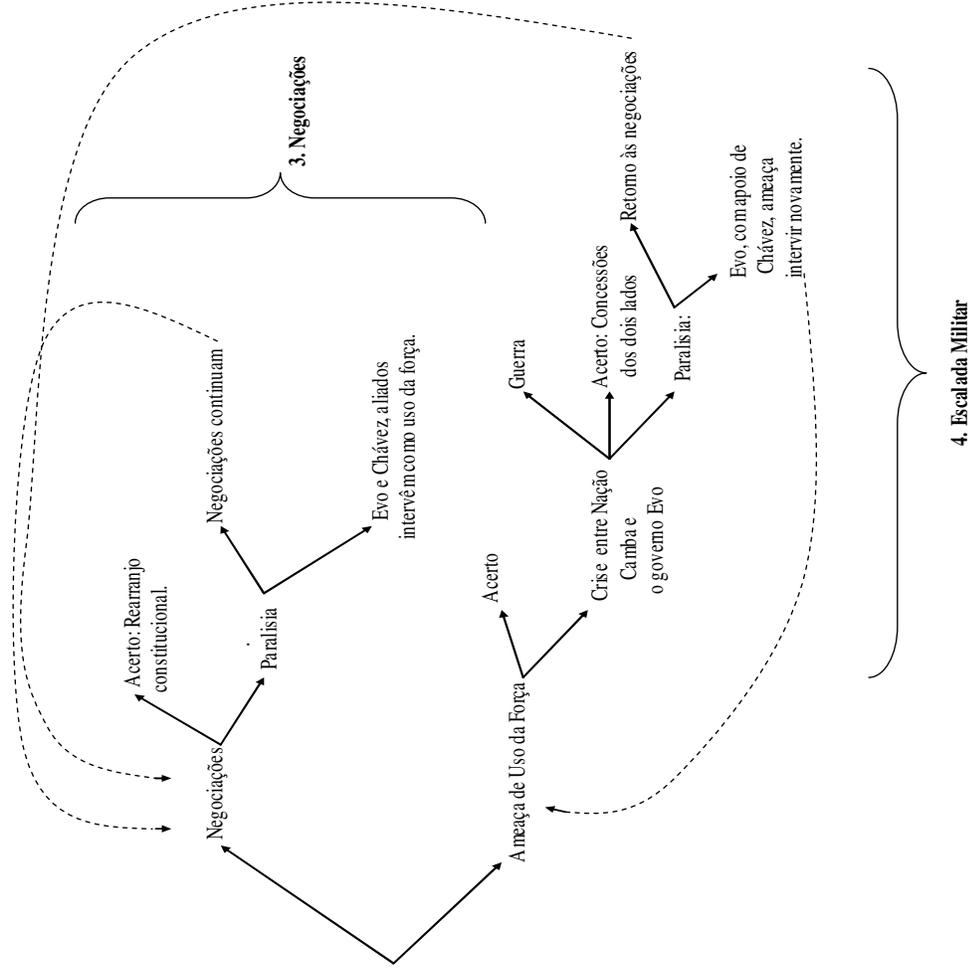
---

<sup>42</sup> Esta seção se baseia na concepção de Paul Huth and Todd Allee, “Research Design in Testing Theories of International Conflict”, cap.9, **SPRINZ**, Detlef F. / **WOLINSKY**, Yael (Eds.) (2004): *Models, Numbers, and Cases. Methods for Studying International Relations*. – Ann Arbor: The University of Michigan Press.

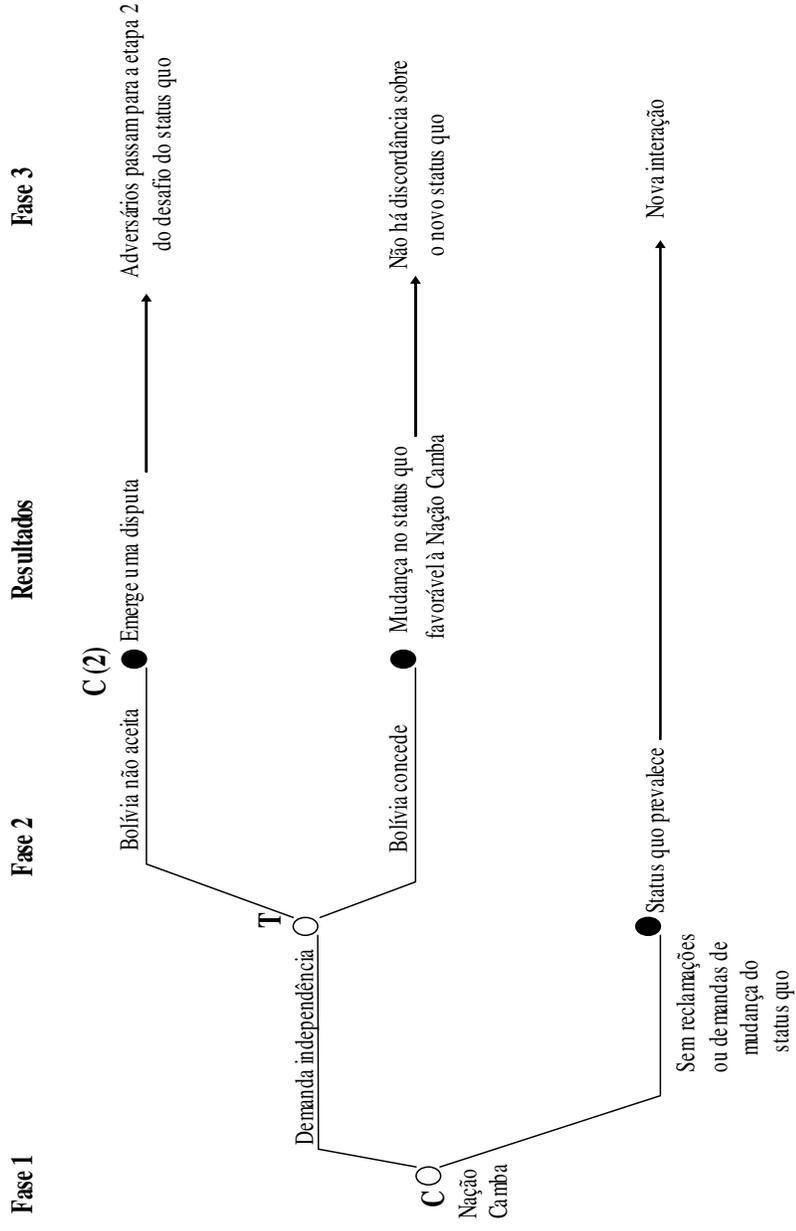
### A evolução da disputa boliviana



Relação de cooperação entre os atores → Nação Camba → Evo  
 Proclama sua independência → ameaça intervir



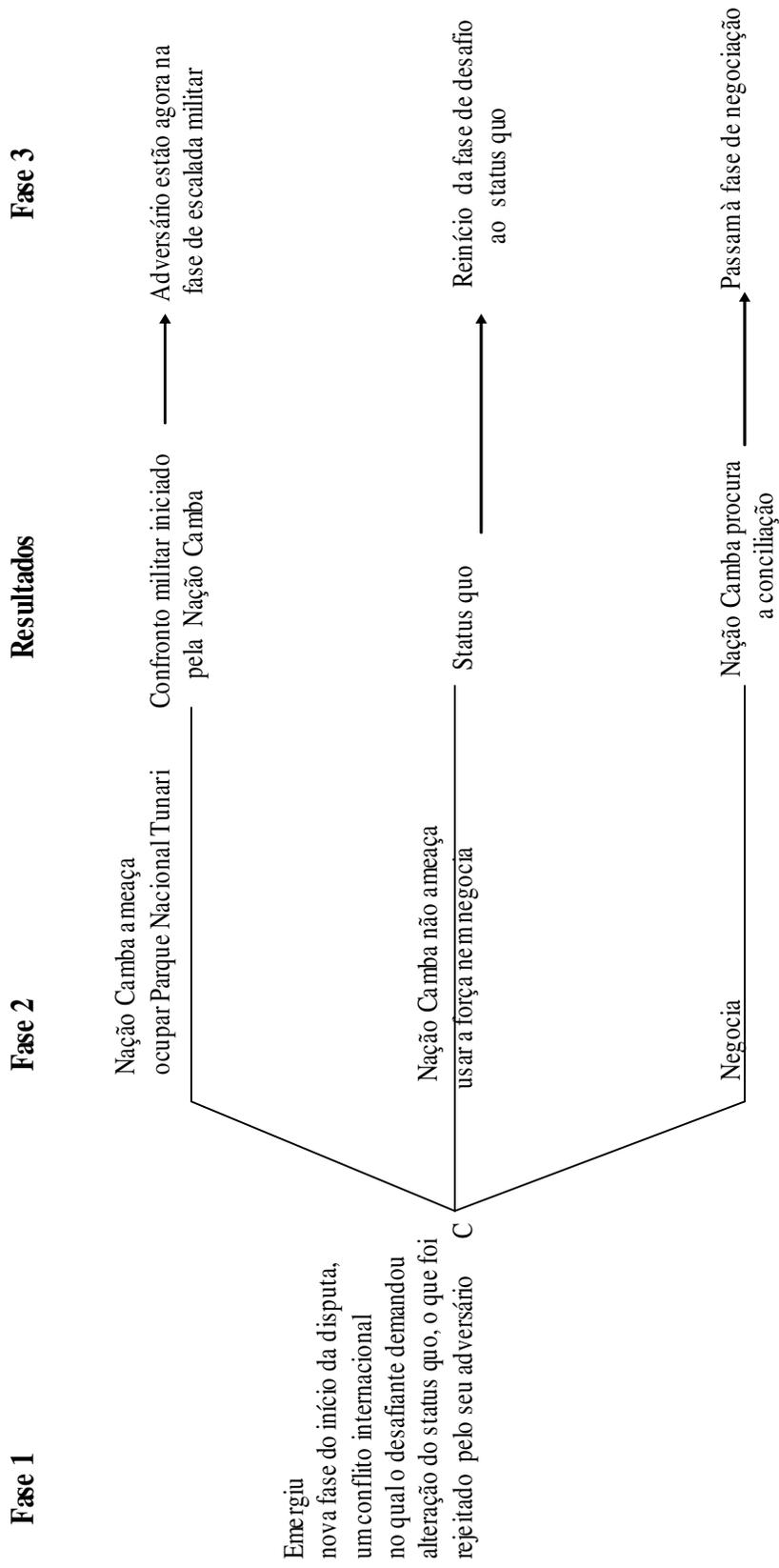
### Fase 1 - O início da disputa



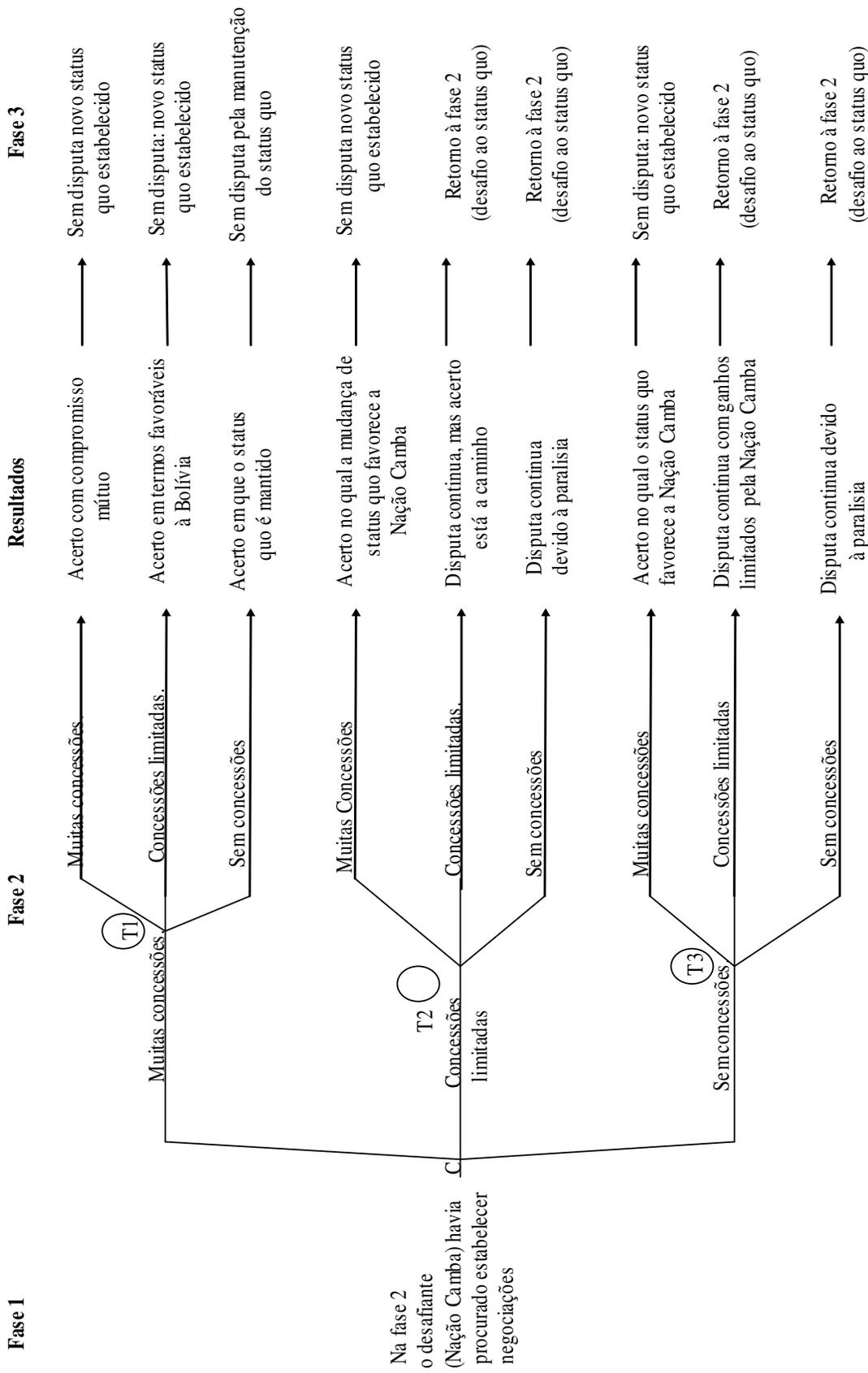
C => Challenger ( Nação Camba )

T => Target State ( Bolívia )

## Fase 2 - Desafio ao status quo

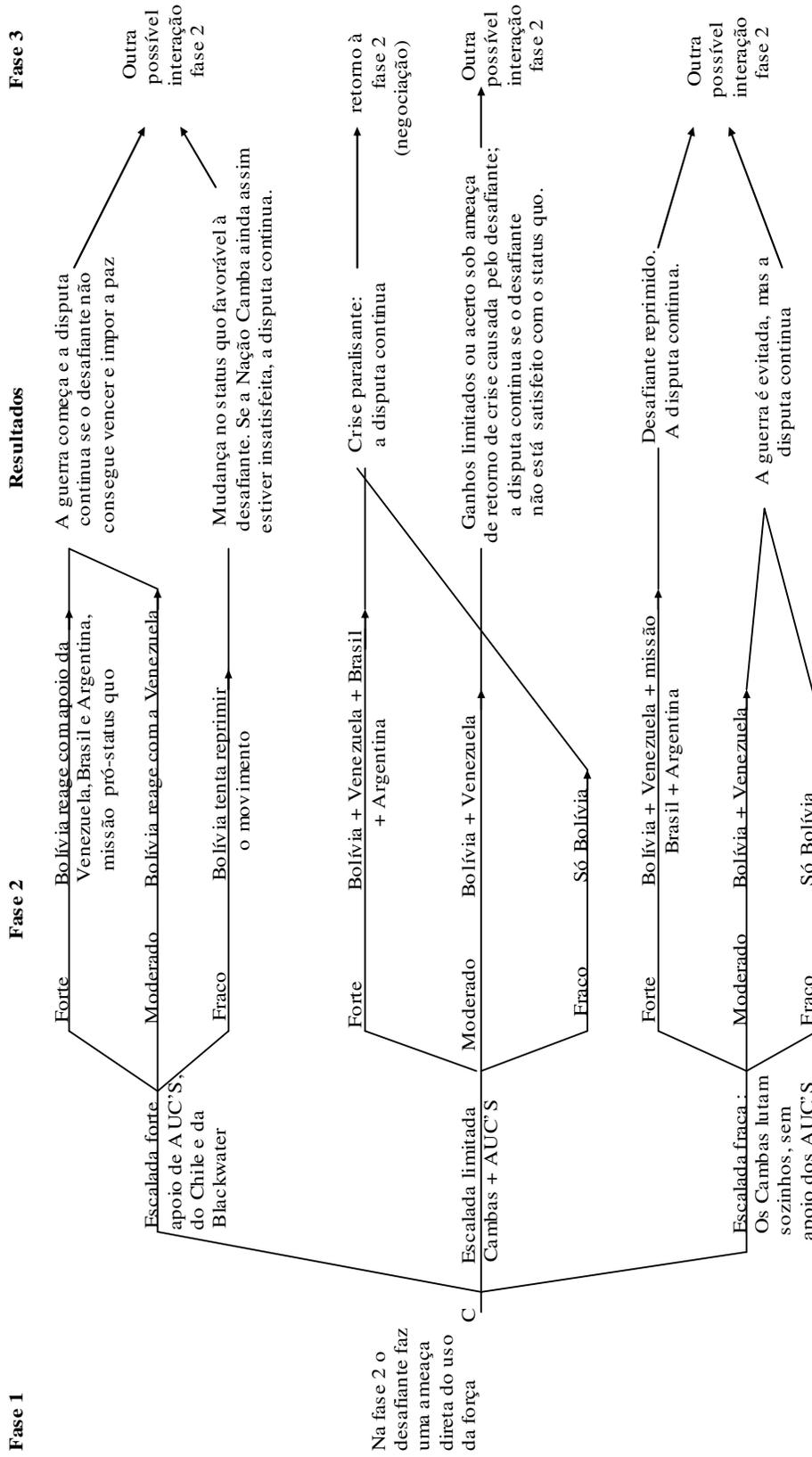


### Fase 3 : Negociações



C = Nação Camba  
T = Bolívia (governo Evo Morales)

## Fase 4 - Escalada Militar



### Capítulo 3 – Balanço Militar, Cenários e Implicações Para o Brasil

“It is of course well known that the only source of war is politics” (...) “If war is part of policy, policy will determine its character”<sup>43</sup>. Clausewitz, *On War*, pp 577-627.

Este capítulo é composto por três seções. Na primeira, demonstra-se o balanço quantitativo e qualitativo das forças militares bolivianas. Na segunda, desenham-se três cenários prospectivos de guerra local, partindo-se do pior, para o intermediário e o melhor. Por fim, discutem-se as implicações para o Brasil sugeridas pelo esforço de prospecção dos cenários.

#### I) Balanço Militar Boliviano<sup>44</sup>

A Bolívia possui um total de 46.100 homens no serviço ativo. A distribuição de pessoal por ramo das Forças Armadas comissiona 34.800 no Exército, 4.800 na Marinha, 6.500 na Força Aérea, contando ainda com 37.100 paramilitares. Nestes últimos, estão incluídas 27 unidades de Guardas de Fronteira, nove Brigadas de Policiais Militares; das Brigadas, importam dois regimentos de reação rápida (1.300 combatentes<sup>45</sup>). Também fazem parte dos paramilitares a Polícia Nacional de Narcóticos, cujo efetivo é de seis mil homens, da qual o que importa é o Batalhão de Forças Especiais (700 combatentes).

O Exército possui 9.800 militares profissionais aos quais se agregam 25 mil conscritos, cidadãos (na faixa de 18 a 22 anos) que prestam serviços militares, o que perfaz o total de 34.800. O efetivo está distribuído em 6 regiões militares que subdividem o país. Administrativamente, está organizado em torno de dez divisões, permanecendo como forças independentes: um Batalhão de Blindados (Steyr SK 105 Kuerassier<sup>46</sup>). Um Regimento de Cavalaria Mecanizada (EE-9 Cascavel<sup>47</sup>, EE-11 Urutu<sup>48</sup>, M-113, Mowag Rolland<sup>49</sup>, 4K-4FA-

<sup>43</sup> Tradução Livre: “Sabe-se certamente que a única fonte da guerra é a política”. (...) “Se a guerra é parte da política, a política determinará suas características”. **CLAUSEWITZ**, *On War* (Da Guerra) – Tradução do alemão de Michael Howard & Peter Paret, Princeton University Press, 1976/84, baseado no original, *Vom Kriege*, Dummlers Verlag, Berlin, 1832.

<sup>44</sup> Dados do **IISS**, 2007, pp. 61-62.

<sup>45</sup> De acordo com o **IISS** o efetivo destes regimentos equivale ao de dois batalhões. **IISS**, 2007: 62 B.

<sup>46</sup> **Kueirassier** – De acordo com o balanço do **IISS** (2007: 61B) existem 54 unidades desse carro austríaco. Os dados que se podem encontrar na Jane’s (**FOSS**, Christopher. *Tanks and Combat Vehicles Recognition Guide*. Londres: Harper Collins Publishers, 2002. p. 12) dão conta de que o carro possui autonomia para 500km, carregando 42 munições para seu armamento principal (canhão de 105mm), com uma massa de 18 toneladas distribuída sobre lagartas. Do exposto pode-se concluir que na Europa o *Kueirassier* (SK 105) tem função caça-tanques. Todavia, nas condições sul-americanas, além da função primária, pode desempenhar papéis como carro de assalto, tanque leve, e obuseiro autopropulsado para apoio aproximado da infantaria.

<sup>47</sup> **Cascavel** – Veículo de combate 6X6 EE-9. Assim como o Urutu, foi criado em conformidade com as necessidades do Exército brasileiro. Possui 2,54m de largura e pesa em combate 13.400kg (vazio, 10.900kg). Constam 24 unidades no inventário do **IISS** (2007: 61B)

SB20<sup>50</sup>, V-100 Commando<sup>51</sup>), um Regimento de Guarda Presidencial, três Regimentos de Forças Especiais, um Regimento de Defesa Antiaérea (Oerlikon 20 mm e 37 mm Type-65) e dois Esquadrões de Helicópteros de transporte e cobertura (Huey, Cougar e Lama).

A Força Naval também é formada por seis Distritos Navais. Seu efetivo total é de 4.800 homens; mil são da Polícia Militar e setecentos são Fuzileiros Navais. Aqui importam o Batalhão de Fuzileiros Navais e o Batalhão Naval de Infantaria Mecanizada. Existem também seis batalhões de infantaria naval, mas que são territoriais (um em cada distrito). Além disso, a Marinha possui 54 lanchas de combate e dezoito navios de logística e suporte. Apesar de ser um país continental, a força naval boliviana não é apenas um símbolo da vontade nacional de recuperar o litoral. Ela adquire importância na luta contra o separatismo pelos dois batalhões de Fuzileiros Navais e sua capacidade de estabelecer cadeias de suprimentos através do controle dos rios que cortam o país.

A Força Aérea Boliviana é formada por profissionais e conscritos no total de 2.500. Quanto ao equipamento, destacam-se os sete aviões de transporte C-130 (sendo um de reconhecimento, cinco da versão B e um da versão H), e trinta e três aviões de combate. Destes, quinze são AT-33 Shooting Star (a jato) e dezoito PC-7 Pilatus (a pistão). Os AT-33 foram concebidos na época da Guerra da Coreia como avião de treinamento, mas na Bolívia cumprem missões de apoio, reconhecimento e ataque ao solo. Os PC-7 Pilatus, à semelhança do ALX (Super-Tucano brasileiro), são úteis como aeronave de treinamento, reconhecimento e ataque ao solo.

O olhar sobre o balanço boliviano deve levar em conta a realidade sul-americana. Na Bolívia, assim como em outros países de nosso continente, incluindo-se o Brasil, é muito comum que a denominação de uma unidade não corresponda ao seu efetivo. Por exemplo, muitas divisões possuem, na realidade, o efetivo de uma brigada, assim como regimentos que, por tradição mantêm a designação, mas são do tamanho de um batalhão. As unidades

---

<sup>48</sup> **Urutu** — Veículo de combate 6X6 EE-11 com capacidade anfíbia, fabricado pela empresa brasileira Engesa – Teve seu primeiro protótipo produzido em 1970 e passou a ser produzido em 1974. Fonte: **Jane's, Tank Recognition Guide** 2nd ed. 2000. Constam 24 unidades no inventário do IISS (2007: 61B)

<sup>49</sup> **Mowag Roland** — Trata-se mais de um carro antimotim que um blindado para uso em combate. Constam 22 unidades no inventário do IISS (2007: 61B).

<sup>50</sup> **4K-4FA-SB20** — Trata-se de um IFV (Infantry Fighting Vehicle), em português denominado Viatura Blindada de Assalto (VBA), que é um carro para transporte de tropas acrescido de um canhão de 20mm. É fabricado pela austríaca Saurer e consta no inventário do IISS (2007: 61B) 4 unidades.

<sup>51</sup> **V-100 Commando** — Veículo de cinco tripulantes utilizado no sudeste asiático para a patrulha do perímetro de bases aéreas e rodovias adjacentes. Constam 15 unidades no inventário do IISS (2007: 61B). Fabricado pela empresa americana de automóveis Cadillac.

geralmente são apenas os núcleos de sua denominação, ou seja, um regimento teria um efetivo de três a cinco batalhões somente em guerra. A designação, a despeito do efetivo, faz sentido pelo número de oficiais. Isto quer dizer que há estrutura de comando disponível para mobilização de até um regimento (divisão ou brigada, conforme o caso).

Todo balanço envolve o aspecto quantitativo e qualitativo. No que tange a este último, o Comando se sobressai, afinal, cabe à função de Comando a tomada de decisão nas diversas esferas da guerra<sup>52</sup>. A avaliação sobre o Comando tem de considerar a divisão ideológica existente nas Forças Armadas bolivianas. De acordo com sua orientação política, segundo Ignacio J. Osacar<sup>53</sup> o exército se divide em quatro correntes: (1) A corrente institucionalista, majoritária, a qual pertence a maioria dos oficiais superiores, que preconiza a observância ao ordenamento constitucional e democrático. (2) Quase tão expressiva quanto à primeira, há a corrente pró-EUA, que mantém estreitos laços com os militares daquele país. Atribui-se a militares pertencentes a essa corrente o desvio dos mísseis antiaéreos chineses HN-5<sup>54</sup> (MANPADS<sup>55</sup>) que foram parar nos Estados Unidos. (3) Os nacionalistas, também chamados “reivindicacionistas”; porquanto exigem a recuperação da saída para o mar perdida para o Chile. (4) Por fim, há uma minoritária corrente esquerdista, formada por pequenos grupos marxistas, sem expressão maior nas Forças Armadas. Fica em aberto saber o quanto estas divisões poderão se revelar relevantes em uma situação de guerra e em que grau podem comprometer as funções de Comando e Controle na condução de batalha.

O Controle diz respeito àqueles aspectos qualitativos que nem sempre podem ser devidamente mensurados, como é o caso da capacidade de empreender operações combinadas. Por exemplo, a Marinha boliviana poderá cumprir uma função decisiva na esfera da logística e suprimentos caso seja capaz de manter os rios abertos para a União e negar sua navegabilidade para o uso dos rebeldes. Porém, isso só poderá ocorrer caso suas ações se

---

<sup>52</sup> As esferas do planejamento de guerra são: a Estratégia, as Operações e a Tática.

<sup>53</sup> OSACAR, Ignacio *Las Fuerzas Armadas que recibe Evo Morales* Periódico Nueva Mayoria, 22/12/2005. Cf <[www.defesa.ufjf.br/arcq/Art259htm.htm](http://www.defesa.ufjf.br/arcq/Art259htm.htm)> (18/11/2007)

<sup>54</sup> Tipo específico de MANPADS, o HN-5 foi da primeira geração de mísseis portáteis chineses.

<sup>55</sup> MANPADS — Man Portable Air Defense System. Sistema de defesa antiaéreo portátil. Inicialmente, concebido para uso exclusivo contra aeronaves e, portanto, como arma de cobertura adicional à infantaria. Todavia, desde cedo, os soldados passaram a perceber que este armamento tinha efeitos contra carros blindados; na época, o computador do MANPADS sequer tinha mecanismo adequado de mira contra alvo terrestre. O soldado apenas o apontava a olho e o disparava. Atualmente, foram desenvolvidos sistemas de mira digital anticarro e, no Líbano em 2006, o MANPADS foi utilizado para destruir edificações nas quais se abrigavam soldados israelenses. Estima-se que a maior parte das 100 baixas fatais da infantaria israelense tenham sido causada por MANPADS e granadas autopropelidas (RPG).

dêem em estreita combinação com outros ramos das Forças Armadas da Bolívia, como é o caso da Força Aérea (cobertura e reconhecimento) e do próprio Exército (operações e engajamento tático). Por outro lado, devido à fragilidade dos M-113 do Exército, a sua linha de suprimentos é vulnerável a emboscadas, para o que necessita o suporte da Marinha e da Força Aérea. Caso sejam conjugadas e combinadas, as Forças Armadas bolivianas representam um obstáculo notável a intentos separatistas. Do contrário, caso ocorra como nas Malvinas, onde cada ramo travou sua própria guerra, toda estrutura de comando e controle da Marinha (e das demais) corre o risco de ficar inoperante, pois seus dois batalhões de Fuzileiros Navais sozinhos não poderão assegurar a proteção do espaço navegável. Fica assim, estabelecido o papel do controle em operações combinadas, nas quais é essencial o papel cumprido pelas Comunicações.

As comunicações são decisivas para a coordenação de operações entre os três ramos, ainda mais em uma área que perfaz mais da metade do território do país. A julgar pela infra-estrutura informacional do país em termos de comunicações civis, esta capacidade instalada não está assegurada para as Forças Armadas bolivianas. Isso levanta o espectro de rebeldes coordenando melhor suas ações através de aparelhos celulares do que o próprio exército com seu sistema de rádio. Caso ocorra o que se deu no Afeganistão — os rebeldes obterem apoio informacional e de inteligência de sinais<sup>56</sup> e imagem (SIGINT e IMINT) de uma potência estrangeira — teremos então nas comunicações um elemento que, por si só, tem potencial para erodir a capacidade de combate das Forças Armadas bolivianas.

No que tange às operações, deve-se considerar o problema da manutenção e conservação de equipamentos. Até o momento de conclusão dessa pesquisa, não se dispunha de dados confiáveis acerca do estado de operacionalidade de aeronaves, carros de combate e lanchas comissionadas nas Forças bolivianas. Seria um erro supor que, por serem de pequeno porte, a manutenção das FFAA bolivianas é de baixa qualidade. Afinal, há países onde justamente devido à pequena quantidade de material disponível o equipamento é mantido nas melhores condições. Porém, mesmo que seja este o caso, devido às dificuldades orçamentárias, é comum o chamado “canibalismo” — ou seja, o fato de as peças de um sistema de armas serem utilizadas para repor a falta de sobressalentes em outro sistema. Isto

---

<sup>56</sup> **SIGINT** — Signals Intelligence – Inteligência de sinais “Historicamente originou-se da interceptação, decodificação, tradução e análise de mensagens por uma terceira parte além do emissor e do destinatário pretendido”. **CEPIK**, Marco A. C. *Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilema de Institucionalização*. Rio de Janeiro. IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Doutorado em Ciência Política, 2001.

se dá com frequência na América do Sul. Em virtude disso, muitas vezes o balanço real é uma fração da capacidade estimada no papel, não raro menos de 30%. Por exemplo, seria surpreendente se os cascáveis da Bolívia (EE-9) estiverem em melhores condições que seus equivalentes brasileiros, cujo tempo de vida útil já expirou, encontrando-se em estado crítico<sup>57</sup>.

Sobre a Tática, resta dizer que o Exército boliviano encontra-se mal equipado para o tipo de guerra hoje existente, mesmo que de baixa intensidade. Isto pode ser claramente inferido da experiência militar recente.

Desde a guerra do Vietnã com o Camboja (1979), cujas batalhas entre as forças vietnamitas e do Khmer Vermelho deram-se ao norte do Camboja, em um ambiente de selva enclausurado, ficou claro o papel da artilharia portátil. Na ocasião, o uso da granada propelida a foguete (RPG-7<sup>58</sup>) tomou o lugar dos morteiros e do fuzil de assalto como causa principal de baixas.

No Afeganistão (1979-1988) os *mujahedins* causaram perdas sensíveis aos soviéticos, obrigando-os a modificar sua estratégia de operações e equipamento, em virtude do uso de mísseis portáteis (MANPADS<sup>59</sup>). Pela experiência do Afeganistão se depreende que, em um curto intervalo no interior da década de 80, o míssil somou-se à granada propelida a foguete como sistema de artilharia portátil. Contudo, foi somente na primeira guerra da Chechênia (1994–1996) que o exército russo foi realmente derrotado pelo uso de MANPADS. A segunda guerra da Chechênia (1999-2000) foi justamente o exercício de demonstração desse aprendizado. Desta vez, contudo, foram os russos que utilizaram MANPADS e granadas propelidas a foguete com o acréscimo da munição termobárica<sup>60</sup>. Este foi o aspecto tático considerado decisivo na vitória russa na segunda guerra da Chechênia.

---

<sup>57</sup> Foi o mesmo que se deu com os Urutus brasileiros que tiveram que passar por uma reformulação de emergência para poderem ser empregados no Haiti.

<sup>58</sup> **RPG** — Rocket Propelled Grenade — “Granadas propelidas por foguete”. Também conhecidas somente por “RPG’s”. O RPG-7V é portátil, é capaz de destruir veículos blindados ligeiros, helicópteros e danificar edifícios.

<sup>59</sup> **MANPADS** — Ver nota 55.

<sup>60</sup> **Termobárica** — Armas termobáricas são aquelas que combinam o poder de destruição de duas forças: calor e pressão. Liberam uma bola de fogo intensamente concentrada, combinada com uma explosão de alta pressão. Bombas termobáricas são armas para concentrar calor e pressão em um espaço limitado, reduzindo danos colaterais materiais (uma vez que o explosivo é altamente letal para os humanos), mas também possibilitando alcançar alvos subterrâneos em profundidade. Cf. **WILDEGGER-GAISSMAIER**, Anna. *Aspects of thermobaric weaponry*. ADF Health. Vol. 4, number 01, 2003. pp. 03-06

Na Somália, em 1993, os episódios envolvendo a morte de soldados americanos, causados pela queda de dois *Blackhawk*, foram relacionados ao uso de RPG. No Iraque, desde 2003, as granadas autopropelidas ocupam o segundo lugar como causadora de mortes aos norte-americanos, ficando apenas atrás das armadilhas explosivas (IEDs) <sup>61</sup>. Para sorte dos americanos, até os dias de hoje no Iraque, o RPG não foi associado ao uso de MANPADS; do contrário suas baixas assomariam a um montante muito superior às atuais cerca de 2 mil por ano.

Na América do Sul, os RPGs já foram inaugurados na guerra entre Peru e Equador como sucedâneos da artilharia na luta de selva. Afortunadamente, para a Força Aérea do Equador, os MANPADS nesta ocasião foram pouco empregados. Ainda que em número de apenas doze, lançadores RPG-7V do Peru definiram a batalha de Tiwinza, como se depreende pelo relato:

Soldados del glorioso Ejército Peruano avanzan al encuentro del invasor sorteando minas enemigas. Portan fusiles FAL, granadas de mano, en primer plano soldado equipado con un lanzacohetes de manufactura rusa RPG-7V. **Se utilizaron en la toma de Tiwinza una sección de 12 RPG-7V que dispararon un total de 280 cohetes**, causando terribles estragos<sup>62</sup>. (Grifos Nossos).

Demonstrou-se somente na guerra do Líbano, em 2006, o papel devastador que a conjugação de granadas propelidas a foguete e mísseis portáteis pode cumprir contra unidades blindadas, tendo colocado fora de combate 60 blindados israelenses (seis definitivamente) <sup>63</sup>. Além da conjugação, o fator decisivo, foi uma melhoria na guiagem, o RPG passou a contar com o computador digital. O velho RPG-7 cedeu lugar ao RPG-29<sup>64</sup> e o velho míssil portátil, guiado apenas por infravermelho, recebeu guiagem a laser.

O próprio sistema de blindagem virtual Trophy<sup>65</sup>, que passa a entrar em serviço em 2007 nas Forças de Israel e dos EUA, demonstra a relevância dos RPG's e MANPADS e o

<sup>61</sup> IED — Improved Explosive Device

<sup>62</sup> Cf.: TORRES, J. e ROSPIGLIOSI, Fernando. *El Día que Llegamos a Tiwinza. El "Miércoles Negro" para el invasor ecuatoriano*. In: Revista Caretas. <<http://giants-of-cenepa.4t.com/tiwinza1.html>> (20/11/2007).

<sup>63</sup> CORDESMAN, Anthony H. Preliminary “Lessons” of the Israeli-Hezbollah War. Washington-D.C. CSIS - Center for Strategic and International Studies, 2006.

<sup>64</sup> *Israel hecha la culpa a la bazuka rusa de su fracaso militar en el Líbano*: <<http://www.voltairenet.org/article143061.html>> (16/08/2006)

<sup>65</sup> O Trophy é uma blindagem virtual. Trata-se um campo invisível que, como os campos de força dos filmes de ficção, detonam a carga explosiva de qualquer granada propelida à foguete ou míssil portátil que se aproxima do blindado. Então, tudo que ocorre é o impacto inofensivo do foguete ou míssil já desarmado de sua ogiva com a parede do carro. A despeito da mídia (Fox News) abusar da idéia do “campo de força”, o mais provável é que se trate de um feixe de microondas de alta potência (HPM) que é emitido do interior do carro e interfere no dispositivo de detonação do foguete ou míssil, fazendo

quanto eles mudaram o panorama da tática. MANPADS não dizem respeito apenas à cobertura antitanque e antiaérea, mas também ao combate com outras forças de infantaria ou insurgentes. À exceção do HN-5, que ao fim foi para os EUA, só se têm notícias de um número não especificado de RPG-7V comissionados nas Forças Armadas Bolivianas<sup>66</sup>.

Em termos de artilharia portátil, há ainda o caso do papel tático dos fuzis antimaterial, de calibre 0,5 polegadas (12,7mm). No combates em Faluja, em 2005, eles se revelaram mais devastadores para o moral inimigo do que os explosivos de artilharia e as armas químicas utilizadas na ocasião. Fuzis antimaterial destroçam coletes à prova de bala, blindados leves, *drones*<sup>67</sup>, enfim, dão uma nova dimensão à artilharia portátil como parte integrante do equipamento de infantaria. Como a artilharia convencional, o papel principal da artilharia portátil é o de promover matança e disseminação de terror<sup>68</sup>.

Há a questão do reconhecimento e da vigilância. Nesta função (SR<sup>69</sup>) os *drones*, pequenos aviões não-tripulados semelhantes a aeromodelos, cumprem papel fundamental. Os *drones* mapeiam o campo de batalha em tempo real, permitindo a coordenação das armas e distintas unidades — o que dá ao detentor destes meios uma apreciável vantagem tática. No balanço qualitativo de armas, o uso de sistemas de vigilância e reconhecimento, a rede de comunicações e o poder de fogo da infantaria são questões que dizem respeito às demandas

a espoleta detonar antes de atingir o alvo. As HPM's são armas de pulso que atuam sobre qualquer sistema eletrônico. Consistem em pulsos de curtíssima duração (medidos em nano segundos) que, todavia, podem conter uma carga de até vinte (20) gigawatts (GW) de potência. Só para se ter uma idéia, a produção diária de uma usina hidrelétrica é de dois (2) gigawatts (GW).

<sup>66</sup> Curiosamente não encontramos no inventário peruano atual (IISS 2007: p. 84A) a presença de nenhum RPG de qualquer tipo. Todavia, o IISS (2007: p. 62A) acusa sua presença no inventário boliviano, cujo número não é especificado, mas cuja quantidade é inferior a 200 unidades (total de todos os tipos de foguetes).

<sup>67</sup> **Drones** — Veículo aéreo não tripulado, precursor dos atuais UAV's (*Unmanned Aerial Vehicles*). Os UAV's são verdadeiros aviões robôs. O termo *drone* ainda é utilizado para designar aeronaves mais simples utilizadas principalmente para reconhecimento de território inimigo por pequenas unidades, esquadrão ou pelotão (de 10 a 50 combatentes). Em suma, o UAV é um avião não-tripulado; o *drone*, um aeromodelo utilizado com finalidades militares. Ambos antes se denominavam RPV (Remote-Piloted Vehicle).

<sup>68</sup> De todas as armas, estranhamente — já que todas as armas matam — a artilharia é a única que possui a finalidade expressa de matar. A função da cavalaria é romper e cortar as linhas inimigas, em suma, a ruptura. A função da infantaria é penetrar através das brechas criadas pela cavalaria ocupando o terreno. Na infantaria, o soldado é uma arma ofensiva, mas o seu armamento é considerado um recurso defensivo para proteger o infante que ocupa o terreno. Por isso, geralmente ele porta apenas armas leves. A logística tem como função suprimentos; a inteligência, a obtenção de informações; as comunicações, são autoexplicativas; a engenharia, ao contrário do que normalmente se pensa, também realiza ataques. No entanto, a única arma que realmente tem a função formal e expressa de matar e causar terror é a artilharia. Cf. DUNNINGAN (2003:101). O autor reveladoramente intitula o capítulo dedicado sobre artilharia como "The Killer" (a assassina).

<sup>69</sup> **SR** — Surveillance and Reconnaissance. Vigilância e Reconhecimento.

fundamentais da guerra do século XXI, qualquer que seja sua escala. As forças insurgentes, desde o Camboja passando pelo Afeganistão, Chechênia, Iraque e Líbano, têm demonstrado notável proficiência e facilidade na obtenção de sistemas de artilharia portátil, vigilância e reconhecimento, além de capacidade em estabelecer uma rede de comunicações.

A constatação básica é que as Forças Armadas Bolivianas têm dificuldades como dispositivo externo de dissuasão ou como dispositivo antiguerrilha. Teriam sérias dificuldades em uma conflagração com qualquer país vizinho. Também é crítico fazer frente a uma guerrilha de alta tecnologia. O quadro de equipamento<sup>70</sup>, orçamento e formação de pessoal, é agravado por óbvias dificuldades de escala. A perspectiva de o movimento separatista ser apoiado por países da região e relacionar-se com o tráfico internacional de drogas e armas coloca o problema do poder de fogo e das comunicações com toda atualidade — perspectiva que serve tanto para o Exército boliviano quanto para quaisquer países da região que venham, sob a bandeira da OEA ou da ONU, a integrar operações de estabelecimento ou manutenção de paz.

## **II) Três Cenários de Guerra Local**

Construir cenários diz respeito à função de prospecção cumprida pelo planejamento estratégico. O propósito não é antecipar a realidade, muito menos o de prever o futuro, mas dotar o Estado de uma agenda. O serviço público costuma ser muito lento. Decorrem anos entre o processo de diagnóstico, decisão, a aprovação orçamentária e sua execução. Por isso é que o planejamento antecipado é necessário para a mobilização dos meios políticos, administrativos e militares, que problemas envolvendo a guerra podem exigir. Todo o esforço de prospecção tem como propósito a construção dessa agenda, ou seja, de responder o que será necessário em caso de guerra.

Fazer cenários em Estudos Estratégicos é o mesmo que construir tipologias na sociologia. Eles servem como metáforas ou aproximações da realidade. Essas aproximações são análogas a métodos de estudos em ciências exatas, biológicas, e da saúde, nas quais se utilizam as chamadas CNTP (Condições Normais de Temperatura e Pressão). Embora na realidade tais condições sejam extremamente raras, representam a base da formulação da grande maioria do conhecimento disponível nas respectivas áreas. Daí a subdivisão em três

---

<sup>70</sup> Sistemas de vigilância, reconhecimento, comunicações e material bélico.

cenários “puros”, que procura responder às perguntas: o que pode ocorrer de pior, de mais inofensivo e de melhor<sup>71</sup>.

Todos os cenários são de guerra local, pois do contrário não haveria como realizar o objetivo dos Estudos Estratégicos que é investigar a guerra, suas hipóteses e decorrências para o Brasil. Isto não quer dizer que não haja — o que todos esperamos — soluções políticas para a crise boliviana.

Na conclusão, procuramos inventariar os elementos que, sendo comuns aos três cenários, indicam as dimensões e possíveis desdobramentos, que sejam relevantes para a agenda de Defesa do Brasil.

### 1 – A Desagregação

Neste cenário, como é próprio da abordagem proposta, todos os acontecimentos se dão da melhor forma para os separatistas e da pior forma para os interesses da Bolívia e do Brasil. Há o máximo prejuízo em termos sociais, econômicos e políticos Brasil e Bolívia. No país andino, o Exército se divide — o que é a porta para a ruína do Estado. No Brasil, o processo decisório é paralisado pela influência do patrimônio e do corporativismo na política externa. Como consequência, o Estado brasileiro não tem sorte muito diversa do boliviano e também desaparece, mas não sob o influxo da guerra e sim da integração junto aos EUA.

Este “*worst case*” começa com a Assembléia Constituinte boliviana sendo retomada. Permanece, contudo, mais uma vez paralisada, uma vez que o MAS<sup>72</sup>, mesmo tendo seus votos somados aos do Movimento Bolívia Livre (MBL) e do Movimento Originário Popular (MOP), não consegue obter maioria de 2/3; requisito para a aprovação da Constituição<sup>73</sup>. As reivindicações da região da Meia Lua também não são satisfatoriamente atendidas.

---

<sup>71</sup> O que também está em conformidade com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra: “... a melhor situação de intercorrência, dito *alfa*; o segundo, a pior situação de intercorrência, dito *delta* e, o terceiro, uma situação de intercorrência naturalmente mais provável — quando se chegaria a um cenário tido *beta*.” Cf.: ESG. *Manual Básico/Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1993. p. 346.

<sup>72</sup> **Movimiento al Socialismo** — Partido do presidente Evo Morales.

<sup>73</sup> Fonte: **Monitor Eleitoral**, Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ. O MAS elegeu 137 dos 255 parlamentares constituintes (50,72% dos votos). Acrescido dos votos dos outros partidos da coalizão, o governo Morales fica com 148 assentos. Para a obtenção da maioria de 2/3, são necessários 170.

Cf.: <[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/9\\_monitoreleitoral\\_Monitor\\_Eleitoral\\_05.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/9_monitoreleitoral_Monitor_Eleitoral_05.pdf)> (01/11/2007).

Ocorrem protestos da esquerda e da direita, de indígenas e de fazendeiros. A insatisfação atinge pobres e ricos<sup>74</sup>. Em Santa Cruz, os separatistas vão às ruas; Sergio Antelo, um dos principais líderes separatistas, proclama a República Nação Camba. Há uma ocupação pacífica do Parque Nacional Tunari (“*Parque del Isiboro-Sécure*”). Este parque é objeto de litígio entre dois departamentos no país, o de Cochabamba e o de Beni, disputa que reflete o conflito entre a Bolívia andina e a Meia Lua<sup>75</sup>. Após alguns tumultos, a polícia local reprime os manifestantes, dos quais um acaba morrendo. Tal como no episódio desencadeador do levante de 1932 no Brasil, envolvendo a morte de quatro estudantes<sup>76</sup>, na Bolívia, um incidente localizado ganha repercussão de forma exponencial. Em número de pessoas, o manifesto lembra a morte do estudante Edson Luis, no Brasil, em 1968: milhares de pessoas vão às ruas.

É criado o movimento Mães da Nação Camba contra a Violência, pela Paz e pela Justiça (MaNaCaViPaJu<sup>77</sup>). No entanto, a ênfase dada à justiça recaia sobre o pedido de separação do restante do território do país. Este movimento resulta na criação de um movimento separatista que passa a receber doações que em poucos meses chegam ao montante de 180 milhões de dólares, bem mais do que o total do orçamento anual das Forças Armadas bolivianas<sup>78</sup>. O “MaNaCaViPaJu” serve tanto como biombo para receber doações de

---

<sup>74</sup> Como Evo jogou todas as expectativas em relação a seu governo na Constituinte, tanto de seus partidários como de seus opositores, o fracasso da Assembléia não conseguir aprovar um texto representou uma enorme frustração para todos. Este risco já havia sido alertado pelo articulista Hanz Dietrich.

<sup>75</sup> Ainda que o atual governante de Cochabamba, Cap.Manfred Reyes Villa, apóie a causa da Meia Lua, os separatistas a consideram uma região do “Alto Peru”.

<sup>76</sup> **MMDC** — Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. Movimento que foi o estopim da Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932. Nesta época, os paulistas se sentiam ressentidos por julgarem que trabalhavam para uma federação na qual tinham pouco poder, mormente após a Revolução de 30. Seu descontentamento não diminuiu com a nomeação de um paulista, Pedro Toledo, como interventor do Estado. Assim, iniciou-se um movimento para tirar Vargas do poder. A luta armada teve início após a morte dos 4 jovens “MMDC”. Em suas linhas gerais, este processo lembra em muito a situação boliviana atual. Tanto a Meia Lua como São Paulo, são as regiões mais ricas de seus países. Além disso, a morte dos quatro jovens serviu de base para a constituição de uma organização civil clandestina que, entre outras atividades, oferecia treinamento militar. Em nosso cenário para a Bolívia, a morte de alguns manifestantes serve de base para a legitimação de um movimento separatista (Nação Camba) que por sua vez institucionaliza a luta armada. Por estes paralelos, utilizamos o episódio de 1932 para a construção desse cenário.

<sup>77</sup> MaNaCaViPaJu - **Mães da Nação Camba** contra a **Violência**, pela **Paz** e pela **Justiça**.

<sup>78</sup> **IISS**, 2007: p. 61 B. O orçamento militar boliviano de 2006 foi de 155 milhões de dólares. É cerca de 20 vezes menor que o da Colômbia e 10 vezes menor que o chileno e venezuelano. Chegou-se ao número de 180 milhões de dólares como orçamento dos separatistas, a partir dos seguintes parâmetros. (1) O número de combatentes separatistas fornecido pelo jornal brasileiro O Globo de 29 Abril 2007 é de cerca de 12.000 em armas. (2) O montante anual movimentado apenas pelo tráfico de cocaína colombiano, um dos maiores envolvidos com o separatismo na região, estimado em 12,6 bilhões ao

fontes mantidas em anonimato quanto de fachada para a legalização das milícias de mercenários como o “exército nacional”. A causa nobre do combate à violência, da paz e da justiça acaba atraindo mercenários, traficantes, assassinos e torturadores no papel de justiceiros da Nação Camba com a missão de “reerguer a honra” e defender a população local.

O governo Evo declara que tais manifestações atingem seriamente a unidade nacional: o movimento é reprimido. Em resposta, os braços militares do movimento – a “Juventud Cruceñista”, os “Querembas” e as “Brigadas Juveniles”, que possuem íntimo contato com as AUC’s – tomam essa área fronteiriça entre Cochabamba e Beni, mas dessa vez com tropas.

O governo Evo Morales reage e, em nome da unidade nacional, intervém. Encontra, no entanto, sérias dificuldades: os combatentes cambas treinados por mercenários internacionais e veteranos da guerra civil colombiana são mais bem equipados e coordenam-se melhor do que as forças armadas da Bolívia. Por isso, inicialmente ficam em vantagem. Quando o Exército da Bolívia se reorganiza e, com apoio dos vizinhos, começa a recuperar terreno, os separatistas recebem maior apoio do exterior. Os AUC’s, cuja proximidade com o governo Álvaro Uribe é notória<sup>79</sup>, usam sua influência junto ao governo colombiano para infiltrar um número cada vez maior de paramilitares daquele país na Bolívia. Além disso, Colômbia e Chile passam a enviar oficiais não comissionados (NCO’s) para auxiliar e treinar rebeldes. Hugo Chávez procura reagir e aumenta a ajuda em tropas para Bolívia, o que Evo aceita. O custo excede o benefício. Aumenta a animosidade do Exército Boliviano em relação a seu governo.

Entretanto, devido às aproximações entre Chávez e Uribe, a Colômbia e a Venezuela apesar de disputarem 34 pontos de fronteira<sup>80</sup>, não entram em guerra direta entre si, o que mantém o conflito boliviano como caso de guerra local. Por sua vez, a presença de tropas venezuelanas em solo da Bolívia, em linhas exteriores, sem uma cadeia de suprimentos e

---

ano. (3) A fortuna pessoal de Juan Carlos Abadia, chefe de cartel preso no Brasil, que é de 560 milhões de dólares, cinco vezes mais que o estimado em doações. (4) O custo do Hezbollah no Líbano, referido por Cordesman, estimado em 100 milhões de dólares ao ano.

A cifra de 12,6 bilhões de dólares por ano para a exportação de cocaína na Colômbia foi obtida com base nos dados de Leon Valencia: em 2000, a exportação anual de cocaína foi de setecentas toneladas atuais. Deste valor, a Colômbia foi responsável por 60%, ou seja, 420 toneladas. Com o quilo de cocaína valendo em média no atacado trinta mil dólares no mercado internacional, a renda das exportações para o ano 2000 (número de toneladas da droga colombiana vezes o preço do quilo). VALENCIA, León. *Drogas, conflito e os EUA: a Colômbia no início do século*. Estudos Avançados. 2005, vol. 19, no. 55, pp. 129-151.

<sup>79</sup> Ver, por exemplo, GUTIÉRREZ, Carlos, Impunidade à vista – *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2005.

<sup>80</sup> Conforme David Mares, entre outras controvérsias, os dois países possuem atualmente 34 regiões em disputa. Fonte: MARES, op.cit., 2001, pp. 45-46.

comunicações segura com seu país, vulnerável a embargos internacionais, cria mais problemas do que soluções. Afinal, a Venezuela não possui fronteira terrestre com a Bolívia, sendo esta um país sem litoral. Portanto, para abastecer um contingente expressivo, os venezuelanos precisariam atravessar o espaço aéreo de países neutros ou hostis, o que inviabiliza qualquer cadeia de suprimento e logística. Além disso, a Bolívia não é carente de pessoal militar qualificado<sup>81</sup>. Precisa de material bélico e munições, apoio informacional e suprimentos, mas não de soldados venezuelanos. Ademais, a presença de um pequeno contingente venezuelano no país, além de agastar os militares bolivianos, serviu para indisporlos com seus tradicionais aliados argentinos e brasileiros. Ergueu-se o véu da suspeição de um “eixo” Caracas – La Paz.

Para muitos militares brasileiros e argentinos, o bolivarismo assumiu o lugar da antiga ameaça comunista. O insignificante batalhão enviado por Chávez só serviu para corporificar e dar estatuto de realidade para a idéia de uma “ameaça bolivariana” que, de resto, é mera ficção<sup>82</sup>. Os militares bolivianos perceberam isto desde sempre, fator que esteve entre os pivôs para colocar os militares bolivianos em conflito interno e para indispor a corrente institucionalista do Exército com Morales. Evo cometeu muitos erros, mas, de todos, retrospectivamente, acolher os venezuelanos foi considerado seu erro maior.

Por tudo isto, em vez de estabelecer um contrapeso aos assistentes estrangeiros mercenários e ao seu sofisticado material bélico oriundo do exterior, a presença venezuelana precipita uma crise já em gestação entre as diferentes facções das forças armadas bolivianas.

Na seqüência, a secretária Condoleezza Rice faz declarações no sentido de que os EUA farão o máximo em busca da paz, objetivando o restabelecimento de democracia. Porém, enquanto isto, os EUA permitem a utilização de suas bases no Panamá, em Manta, no Equador, e Mariscal Estigarribia, no Paraguai, operando uma nova *Air America*<sup>83</sup>. Através de

---

<sup>81</sup> Tratou-se da transferência de um batalhão de engenheiros de combate venezuelanos. Ocorre que a Bolívia possui em seu inventário pelo menos 6 batalhões deste tipo. Seria compreensível que os engenheiros bolivianos viajassem à Venezuela fazer cursos de intercâmbio ou reciclagem. Mas, para o público boliviano e, sobretudo para os militares, ficou incompreensível o papel de uma força tão insignificante e que, em contrapartida, trazia tantos problemas políticos e diplomáticos para o país.

<sup>82</sup> Do mesmo modo que a guerrilha de Che Guevara na Bolívia, ainda que involuntariamente, corporificou a tese de que havia uma agressão soviética em marcha contra a América Latina operada por meio de Cuba e da guerra revolucionária. A guerrilha serviu, a despeito das intenções de Guevara, para a disseminação de ditaduras que tomaram conta da América no Sul nos anos 70. Antes de Guevara, dos países de tradição democrática da América do Sul, apenas o Brasil possuía regime militar.

<sup>83</sup>“Para tentar enfrentar a guerrilha do Pathet Lao e as tropas do Vietnã do Norte que defendiam a trilha de Ho Chi Minh (...) a CIA organizou o chamado *L'Armee Clandestine*, que contava com 30 mil

pequenos aviões e graças à proteção fornecida pelo uso das bases, armas são introduzidas regularmente no país, em um fluxo interminável de equipamentos e munições. Paralelamente, devido às suas desavenças, os bolivianos paralisam amigos tradicionais, como a Argentina e o Brasil e, ao mesmo tempo, ressentem-se da falta de armas modernas e até de munições. Na prática, trata-se de uma verdadeira invasão protagonizada por Chile e Colômbia, porém operada através de mercenários da Blackwater<sup>84</sup> e de AUC's colombianos.

De sua parte, os EUA não intervêm diretamente e, paradoxalmente, confiam às ações a seus aliados da região: Brasil e Argentina. Aparentemente, o Departamento de Estado e Defesa dos EUA carecem de coordenação. Meios esquerdistas e teorias conspirativas dizem que não é este o caso, que os EUA querem deliberadamente desestabilizar a região para inviabilizar seu processo de integração controlando as reservas de gás e de petróleo da América do Sul.

Brasil e Argentina, no âmbito do Mercosul e da Unasul, chamam Uruguai e Paraguai a intervir em nome da estabilidade regional. Há acordo em termos do estabelecimento de forças de paz para a região conflagrada. Enquanto se dão gestões junto ao governo boliviano, a matéria chega ao Congresso Nacional do Brasil. No Legislativo brasileiro, o forte *lobby* da bancada ruralista pressiona contra qualquer intervenção e a favor do reconhecimento do Estado Camba. O deputado Ruy Pauletti defende a soberania e o direito de autodeterminação dos cambas, agindo em interesse dos grandes plantadores de soja da região. Após uma negociação com a bancada governista, chega-se a um acordo: o Brasil declara neutralidade, buscando uma solução diplomática. A esquerda brasileira fica com medo de ser acusada de

---

camponeses das tribos Meo, 17 mil soldados tailandeses e várias unidades de boinas verdes usando uniformes sem insígnias norte-americanas e carregando armas chinesas ou soviéticas. A guerra secreta da CIA no Laos foi abastecida por uma companhia aérea de propriedade da agência, a *Air America*, que operou até 1981". **CEPIK**, Marco. *Serviços de inteligência: Agilidade e transparência como dilema de institucionalização*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Doutorado em Ciência Política, 2001. A tríade CIA, tráfico de drogas e paramilitares agiu como um mecanismo de retroalimentação, disseminando violência e mortes.

<sup>84</sup> **Blackwater** — Criada em 1997, é uma das maiores empresas norte-americanas provedora de serviços de segurança. Seu atual vice-presidente é Cofer Black, ex-diretor de operações da CIA (Central Americana de Inteligência). Em seu site, ela se define como mais do que uma simples companhia privada de segurança: presta serviços como participação de operações de paz, aplicação da lei e treinamento a forças armadas. É curioso o fato de, na seção para candidatar-se para empregos na empresa, uma das vagas exigir mínimo de 8 anos de experiência nas Forças Armadas dos EUA. Ademais, a Blackwater afirma que seu compromisso é dar suporte para a segurança e para a paz, e para a democracia e a liberdade em qualquer lugar. A empresa tem sido objeto de intensos debates na mídia e no Congresso norte-americano. Se entendermos por mercenário todo indivíduo que não é parte de uma determinada Força Armada, mas participa de conflitos por ela protagonizados; se, além disso, estes indivíduos são motivados por melhores salários ou mesmo por espírito de aventura, então seguramente podemos afirmar que a Blackwater é uma empresa que recruta mercenários.

sub-imperialista; confusa e dividida, torna-se incapaz de estabelecer qualquer polaridade dentro do Congresso. Na verdade, apesar de haver democracia há mais de 20 anos, e de ter se convertido a ela, a esquerda foi incapaz de pensar um projeto para o Estado. Em sua conversão à democracia, a esquerda tornou-se puramente liberal, inclusive nos preconceitos, como ilustra a rejeição da guerra como interface da política. Além disto, havia o comportamento reativo ao passado, o qual levava a esquerda a encarar problemas de segurança nacional como sinônimo de regimes autoritários.

Assim, uma vez que o governo foi derrotado pelo senso comum dos parlamentares, a participação na força de paz sul-americana foi vetada. Como resultado da defecção do Brasil, cuja diplomacia fica desmoralizada com o resultado produzido no Congresso, a Argentina se vê obrigada a agir sozinha. Ela possui o apoio dos militares bolivianos “reivindicacionistas”, que são contra o Chile e acreditam em uma aliança entre Brasil e EUA para dividirem e apossarem-se dos recursos de seu país. Parte deles solicita que os argentinos ocupem o departamento de Tarija. Como se sabe, é lá que se encontra o gás que, proveniente da Bolívia, é destinado a brasileiros e argentinos. Como resultado, grave divergência emerge entre o Brasil e a Argentina sobre a condução da questão. O Brasil acredita que o assunto é matéria para a OEA ou Unasul. Os argentinos respondem que se trata de um entendimento bilateral, normal entre os dois países; dizem, ademais, que o Brasil não cumpriu com o entendimento preliminar sobre a projetada força de paz sul-americana. De todo modo, há declarações discrepantes: na Bolívia, parte do Exército é contra o ingresso de qualquer militar estrangeiro que não seja sob mandado internacional. As divergências entre os próprios militares bolivianos se encarregam de elevar o tom das desavenças da Argentina com o Brasil.

Em seu país, Chávez sofre intensa oposição interna e desgasta-se devido à má condução na guerra. Na Bolívia o ingresso da Argentina em Tarija é a gota d'água que faltava para a queda do governo. Evo perde o resto de respaldo e apoio do setor militar institucional. Antes, o ingresso do batalhão de engenharia de combate da Venezuela; depois, o ingresso de unidades militares argentinas; essa conjuntura é demais para os sentimentos de soberania e de respeito à Constituição. Há um “pronunciamento militar” e a Suprema Corte boliviana declara que Evo transgrediu a Constituição. Como resultado, o presidente renuncia. A aliança entre Bolívia e Venezuela não resiste. Argentinos e venezuelanos são convidados a se retirar; procrastinam. Enquanto isto, graças às divisões no exército boliviano, o “estado” Camba começa a se consolidar. Como resultado, a parte andina da Bolívia torna-se o país mais pobre da América Latina.

O Estado Camba recupera Tarija com o compromisso de manter o fornecimento de gás para Brasil e Argentina. Entretanto, seu principal consumidor passa a ser o Chile, que também possui séria deficiência no setor energético; o suprimento para argentinos e brasileiros é o mínimo possível, suficiente apenas para manter a subsistência e evitar uma escalada com os dois países. Os novos contratos, portanto, favorecem o Chile. O Estado Camba é então reconhecido pelos EUA e, na seqüência, pelos países sul-americanos e pela UE. O Brasil, diante do contexto, força-se a reconhecer a República Camba.

Tanto Mercosul como Unasul acabam (especialmente devido à divergência entre Brasil e Argentina). Mercenários e ex-AUC's resolvem permanecer no país. O negócio dos hidrocarbonetos não tem espaço para todos; além disto, a carreira de funcionário público é pouco atraente. Estabelecem-se inicialmente como fazendeiros, mas a atividade também é pouco lucrativa e emocionante. Por isso, decorrido certo tempo, os senhores da guerra retomam sua lide de tráfico de drogas e armas, protegidos pelo *status* de heróis nacionais e pais fundadores da nação camba.

No Brasil, em função do resultado adverso dos acontecimentos, instala-se uma CPI no Congresso com acusações de que houve incompetência (alguns falam em alta traição) por parte do governo. O presidente Lula não chega a cair, mas sofre enorme desgaste moral e termina o mandato emparedado. O Brasil sente a necessidade de um estadista. A Rede Globo promove o retorno triunfante de Fernando Henrique Cardoso.

Nos EUA, Hillary assume a Presidência da república. Assim como o marido, ela é amiga de FHC. Neste ínterim, há um levante em Rondônia: os índios dizem que querem se integrar a Nação Camba. FHC vê a oportunidade e intervém. A ameaça da droga, do crime organizado e, agora, a violação à soberania territorial permitem que até parte da esquerda adira à guerra de FHC – importando armas e gastando profusamente, sem qualquer perspectiva de entronização de tecnologia. A despeito de tudo, o Brasil vence graças ao valor de seu material humano. Todavia, como tudo foi feito às pressas, sem preparação doutrinária e treinamento prévio, as baixas são enormes. É preciso justificar o custo da guerra. Por isso, ao invés de restituir as fronteiras nos termos do *status quo ante*, FHC avança; toma parte do território Camba.

Nos EUA, sob o novo governo democrata, a *Homeland Security* passa a vigiar estreitamente as pessoas da Blackwater. Hillary se ressentida das ações da empresa contra sua candidatura. Em 2008, repetiu-se na campanha de Hillary o episódio de Watergate. Sedes do

Partido Democrata foram invadidas e tiveram seus documentos vasculhados. Porém, ao contrário do que se deu na reeleição do republicano Nixon, desta vez os democratas ganharam. Uma vez que se confirmou que as ações tinham sido fruto da ação dos irregulares da companhia Blackwater, a *Homeland Security* (HS) não perde tempo; move-se contra a empresa. Descobre-se o envolvimento de pessoas ligadas à companhia em tráfico de pedras preciosas, drogas e armas. Richard Clarke<sup>85</sup>, agora responsável pela HS, fornece as provas para que o FBI mova um processo contra seu velho amigo Cofer Black. Por estas investigações, chega-se a Cheney e Bush, que são acusados de envolvimento em seqüestro, tortura e de conspirarem contra a Constituição dos EUA. Trata-se de alta traição – revigorada pelos processos contra a junta Cheney e Bush<sup>86</sup>, como o escritor Gore Vidal já havia designado a ambos quando ainda estavam no governo, os EUA retomam seu poder brando.

Assim, uma decisão condiciona outra, formando uma cadeia viciosa. Em virtude do revigoramento da diplomacia norte-americana e de seu poder brando, somado ao desgaste entre Brasil e Argentina, a ALCA se torna irreversível. FHC refaz o acordo militar Brasil e EUA rompido desde os anos Geisel. Ao contrário das expectativas de militares brasileiros, a assinatura do acordo só serve para a formulação de um parecer que diz ser inviável, diante dos termos de austeridade fiscal previstos no acordo de ingresso do Brasil na ALCA, a manutenção de Exército no Brasil. O desgaste das Forças Armadas com o público interno também cumpre sua parte. A Rede Globo havia divulgado que as baixas haviam sido de exclusiva responsabilidade dos militares e não da decisão apressada e aventureira de FHC. Por isso, o acordo militar com os EUA na prática serve apenas para a aceleração da aplicação da doutrina McNamara, que já previa desde os anos 1980, a conversão das forças armadas da América Latina à condição de guardas nacionais, restritas à função de combate ao tráfico de drogas. O governo resolve convocar um plebiscito para decidir o futuro das FFAA. Ressentido com as perdas causadas pela guerra e certo de que a responsabilidade era dos militares, a população vota reativamente. A extinção do Exército é aprovada.

---

<sup>85</sup> Richard Clarke foi Coordenador das atividades de antiterrorismo no governo Bill Clinton. Quando Bush assumiu, ele tentou, inutilmente, persuadir o novo governo sobre os riscos representados pela Al Qaeda. Fracassou, a agenda do Iraque havia tomado o lugar de qualquer outra preocupação. O patrimonialismo ditava as regras da segurança nacional. CLARKE, Richard. *Contra Todos os Inimigos*. São Paulo, Editora Francis, 2004.

<sup>86</sup> Junta do gás e do petróleo — indivíduos que pertencem ao lobby do petróleo, do gás e da indústria bélica nos EUA. Conforme o autor, estas pessoas não só foram responsáveis pela fraude das eleições presidenciais de 2000 como também praticamente governam os EUA sozinhos. VIDAL, GORE *Sonhando a Guerra* Autor: São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

Na ausência do exército, a imprensa argumenta que há necessidade de proteção externa. Exige a necessidade da presença do *US Army* no Brasil, nos termos previstos pelo novo acordo. Curiosamente, pouco antes a mídia havia movido uma campanha a favor do “sim” no plebiscito que votou pela extinção do exército. Diante disto, o pedido norte-americano de construir bases na região é recebido com naturalidade e aceito. Bases norte-americanas são construídas no Nordeste, Espírito Santo e Amazônia. Todas as principais zonas de extração e refino de petróleo passam à proteção norte-americana. A Petrobrás é privatizada; a economia, dolarizada. No âmbito comercial, apesar da lista de exceções, que visa proteger os produtos brasileiros, várias empresas do Brasil vão à falência. Para fazer frente às assimetrias e reduzir os custos para o Brasil, Hillary e FHC assinam um acordo para converter sua união econômica em política. Destarte, ao contrário da Bolívia, que morre em meio à cruenta guerra civil, o Brasil, discretamente e sem alarde, simplesmente deixa de existir.

## **2 – Guerra Sub-estatal – a Definição é Adiada**

O cenário mais anódino de guerra envolvendo a secessão boliviana é uma guerra que não transborda as fronteiras nacionais. Os insurgentes não conseguem liberar uma porção significativa do território nacional, suficiente para reivindicarem a condição de beligerante<sup>87</sup>. Todavia, à semelhança do que ocorreu com a Colômbia, os insurgentes, tal como se deu com as FARCS deste país, criam bolsões no território sobre o qual exercem controle ou hegemonia na maior parte do tempo. No princípio, isso se deveu às soluções políticas encontradas para mediar a crise oriunda da indefinição da Constituinte.

Neste cenário teríamos a formação de uma confederação não declarada, uma autonomia equivalente a uma quase soberania. Na prática, a região da Meia Lua passaria a receber uma parcela maior da arrecadação tributária estatal. O equilíbrio é frágil; cada uma das duas partes busca conduzir sua política, interna e externa, independentemente da outra. Elas só fazem parte da mesma República por verem na infra-estrutura e na ligação em comum uma razão plausível para pertencer do mesmo Estado.

Da parte dos Estados Unidos, a secretária de Estado Condoleezza Rice declararia a profunda preocupação com a democracia boliviana. Anunciaria o envio de diplomatas que atuariam em reunião da OEA convocada pela norte-americana. A reunião pouco contribuiria; as partes não se aproximariam nem se afastariam mais do que já estão.

---

<sup>87</sup> A o reconhecimento como beligerante é quesito para requerer a mediação internacional, para que o assunto seja objeto de debate nos fóruns internacionais (OEA, ONU, Unasul).

O Chile, por sua vez, não interviria, uma vez que temeria um conflito em escala maior com a Argentina; por isso, neste cenário o país não presta apoio ostensivo aos separatistas. O Brasil também se comprometeria a não intervir, encaminhando a solução para uma resolução no âmbito político interno da Bolívia.

Um cenário deste tipo só seria possível com a participação do Exército como árbitro nacional. As Forças Armadas, em nome da unidade nacional, uniriam os extremos sociais, políticos e econômicos do país. Heinz Dieterich, em seu artigo<sup>88</sup>, considera que, a exemplo da Colômbia, a solução da controvérsia boliviana só pode ser obtida por meio de negociação. Restariam os dois extremos: o setor mais radical do MAS, defendendo a autonomia indígena e a oligarquia da extrema direita, que ficam insignificantes politicamente mas o suficiente para permitir bolsões de insurgência. É justamente a indefinição que atendeu a todos em certa medida que também mantém o descontentamento generalizado. Com este espaço é que surge a base social e política de uma insurgência separatista, todavia, sem condições de impor sua vontade frente a um exército unificado.

Mesmo nas proporções da insurgência, que é reduzida se comparada com a guerra civil, a secessão boliviana traz várias implicações para o Brasil:

1- Risco de um destes bolsões ficar ao longo ou próximo do gasoduto Brasil-Bolívia, e isto ser usado como instrumento de pressão diplomática para o reconhecimento como força beligerante, instrumento de extorsão para obter apoio econômico e político.

2 - Neste caso, os separatistas poderiam tentar fazer uso do Brasil como um santuário para conseguir insumos como medicamentos e víveres (suprimentos civis para uso militar).

3 – Diante da posição adotada pelo governo Brasileiro, o fornecimento do gás natural poderá ser cortado por qualquer uma das partes (Governo ou separatistas).

4 – Risco de um dos bolsões dominados pelos separatistas estabelecer-se na fronteira com os Estados de Rondônia ou Acre em regiões de floresta tropical fechada e de difícil acesso para o Exército boliviano. Isto gera a ameaça da infiltração de insurgentes separatistas em zonas de garimpo de diamantes ou ouro no território brasileiro para obtenção de recursos para sua causa. O comércio de pedras preciosas é uma das principais fontes deste tipo de

---

<sup>88</sup>DIETERICH, Heinz. “*Bolivia: el poder se desplaza hacia las Fuerzas Armadas*”. Disponível em: <[http://kaosenlared.net/noticia.php?id\\_noticia=44222](http://kaosenlared.net/noticia.php?id_noticia=44222)> (03/11/2007)

organização política<sup>89</sup>. Neste caso, a situação é muito complexa, pois em Rondônia, na zona próxima à fronteira, está localizada uma grande reserva de diamantes, dentro do território indígena conhecido como Reserva Roosevelt<sup>90</sup>. A reserva é habitada pelos índios cinto-larga e tem uma área de 2,7 milhões de hectares, que é superior à do Estado do Sergipe. Estima-se que a reserva de diamantes lá existente seja uma das maiores do mundo. Por ser uma área indígena, somente a Polícia Federal ou as Forças Armadas podem intervir no local.

5 – Caso a zona liberada pelos insurgentes seja na região boliviana próxima ao Mato Grosso, há possibilidades de, por coerção ou adesão, estes fazendeiros passarem a ser meio de suporte ao tráfico de drogas, armas e diamantes. Afinal, ao longo da fronteira as fazendas estendem-se por ambos os lados. Há intensa circulação de pessoas, não apenas por via aérea entre as sedes das fazendas, mas a pé e de bicicleta. Há uma tendência à subestimação deste tipo de injeção. Contudo, na guerra, tanto o Afeganistão, como antes a Coréia e o Vietnã, demonstraram o papel que pessoas a pé (ou de bicicleta) cumprem na logística, sobretudo quando se trata de abastecer pequenos grupos.

6 – A região da Meia Lua, disputada por separatistas e bolivianos, pode tornar-se uma terra sem lei. Deste modo, serviria de valhacouto para atividades criminosas de toda estirpe: tráfico e desmanche de automóveis, roubo de cargas, tráfico de drogas, armas e seres humanos. Além disso, haveria o risco de estabelecerem-se na região campos de treinamento, retaguarda e financiamento para terroristas de todos os matizes, quaisquer que sejam suas filiações ideológicas, pois lá encontrariam um local propício para a lide com armas leves e explosivos. Em suma, trata-se do risco da região servir como foco também de atividades subversivas e terrorismo.

7 – A presença de forças mercenárias causaria extrema preocupação a militares e polícia federal brasileiros. Segundo dados da Polícia Federal, a Região Centro Oeste é uma das principais portas de entradas de entorpecentes para o país. Com apenas cerca de 6% da população nacional (pouco mais de 10 milhões de habitantes), no período de 01/01/2005 a 16/05/2005, a região foi de longe o local de maior apreensão de maconha; em relação à

---

<sup>89</sup> Esta fonte de financiamento é ainda mais presente na África. A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), por exemplo, beneficiou-se de 3,7 bilhões de dólares de 1992 a 1998. Fonte: Documento Geral do Departamento de Estudos Intermon Oxfam. Disponível em: <[http://www.intermonoxfam.org/cms/HTML/espanol/102/Comercio\\_de\\_diamantes.pdf](http://www.intermonoxfam.org/cms/HTML/espanol/102/Comercio_de_diamantes.pdf)> (07/11/2007).

<sup>90</sup> Para mais detalhes AGÊNCIA BRASIL, “Pressão por solução sobre diamantes ilegais de Roosevelt divide opinião de autoridades”, disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/06/15/materia.2007-06-15.6876711854/view>> e <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=344550>> (07/11/2007).

cocaína teve também altos números <sup>91</sup>. A forte presença do narcotráfico na fronteira com Paraguai e Bolívia parece ser uma causa significativa para explicar estes altos números.

Ademais, a presença de mercenários criaria um componente crítico, pois internacionalizaria e estabeleceria um padrão altamente profissional em sinergia com os meios criminosos na região (tráfico de armas, pedras preciosas, narcotráfico e roubo de automóveis). Tal fato pode ter implicações desastrosas sobre estes ilícitos no Brasil. Basta lembrar que o PCC, organização terrorista nacional, formada por indivíduos de baixíssima extração social, escasso carisma e nulo poder político, colocou em xeque a democracia neste país com alguns poucos ônibus incendiados. Com a presença dos mercenários, lidaríamos agora com elementos de extração social e política elevada, que devido a seu processo de sociabilidade e circulação internacional — ex-militares e ex-operacionais de inteligência — não raro detêm ampla rede de contatos com membros do poder público brasileiros. Esta situação poria em evidência a conhecida vulnerabilidade do Estado brasileiro frente ao crime organizado.

É preciso lembrar que um processo de guerra envolve extensas somas para o financiamento, desde os itens mais prosaicos — fardas, víveres, remédios — até armas sofisticadas, o que cria a fundada expectativa da intensificação do uso do território brasileiro pelos traficantes de entorpecentes e armas, além do surgimento de novas redes ligadas a estes crimes, consideravelmente mais treinadas e profissionais. Afinal, trata-se de elementos com informação militar e de inteligência, que geralmente possuem habilidades não convencionais, tais como comunicação com criptografia, contra-informação, espionagem, falsificação de documentos. A mera presença do “megatraficante” Juan Carlos Abadia<sup>92</sup> por si só denota a extensão de nossas vulnerabilidades. Então, por ocasião da erosão da ordem pública na Bolívia, com toda probabilidade emergiria no Brasil um novo padrão de ilícitos e

---

<sup>91</sup> A apreensão de cocaína foi de 1.220.489,41 gramas, pouco abaixo da região Sudeste, que teve 1.698.084,02 gramas. Em relação à maconha, a apreensão no mesmo período foi de 37.015.627,61, quase o dobro da quantia da região Sul, 19.851.094,43 gramas. Por fim, chama ainda mais atenção a apreensão de pasta base, insumo para a fabricação de diversos entorpecentes: 14.294,00 gramas na Região Norte e mais do que o quádruplo na Centro Oeste 83.665,00 gramas. Os dados são da Polícia Federal. Cf: <<http://www.dpf.gov.br/>> (Acesso 09/11/2007).

<sup>92</sup> **Juan Carlos Abadia**, um dos narcotraficantes mais procurados do mundo, foi preso no Brasil em 7 de agosto de 2007. Pertence ao chamado Cartel do Vale do Norte, atuante na região de Cali, na Colômbia. Acredita-se que este cartel seja o sustentáculo financeiro dos AUC's. Só na Colômbia, Abadia é acusado de mais de 300 homicídios. No Brasil responde por crimes como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, e corrupção (de autoridades públicas brasileiras). Alguns destes crimes, o réu já confessou.

contravenções, agravando ainda mais a preocupante situação da segurança pública brasileira<sup>93</sup>.

Tendo em vista todas estas ameaças à segurança nacional e à ordem pública, o Brasil empreendeu discretos — porém aniquiladores — movimentos para assegurar sua defesa e soberania. Em primeiro lugar, mobilizou os meios de pagamento. Em 2005, a Missão Brasileira no Haiti custou aos cofres públicos 218 milhões de reais<sup>94</sup>, o que no câmbio de setembro de 2007 nos forneceria um valor aproximado de 120 milhões de dólares — montante este que, se comparado com os gastos de defesa da Bolívia U\$\$ 146 milhões<sup>95</sup>, equivale à cerca de 82% deste. Como se sabe, em nenhum momento a missão brasileira de paz no Haiti foi considerada uma ameaça à estabilidade econômica ou à austeridade fiscal. A partir de 2006, os gastos militares no Haiti caíram bruscamente (ver tabela abaixo) para o equivalente a US\$ 41 milhões em 2006 e para a US\$ 38 milhões em 2007. Já teríamos “caixa certo” para Bolívia.

---

<sup>93</sup> A Síntese de Indicadores Sociais 2003 do IBGE apontou que, em 2000, a taxa de mortalidade por homicídio era de 27 óbitos para cada 100 mil habitantes. Com estes números, o Brasil só fica atrás da Colômbia, Rússia e Venezuela. Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2003. Ainda que não se faça uma análise quantitativa, vale considerar que com uma média de 45 mil homicídios por ano, esta taxa equivale aproximadamente ao número de soldados norte-americanos mortos no curso de todos os nove anos da Guerra do Vietnã.

<sup>94</sup> R\$ 217.992.460,00

<sup>95</sup> IISS, *The Military Balance 2007*, p.61 B.

**Crédito Autorizado: Subfunção 212 <sup>(1)</sup> — Rubrica 8032 <sup>(2)</sup>****Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas**

<b>ANO</b>	<b>Total 8032 <sup>(3)</sup></b>	<b>Haiti <sup>(4)</sup></b>	<b>Resto da 8032</b>
2004	161.832.261,00	158.487.000,00	3.345.261,00
2005	149.000.814,00	217.992.460,00	-68.991.646,00 <sup>(5)</sup>
2006	83.125.558,00	75.353.363,00	7.772.195,00
2007	61.184.929,00	70.000.000,00	-8.815.071,00

**FONTE:**

Acompanhamento da execução orçamentária da União (2004-2007). Subfunção 212 – Cooperação Internacional.

**LEGENDA:**

(1) A Subfunção 212 diz respeito a toda Cooperação Internacional. O “Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas”, por sua vez, é o título da rubrica 8032.

(2) A Rubrica 8032 é o código do título “Adestramento e Emprego Combinado das Forças Armadas”. Todos os valores constantes na tabela dizem respeito ao crédito autorizado. Ficaram fora os valores relativos ao empenho, liquidação ou pagamentos. Tomou-se apenas a referência do que o congresso aprovou para missão do Haiti, não o que foi efetivamente gasto ou sob que modalidade. Há um milhão aprovado em 2005, sob a designação OA06 que foi deixado de lado, por não se ter certeza de que foi empregado na missão em curso no Haiti.

(3) O Haiti entra no orçamento brasileiro como subdivisão da rubrica 8032. Os valores estão em reais (R\$ 1,00).

(4) O total aprovado pelo Congresso para se gasto no Haiti no intervalo de 2004 a 2007 perfaz um montante total de R\$ 521.832.823,00. O que nos dá uma média anual de R\$ 130.458.205,00.

(5) No ano de 2005 como se pode ver, a dotação do Haiti superou o total da rubrica 8032 (68.991.646,00).

**Observação:** No ano de 2004 a designação específica da missão no Haiti, dentro da 8032, foi 09AK. Nos demais anos a missão de Paz no Haiti entrou no orçamento com a designação 09LO.

Deste modo, se considerados os números de 2005 e 2007, tomados os valores em dólar, temos cerca de US\$ 80 milhões que, sem riscos à estabilidade ou à austeridade fiscal, o Brasil poderia alocar desde já em ajuda militar à Bolívia. Não obstante, graças a um engenhoso expediente sugerido por um funcionário do Ministério da Fazenda, o Brasil engendrou uma fórmula para contornar o problema fiscal.

A fórmula foi baseada no sistema espanhol de computar os gastos militares como investimentos (créditos reembolsáveis), idéia que consiste em considerar a transferência de dinheiro do Estado espanhol para empresas privadas como um investimento que terá o devido

retorno aos cofres públicos<sup>96</sup>. No caso, o exemplo espanhol serviu como inspiração, mas a manobra brasileira foi muito mais sólida do ponto de vista da contabilidade fiscal e das contas externas. O Brasil passou a transferir maciçamente material bélico à Bolívia contabilizado como Investimento Externo Direto, pois se tratava de uma parceria tecnológica para a empresa sul-americana de serviços digitais.

Para obter a aprovação do Legislativo brasileiro, apresentou-se diante da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional uma equipe mista de funcionários do Executivo composta por técnicos dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, da Justiça (Polícia Federal) e do Ministério da Defesa. A equipe, que já havia feito vários debates preliminares, foi soberba em explicar os riscos da deterioração da situação boliviana e a natureza das medidas. À Fazenda e ao Planejamento, coube assegurar que não havia qualquer risco nos investimentos posto que, ainda que fossem empréstimos, a parte boliviana asseguraria seu pagamento por meio do fornecimento de gás. Com isso, o Brasil passou, à semelhança dos espanhóis, a computar gastos militares como créditos<sup>97</sup>. Diante do rigor da exposição técnica e de segurança, o Congresso chancelou.

Foi então que, como iniciativa intergovernamental, foi criado um equivalente boliviano-brasileiro da OCCAR europeia<sup>98</sup>, uma organização de cooperação conjunta em matéria de armamentos. A organização sul-americana foi denominada de serviços digitais, pois tinha uma vasta gama de atribuições civis que excediam a pauta estrita do material bélico. Além disto, a idéia era utilizar-se de dotações para todos os ministérios no esforço de guerra. Mas, em termos finalísticos, a organização sul-americana de serviços digitais era em tudo equivalente a organização europeia de armamentos. Ela teve um papel duplamente importante. Em primeiro lugar, a Bolívia entrava nela em pé de igualdade e não em uma condição de cliente subordinado, como ocorria com a Venezuela.

---

<sup>96</sup> No caso, através do fornecimento de equipamento militar. Trata-se de uma espécie de *landing leasing*, posto que o material fica prontamente a serviço das forças armadas de Espanha, mas que, para efeitos contábeis, é considerado apenas garantia do dinheiro investido.

<sup>97</sup> No Balanço de Pagamentos os empréstimos fornecidos entram na balança de capitais de forma negativa; contudo, para fins de arrecadação e efeitos fiscais, o empréstimo equivale a um investimento, o que de fato é.

<sup>98</sup> **OCCAR** - *The Organisation Conjointe de Coopération en matière d'Armement*. Organização de Cooperação Conjunta em Matéria de Armamentos. Criado em 1996, trata-se de um consórcio de países europeus que tem como objetivo central somar as capacidades de seus membros a fim de desenvolver as indústrias nacionais. Foi criada originalmente pelos ministros da Defesa da França, Alemanha, Itália e Reino Unido. Ver o site oficial: <<http://www.occar-ea.org/Unternehmen>> (16/11/2007).

Os bolivianos participavam de tudo e se sentiam de fato artífices do destino da organização de serviços digitais, que observavam com satisfação; ela atendia plenamente a suas necessidades e reduzia sua dependência de Chávez. Em segundo lugar, finalmente o Brasil aprendeu a valer-se do que os países desenvolvidos faziam há muito: operar um controle e uma sinergia da pesquisa civil tendo em vista sua utilização para finalidades militares.

Desse modo, foi possível ao governo brasileiro pagar a Imbel pelas bombas BFG-920 de 375 kg de tritonal, equivalente à norte-americana MK-84; o Brasil pode adquirir novos AMX à Embraer para o uso da Força Aérea Brasileira enquanto transferia prontamente os seus para a Força Aérea Boliviana. Como os bolivianos já possuíam pilotos experimentados no uso de jatos AT-33 *Shooting Star*, não houve a menor necessidade da transferência de pessoal militar brasileiro. Ao contrário da Venezuela, o Brasil fez questão em manter uma atitude respeitosa frente à soberania boliviana. Os pilotos bolivianos vinham ao Brasil para o treinamento, depois do que cruzavam novamente a fronteira já pilotando o próprio avião transferido. Isso permitiu a renovação da frota de AMX que, com os novos modelos incorporados com aviônicos avançados, estendeu sua vida útil para 2040. O sistema passou a ser utilizado por outros ramos. Todo equipamento disponível e em condições de uso passou a ser transferido enquanto seu valor era aplicado na aquisição de congêneres novos. Foi assim que o Brasil deu início à substituição de Cascavéis e Urutus por *Rooikats* e de seus velhos obuseiros 155 mm norte-americanos pelos G6-52L Sul-Africanos. Foi graças ao artifício de considerar os gastos militares como investimento que foi possível alavancar o início de uma cooperação militar efetiva com a África do Sul — genericamente já prevista no âmbito dos acordos IBAS<sup>99</sup> —, devido às aquisições de material bélico.

Neste ponto, valeu a economia proveniente da missão no Haiti: os US\$ 80 milhões antes destinados ao Haiti foram incorporados como reforço extraordinário ao PAC da Defesa. Mais uma conquista da equipe técnica mista junto à Comissão de Relações Exteriores. Com o fim da missão no Haiti, o Brasil incorporou como suplemento adicional ao PAC da defesa uma receita equivalente ao dispêndio na Missão do Haiti de 2004 a 2007 (R\$ 521.832.823,00), o que dá uma média de 72 milhões de dólares anuais.

Teria sido um equívoco supor que o dinheiro desembolsado para auxiliar o Haiti poderia ter sido, desde o princípio, dirigido diretamente ao Ministério da Defesa. Muitos

---

<sup>99</sup> Acrônimo do grupo de países que congrega a Índia, Brasil e África do Sul (=IBAS).

parlamentares que votaram em favor dos recursos para o Haiti não teriam cancelado gastos militares. De modo não intencional, a Operação de Paz no Haiti, que envolveu o maior contingente expedicionário brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial, teve o mérito inequívoco de colocar a agenda da defesa vitoriosamente no Congresso. Indiretamente, ao avaliar-se o equipamento das forças no Haiti, veio o debate sobre a situação atual das forças no Brasil, seu grau de penúria e então o PAC da defesa. Neste cenário, a Bolívia é um novo elo nessa corrente. Tratou-se de se valer da demonstração de que somos capazes de executar gastos militares relativamente expressivos sem comprometer a estabilidade (o que o Haiti provou) para demonstrar a manutenção do investimento desses montantes, agora, em capacidade instalada de defesa. Porém, neste cenário o raciocínio não é enviar forças de paz, desde que o exército boliviano se mantenha coeso e os rebeldes não conseguem escalar o conflito em nível de uma guerra civil. Enfim, trata-se de converter o que seria o custo referente ao envio de tropas (pessoal, armas e treinamento) em material bélico e, deste modo, operar assistência à Bolívia em sinergia com o PAC da Defesa.

A disponibilidade de valores, para fechar contratos em dinheiro, foi decisiva em virtude das regras não escritas do mercado de armas. A primeira coisa que qualquer fornecedor precisa é repor seu gasto com pesquisa e desenvolvimento. Como valor agregado da venda de armas (mesmo quando estão baratas como hoje) é comparativamente alto em relação a outros ramos da indústria, geralmente pretende-se repor este investimento nos primeiros contratos. Por isso, é muito difícil obter quaisquer licenças de fabricação de peças de reposição ou qualquer espécie de transferência de tecnologia antes de se converter em cliente de potencial aquisitivo. Em suma, para ter a transferência de tecnologia que nossas licitações já exigem para o primeiro fornecimento, antes é preciso comprar muitas armas. De fato, ao contrário do que usualmente se pensa, nos contratos em que tivemos êxito seguimos este percurso.

Tomemos como exemplo o caso aeronáutico no qual tivemos sucesso considerável na entronização de tecnologia. Na década de setenta<sup>100</sup>, passamos a montar em São José dos Campos o Xavante, uma versão do *Aermacchi* MB 326. Na ocasião, passamos a dominar apenas o processo de industrialização de fuselagem e a compreender alguns dos segredos estruturais das aeronaves sujeitas à grande carga de bombas. Porém, o núcleo do avião — sua

---

<sup>100</sup> Cf.: **LORCH**, Carlos. *O PRINCIPAL VETOR: O Caça A-1 na Força Aérea Brasileira*. In.: **Revista Força Aérea**. Ano V. nº 18, Mar/Abr/Mai 2000, p. 53.

turbina e seus componentes eletrônicos — continuaram sendo importados, mesmo depois que nos convertemos em fornecedores do Xavante. Não obstante, o processo foi precioso para o Brasil.

Foi graças a passos bem sucedidos como o do Xavante que, como se viu, não foram isentos de limitações — algumas das quais perduram até hoje; não há produção de grandes turbinas no Brasil — que foi possível o contrato para produção do AMX., então já com a credibilidade de um consumidor de porte e montador de aeronaves. Portanto, foi a credibilidade como destinatário final, expressa no poder de compra, que abriu as portas para o que hoje é o principal vetor de ataque da Força Aérea Brasileira, o AMX, que deve continuar servindo o Brasil até meados do século XXI. Entre outros problemas, as dificuldades em reeditar o sucesso na Força Terrestre estiveram relacionadas com este fator. O Brasil não comprava os modelos que oferecia no exterior. Há um “passivo” da indústria bélica em termos de credibilidade, que caberá a União resgatar.

Em parte isto se deve a um comportamento errático da própria União na aquisição de material bélico. Por um lado, somos demasiadamente autárquicos, o que dificulta a obtenção de parcerias e de fornecedores estrangeiros. Por outro, na prática de execução orçamentária, revelamos pouca capacidade de entronizar tecnologia. Como demonstra o perfil das compras brasileiras nos EUA<sup>101</sup>, a maior parte do gasto é com peças de reposição — muitas das quais, pela capacidade da indústria civil brasileira, poderiam ser feitas em território nacional. O que falta é uma interface institucional (civil-militar) por meio da qual os gastos de defesa sejam capazes de orientar a demanda do parque industrial brasileiro, preenchendo também as lacunas criadas pela espontaneidade do mercado. Em outras palavras, trata-se de produzir aqui aquilo que não é, pela exclusiva conveniência da oferta e da procura (ou das estratégias corporativas) lucrativo, mas que é estratégico para o país. Este é o caso, só para ficarmos com

---

<sup>101</sup> REPORT BY THE DEPARTMENT OF STATE PURSUANT TO SEC. 655 OF THE FOREIGN ASSISTANCE (Compra de Armamentos Norte-americanos pelo Brasil no Período de 1998 a 2005).

Referência geral: <<http://www.fas.org/asmp/profiles/worldfms.html>>. Documentos por ano:

01) <<http://www.fas.org/asmp/profiles/655/fms/fmsbrazil98.pdf>>

02) <<http://www.fas.org/asmp/profiles/655-99/dcs/dcs99.pdf>>

03) <<http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2000/FMS/2000-fms-full.pdf>>

04) <<http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2001/DCS/655-2001.pdf>>

05) <<http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2002/DCS/655-2002.pdf>>

06) <[http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2003/rpt655\\_2003.pdf](http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2003/rpt655_2003.pdf)>

07) <[http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2004/rpt655\\_2004.pdf](http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2004/rpt655_2004.pdf)>

08) <[http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2005/655Report\\_2005.pdf](http://www.fas.org/asmp/profiles/655-2005/655Report_2005.pdf)>

09) <[http://www.fas.org/asmp/profiles/655\\_2006/rpt655\\_FY06.pdf](http://www.fas.org/asmp/profiles/655_2006/rpt655_FY06.pdf)>

(Todos acessados em 16/11/2007).

o exemplo anterior, dos motores a pistão ou de turbinas a jato para aeronaves. Mais uma vez, a guerra na Bolívia, tal como o antecedente no Haiti, cria uma janela de oportunidades para o estabelecimento de um planejamento de gastos de defesa tendo em vista o conjunto da estratégia nacional — a soberania e o desenvolvimento sustentado. Em outras palavras, trata-se de romper com os dois extremos, o da autarquia e aquele da simples exportação de empregos (o que acontece quando se é apenas consumidor).

O planejamento de guerra para uma situação prática como na Bolívia suscita a construção da referida interface, de uma OCCAR da América do Sul, a organização sul-americana de serviços digitais e, através dela, a produção de semicondutores e supercondutores. Importa também na criação do Ministério da Segurança Institucional, na efetivação da prestação de serviço militar através do efetivo estabelecimento da Guarda Nacional. Estas são algumas das janelas de oportunidade para o Estado brasileiro que o desafio de uma guerra local, que não transborda as fronteiras nacionais bolivianas, traz para o Brasil.

Aqui é preciso retomar o pressuposto de que este é o cenário da indefinição. Se, algumas ou todas destas medidas forem tomadas, acredita-se que o Exército boliviano contorna, no prazo de uma década, as dificuldades do separatismo. A própria integração entre a Bolívia e o Brasil se encarregará de dissipar as causas mais profundas que impelem indígenas para a autonomia e fazendeiros para a criação de um novo Estado.

Por outro lado, caso fatores de sobredeterminação<sup>102</sup> interfiram adversamente para a Bolívia, ou nem Brasil nem Argentina ajudem o país, e a causa separatista então triunfe, é preciso perceber que há uma relação proporcional entre as ações que empreendermos e a dimensão do desafio que enfrentaremos. Afinal, à medida que essas decisões forem tomadas — a sinergia entre gastos militares, política industrial e integração —, maior será a chance de êxito na guerra que, neste desdobramento, será imposta ao povo e às Armas Brasileiras.

---

<sup>102</sup> Conceito de *overlay*, de Buzan & Waeber, explicado no capítulo inicial.

### 3 – O Cenário da Unificação

A característica distintiva da ação do Brasil aqui é a antecipação aos fatos. O Brasil age como recomendava Maquiavel: procura antecipar-se ao inevitável e colocar-se em uma posição favorável. Para isso, faz uso de dois engenhosos recursos: o uso de meios de pagamento e a digitalização. O Brasil procura parecer que procrastina, quando, na realidade, age de forma decidida, mas de forma a não atrair a atenção da grande mídia.

Causa estranheza falar em participação do Brasil na guerra boliviana. Cumpre salientar que é errônea a idéia de que o Brasil historicamente desenvolveu uma política externa de não intervenção. Ainda que em grande parte das missões de paz o papel brasileiro tenha sido secundário, as participações brasileiras são tímidas, mas são freqüentes. Este, aliás, é um dos argumentos historicamente utilizados para defender a concessão de uma cadeira permanente ao Brasil no Conselho de Segurança, tanto na época da Liga das Nações como atualmente na ONU.

Paradoxalmente, como apontam os dados trazidos por Diniz (“O Brasil e a MINUSTAH”<sup>103</sup>), é justamente no período em que a busca pela cadeira no CS ganha força que diminuem as participações brasileiras (à exceção da controversa atuação no Haiti). Importa que se disponibilizem alguns dados sobre a participação do Brasil em missões de paz da ONU: entre 1956 e 2002, o Brasil participou de 48,15% das Missões de Paz da ONU; entre 1956 e 1989, das 17 Missões de Paz, o Brasil participou de 15, ou seja, 88,24%; De 1989 a 2002, somente 29,73%.

O Brasil deve considerar os obstáculos de natureza política e militar, tais como os evidenciados nos cenários anteriores, que um protagonismo mais decidido necessariamente envolve. As dificuldades políticas são conhecidas, não é preciso discorrer extensamente sobre elas. Basta citar a bancada ruralista no Congresso Nacional, a ação permanente da Rede Globo e outras redes de televisão na satanização de Evo Morales e de Hugo Chávez. Importa também o anticomunismo residual dos militares, que parecem propensos a digerir as teses elaboradas da mídia, sobretudo a de que o bolivarianismo é a encarnação rediviva do comunismo. Além do que, a julgar pelo decréscimo de participações do Brasil em missões de paz, os militares têm restrições às ações no exterior — o que é alimentado pelo fato do

---

<sup>103</sup> **DINIZ**, Eugênio. *O Brasil e a MINUSTAH*. Security and Defense Studies Review, Vol. 5 N.º 1, Spring 2005, pp. 90-108. Disponível em: <[http://www.ndu.edu/CHDS/journal/PDF/2005/Diniz\\_article-edited.pdf](http://www.ndu.edu/CHDS/journal/PDF/2005/Diniz_article-edited.pdf)>. Último acesso 11/11/2007.

governo brasileiro, formalmente de esquerda, propor-se a ajudar vizinhos governados por partidos marxistas (MAS) ou populistas (Chávez).

### **Dificuldades militares**

As Forças Armadas do Brasil atravessam um dos momentos mais difíceis de sua história. Devido aos sucessivos cortes orçamentários e contingenciamentos de verbas já dotadas — reflexos diretos das políticas de estabilização em curso nas últimas décadas —, estamos diante de uma grave crise.

### **Dificuldades da Força Terrestre**

Os veículos cascavéis e urutus (blindados) excederam sua vida útil. O custo de uma atualização é exorbitante, como demonstraram os poucos urutus recuperados para a operação no Haiti. Os obuseiros de calibre 155 e 105 mm não são usados há mais de 8 anos, e existe o risco real de se desintegrarem caso disparem, posto que vários já excederam a quantidade de tiros que poderiam dar dentro de uma margem de segurança. O mesmo parece acontecer com alguns morteiros pesados e da infantaria.

Em relação à arma de infantaria, seu equipamento quase exclusivo continua sendo a versão nacionalizada do velho fuzil FN belga, da década de 60. As armas fabricadas no Brasil (FAL 7,62 mm), embora tenham cumprido sua função, estão em operação há décadas, o que implica óbvio coeficiente de desgaste. Mas este não é o problema principal. O conceito tático de emprego de infantaria está desatualizado. O infante contemporâneo deve ser pensado como um sistema de armas, ao mesmo tempo como um “nó” da cadeia C4I; digitalmente articulado aos demais sistemas. Este é, claramente, não apenas o conceito norte-americano (*land warrior*<sup>104</sup>) mas também russo, chinês, francês, alemão, inglês, etc. Esses sistemas não pertencem ao futuro: são realidade, no presente, nas principais forças de reação rápida ao redor do mundo — justamente as que seriam empregadas inicialmente<sup>105</sup> em um contexto de guerra local.

---

<sup>104</sup> O programa *Land Warrior* (LW) de modernização incorporou o processo de digitalização no nível das pequenas unidades (companhias, pelotões, esquadrões). Com isto as tarefas da digitalização passaram a abarcar todos os níveis do comando.

<sup>105</sup> Segundo DUNNIGAN (2003: 15), um soldado de infantaria pode lutar de 100 a 200 dias, depois do que, o *stress* e a fadiga comprometem suas operações mais elementares. Por isso, qualquer que seja a situação de guerra, desde que possa perdurar para além desses três ou seis meses, é necessário pensar no soldado cidadão, inclusive como forma de preservar as forças de reação rápida, mantendo-as operacionais, com potencial combativo. Esse aspecto é extremamente relevante, dado que, desta constatação, percebe-se a implausibilidade de uma guerra levada a cabo apenas por militares profissionais. E, neste caso, há que ter a concordância da opinião pública com o custo, representado

Além disso, há o problema das comunicações militares. Hoje elas dependem em grande medida de aparelhos celulares já que a maioria dos rádios está obsoleta ou sem condições de uso. Ainda não temos interação por datalink entre blindados, artilharia e infantaria.

Tal como a Bolívia, temos problemas de ausência de equipamento. As forças de infantaria do Brasil — a arma da força terrestre que carregará o peso da guerra — não dispõe de número suficiente de mísseis portáteis (MANPADS), os quais têm função antiaérea e antitanque. Tampouco dispomos de lançadores de granadas propelidas por foguete (RPG-7 e RPG-29)<sup>106</sup> em número digno de nota, ou, ainda, de lançadores de granadas comuns (nem portáteis nem embarcados). O número de metralhadoras por companhia é baixo e, além disto, dependem de tripé, sendo difíceis de portar; exigem três a quatro soldados para carregar todas as partes mais caixas de munição. Inexiste no Brasil uma arma intermediária entre as metralhadoras de fita (MAG e Browning 7,62) e o fuzil de uso da infantaria. Neste quesito, o Brasil não dispõe nem das versões rudimentares e simples, como a RPD<sup>107</sup> e, muito menos, da contemporânea norte-americana Command Stoner.

Cumprе relembrar que foi a associação entre granadas propelidas por foguete (RPG's) e mísseis portáteis<sup>108</sup> que produziu o grosso das baixas israelenses na recente guerra do Líbano em 2006. Na guerra do Cenepa (1995), o Peru compensou a falta de artilharia (disponível no lado equatoriano) justamente com RPG-7 no que, aliás, foi bem-sucedido. A infantaria peruana chegou a atacar em terreno desfavorável, de baixo para cima, sem cobertura aérea e sem artilharia. Ainda assim, venceu. Foi graças a este feito que mereceu as

---

em baixas, inevitáveis em qualquer guerra. Daí o papel representado pelo Congresso Nacional, a Suprema Magistratura e os próprios meios de comunicação em massa. Quanto aos dois primeiros, que são poderes da república, sua importância é constitucional. Cabe salientar o papel dos meios de comunicação e massa, que hoje substituíram a igreja e a escola no sócio-metabolismo da esfera simbólica. Como salienta Clausewitz, a guerra depende, sobretudo, do moral. Está derrotado quem se sente enquanto tal. Em suma, quem acha que o custo da guerra já excedeu seus possíveis ganhos. Porém, essa percepção é subjetiva, construída através do artifício humano do sócio metabolismo da vida simbólica, que diz respeito ao conjunto de referências que as pessoas encontram para justificar sacrifícios, perdas e provações. A depender das condições do sistema sócio-metabolismo simbólico, a guerra pode ser ganha ou perdida antes mesmo de o primeiro tiro ser disparado.

<sup>106</sup> **Rocket Propelled Grenade (RPG)** — Granada propelida por foguete, difundida desde a década de 60, largamente usada; o modelo mais conhecido e exportado é o RPG-7. O modelo mais atual é o RPG-29, que é digitalizada e orientada por computador, apesar de não guiada. O RPG-29 penetra quase todas as blindagens existentes no mundo, com a possível exceção do norte-americano Abrams. Frequentemente essas armas são utilizadas contra a própria infantaria, como uma artilharia portátil de cobertura aproximada. CORDESMAN, Anthony H. *Preliminary "Lessons" of the Israeli-Hezbollah War*. Washington-D.C. CSIS - Center for Strategic and International Studies, 2006.

<sup>107</sup> **RPD** — Arma soviética portátil com carregador de até 50 cartuchos feita na URSS na década de 60.

<sup>108</sup> CORDESMAN, 2006.

palavras do general brasileiro Ariel da Fonseca<sup>109</sup>, que disse tratar-se de “uma das melhores infantarias do mundo”. Atrás de seu êxito, além da coragem, estavam os RPG’s. Os peruanos inauguraram no contexto sul-americano uma tendência na tática mundial de utilização de unidades (esquadrões) exclusivamente equipadas com RPG-7.

Uma boa opção é prover a infantaria de uma verdadeira artilharia portátil que, em condições como a do Cenepa, revele-se decisiva na ausência da artilharia tradicional ou de cobertura aérea aproximada de fogo. Existe estreita semelhança entre a tática adotada pelo Peru contra o Equador e a utilizada pelo Hezbollah contra Israel em 2006. A diferença visível é que o Hezbollah valeu-se também de MANPADS, o que permite dotar a infantaria não apenas de artilharia portátil mas de alguma proteção antiaérea e antitanque. Desnecessário dizer que, portanto, com a inexistência de todos esses meios, a arma de infantaria do Brasil — a despeito de seu notável treinamento em guerra na selva ou do nível de proficiência e prontidão de forças especiais como a brigada de pára-quedistas ou o corpo de fuzileiros navais — vive uma situação tão precária ou crítica como o da suas armas irmãs, a cavalaria blindada e a artilharia.

### **Dificuldades da Força Aérea**

Não obstante, o Brasil não teria dificuldade em impor-se no espaço aéreo caso houvesse a intervenção de uma potência estrangeira (Chile e ou Venezuela) — mesmo com o adiamento do programa F-X<sup>110</sup>, o qual dotaria o país de um vetor de superioridade aérea no Estado da arte. O aparente contra senso explica-se devido à notável cadeia de comando e controle de que hoje dispõe a FAB. Ela é dada pelo R-99 e pelo F-5EM.

O R-99 é a versão militar do Bandeirante, com radar e aviônicos de origem sueca que permitem fazer controle do espaço aéreo, rastreamento de alvos e transmissão de dados (via datalink). O R-99 garante altos níveis de eficiência de missão devido a seu curto tempo de reação, alcançando rapidamente altitudes operacionais com ampla cobertura de área e excelente capacidade de tempo em estação. Seu AEW&C é equipado com um exclusivo

---

<sup>109</sup> "Los soldados peruanos están entre los mejores combatientes del mundo". General de Brigada do Exército Brasileiro Ariel Pereyra Da Fonseca, coordenador da Primeira Missão de Observadores Militares Equador-Peru. Cf.: <[http://www.geocities.com/peru\\_defensa\\_nacional/pages/cenepa.htm](http://www.geocities.com/peru_defensa_nacional/pages/cenepa.htm)> (Acessado em 21/06/2004)

<sup>110</sup> **FX** — O Programa FX visa à seleção e à aquisição de um caça pela Força Aérea Brasileira que venha a cumprir a função de vetor e superioridade aérea.

sistema de radar multi-modo de alto desempenho, com Doppler, ativo em arranjo fásico<sup>111</sup>, incluindo comando e controle a bordo e um avançado sistema datalink para transmissão e recepção. Entretanto, o vetor de superioridade aérea que tem interface com o R-99, o Tiger II F-5EM, teve sua produção iniciada há 59 anos. Todavia, graças ao R-99, considerado um dos melhores sistemas em operação no mundo dentro de sua classe, é que o velho F-5EM tem surpreendido amigos e competidores.

O exercício Cruzex III<sup>112</sup> demonstrou isto sobejamente. Nele, os aviões brasileiros tiveram excelente desempenho contra vetores mais avançados do Chile que operavam com cobertura e vetoramento do AWACS (E-3 Sentry<sup>113</sup>) Francês (de fabricação norte-americana). Este exercício mostrou claramente o papel cada vez mais decisivo e letal das comunicações na guerra contemporânea. Todavia, o resultado do Cruzex III, em vez de causar tranquilidade, deveria nos inquietar, pois não dispomos destes recursos para a guerra terrestre. No caso do Cruzex III, como foi salientado, o desempenho baseou-se na conjunção do R-99<sup>114</sup> com o F-5.

A descrição de Carlos Lorch é elucidativa:

No dia 30 de agosto de 2006. Um elemento de F-5EM (agora chamado de Mike na FAB) do 1º/14º GAV revoa com o Barão (KC-130) e, em silêncio de rádio, sobe para o nível 300, para realizar uma Patrulha Aérea de Combate, ao sul do estado de Goiás, próximo à fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. Mal inicia a espera GPA, o Guardiã (R-99A), em missão AWACS na área, informa aos Pampas um plote na antena norte, a 157 milhas.

<sup>111</sup> **Phased-Array** — Constitui em radares que contém conjuntos de antena em fase, eletronicamente dirigíveis. Geralmente, é um sistema passivo conjugado com um ativo que permite rastrear alvos do tamanho de uma laranja a 3.000km de distância.

<sup>112</sup> O exercício CRUZEX é feito com a participação de todos os países da América do Sul, o que inclui a França, que considera a Guiana um departamento ultramarino. No exercício **CRUZEX I** (2002), os franceses abateram todos os aviões do Brasil no primeiro dia. O exercício teve de ser zerado e reiniciado. Na ocasião o Brigadeiro Baptista, então Comandante da FAB, foi enfático: “Estão abatendo os meus aviões a 50 milhas de distância”. (Cf.: **DEFESANET. Aeronáutica Confirma a Compra do Míssil BVR**. Defesanet, 19 Outubro 2006. <[http://www.defesanet.com.br/zz/fab\\_derby.htm](http://www.defesanet.com.br/zz/fab_derby.htm)>). No **CRUZEX II** (2004) a situação repetiu-se mais uma vez. (**LORCH, Carlos. A “Guerra” do Nordeste: Forças Aéreas Amigas se Encontram na Cruzex 2004**. Revista Força Aérea nº 37, pág. 36). Mas, no **CRUZEX III** (2006), como dirá Lorch, “a FAB deslança”.

<sup>113</sup> Aeronave que porta os sistemas **AWACS** e **JTIDS**: **AWACS** — Airborne Warning And Control System. (Sistema Aerotransportado de Alerta e Controle). Tem como função primária o controle do espaço aéreo. **JTIDS** — Joint Tactical Information Distribution System (Sistema Conjunto de Distribuição de Informações Táticas). Redes de computadores responsáveis pelo controle de batalha. Fruto direto do uso do computador como meio embarcado, o JTIDS converteu o que antes eram meras estações móveis de radar embarcadas (aeronaves de alerta antecipado) em sistemas de comando e controle capazes de orientar a interceptação de aeronaves e mísseis. Cf. **GUNSTON, Bill. Aviões de Espionagem: Sistemas e Aeronaves de reconhecimento**. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

<sup>114</sup> **R-99** — Equivale ao EMB 145 + AEW&C. É uma das aeronaves mais avançadas de alerta aéreo antecipado e controle disponíveis no mercado. Cf.: <[http://www.defesanet.com.br/rv/fidae\\_06/2\\_embraer\\_p.htm](http://www.defesanet.com.br/rv/fidae_06/2_embraer_p.htm)> (05/11/2007)

Um rápido check cruzado entre os F-5 e o R-99 para verificar a situação tática, e o Guardiã paga um vetor de interceptação aos bicudos. Em poucos minutos, os inimigos brotam no display do radar Fiar Grifo do F-5EM, que, a partir daí, começam a impor uma arena BVR aos oponentes. Informada pelos AWACS francês (E-3F) da presença inoportuna dos Pampas, a escolta do ataque (dois Mirage 2000N e dois A-4AR), composta por quatro Mirage 2000C, começa a jammear, sem sucesso, o radar dos F-5, enquanto assumem uma postura defensiva. A tentativa de interferência frustrada só auxilia o radar italiano a travar os alvos.

Com uma posição tática privilegiada, fruto do planejamento antecipado com o R-99, os F-5EM do 1º/14º GAV engajam e, em seguida, abatem dois Mirage 2000C e um Mirage 2000N com mísseis Derby. Sob um cenário tático desfavorável, o comboio de ataque evade sob orientação do E-3F, visando sua autopreservação. Os F-5EM, então assumem uma postura defensiva e iniciam o regresso, efetuando outro REVO antes do pouso em Campo Grande (MS). **Missão cumprida!**<sup>115</sup>.

No entanto, ainda há problemas. Aviões vetorados pelo Sentry (E-3) foram abatidos pelos velhos F-5 porque o atual vetor de superioridade aérea brasileiro, o Mirage-2000, ainda não dispõe de datalink e, portanto, não pode ser vetorado pelo R-99. A Marinha sequer participou do exercício com seus A-4 Skyhawk, pois opera uma rede própria, só sua. É como se a Marinha e a Aeronáutica do Brasil pertencessem a países diferentes. Em caso de participação do Brasil em uma guerra terrestre na Bolívia, as forças brasileiras poderiam se beneficiar da capacidade de ataque ao solo dos A-4; de todo modo, ela seria assegurada pelos AMX. Aqui um novo problema, pois os AMX até esta data, não possuem datalinks com o R-99; de modo que, a despeito de sua excepcionalidade, a cadeia brasileira atualmente se resume ao R-99, F-5M, Míssil BVR Derby e ao datalink.

Não obstante, apesar do acordo com a África do Sul para a produção de míssil BVR<sup>116</sup> Darter<sup>117</sup>, o qual permitiria a utilização plena das capacidades C4I da FAB<sup>118</sup>, nesse campo, o ritmo da aquisição é extremamente lento, inexistindo pouco mais de alguns exemplares deste míssil comissionados. Outro problema é a grave inexistência de sistemas de mísseis para defesa antiaérea de área. O Brasil só dispõe de sistemas de defesa de ponto que, ainda assim, são operados apenas pelo Exército e pela Marinha. Sem defesa de área, os aviões da Força Aérea Brasileira não teriam como se refugiar com segurança em seu próprio espaço; as bases inclusive ficariam à mercê da aviação inimiga.

<sup>115</sup> LORCH, Carlos. A “Guerra” do Cerrado: A FAB deslança na Operação CRUZEX 2006. Revista Força Aérea, nº 45, p. 36.

<sup>116</sup> BVR — Beyond Visual Range. Combate além do alcance da visão. Convenção para aproximadamente 40 km ou dezoito milhas. Segundo Tom Clancy, na prática raramente excede 10 milhas ou 16 Km). CLANCY, Tom. *Fighter Wing, A Guided Tour of an Air Force Combat Wing*, 2004, p 423. (Não ficção).

<sup>117</sup> Míssil Ar-Ar.

<sup>118</sup> FAB — Força Aérea Brasileira

### **Dificuldades da Força Naval**

A Marinha brasileira, comparada com as outras armas, é razoavelmente bem equipada. Todavia, os repetidos contingenciamentos de verbas de custeio chegaram a um ponto crítico na força. Navios relativamente modernos tiveram de ser deixados fora de uso em virtude da ausência de manutenção.

A Marinha brasileira carece de um conceito operacional claro, que oriente os investimentos de capital que dizem respeito à aquisição de material bélico. Fica ambíguo se a ênfase da guerra naval será em operações submarinas ou de superfície. O Brasil possui um porta-aviões, porém não dispõe da adequada cobertura aérea e anti-submarina. Em caso de conflagração, seu destino mais provável seria o confinamento, por razões de segurança. Não é exatamente o que se espera de um navio de guerra cuja aquisição implicou justamente no corte de recursos de custeio e manutenção.

Por outro lado, a arma submarina está sem atualizações desde data considerável e, além disso, padece da indefinição acerca do sistema de propulsão, se nuclear ou convencional. Os submarinos de que o Brasil dispõe (diesel-elétrico), como seus congêneres no resto do mundo, operam por propulsão a diesel, que é barulhenta, enquanto convertem parte da energia mecânica em energia elétrica, que é acumulada em baterias. Espera-se que, em situações de combate, ele chegue à distância de lançamento do torpedo (13 a 39 km<sup>119</sup>), operando apenas através do sistema elétrico, com o motor diesel desligado, deslocando-se então de forma silenciosa. Ocorre que houve uma multiplicação do desempenho dos sistemas de guerra anti-submarina (ASW<sup>120</sup>) que não torna essa distância segura e, para piorar, geralmente o submarino não consegue operar mais do que alguns minutos no modo exclusivamente elétrico (silencioso) — o que torna o ataque a qualquer vaso de guerra uma ação extremamente temerária, considerando-se a sobrevivência da frota submarina e o valor da vida dos marinheiros. Conjugadas essas dificuldades da arma naval, os formuladores de estratégia se colocam diante de fundados receios acerca de seu desempenho caso a guerra local se convertesse em uma conflagração regional e o uso da arma naval fosse necessário.

---

<sup>119</sup> Os dados referem-se aos *BAE System Tigerfish Mk-24* atualmente em uso pela Marinha que equipam a classe Tupi. Cf.: <[http://www.defesanet.com.br/zz/mb\\_torp.htm](http://www.defesanet.com.br/zz/mb_torp.htm)> (17/11/2007)

<sup>120</sup> ASW — Anti Submarine Warfare. Guerra anti-submarina.

## A Resposta Brasileira

As dificuldades envolvendo os ramos, armas e sistemas das forças armadas brasileiras levaram a direção político-militar do país a adotar uma linha de atuação que misturava cautela com ousadia: ousadia relacionada com o emprego da digitalização e da munição termobárica; cautela, com o emprego dos meios de pagamento.

Conforme Giovanni Arrighi, Maquiavel nos fornece três esferas de dominação: o convencimento, a força e a zona nebulosa, que o florentino denomina “da corrupção e da fraude”<sup>121</sup>. Arrighi observa que é justamente essa terceira esfera, presente em Maquiavel e ausente em Gramsci, que no Estado moderno tornou-se decisiva para o exercício da dominação. São os contemporâneos meios de pagamento — as formas através das quais, pela isenção de tarifas ou concessão de crédito, os governos orientam politicamente a economia e as alianças no plano externo.

Assim, parecendo estar fugindo da Bolívia em virtude das nacionalizações e dos problemas internos, empregando o que parecia ser um expediente procrastinatório, o Brasil fez uma manobra decisiva na grande estratégia, cedendo grande parte de sua cota no gás boliviano à Argentina, sua parceira no consumo do gás de lá proveniente. O percurso foi o seguinte: a Argentina tinha grande parte de sua cota no contrato boliviano comprometida, em virtude de instrumento bilateral firmado com o Chile pelo qual se comprometia a repassar o gás boliviano a esse país, uma vez que Bolívia e Chile, em virtude de seus litígios, não haviam podido firmar termo em relação ao gás do qual o Chile também depende. Por isso, quando Cristina Fernandez de Kirchner assume a Casa Rosada, a Argentina está à beira de uma crise energética que pode comprometer irreversivelmente seu processo de recuperação econômica. Solicitou — e o Brasil concedeu — uma maior participação da Argentina na cota de gás boliviano.

Parecendo apenas concordar com o pedido argentino, o Brasil na realidade articula uma manobra de largo fôlego. Argentina e Chile haviam acabado de fazer um acordo militar pelo qual havia sido criada a “brigada sul-americana<sup>122</sup>”, com o propósito declarado de atuar em missões de paz da ONU. O fato chamou a atenção da liderança político-militar brasileira. Afinal, na Guerra das Malvinas, os radares chilenos haviam sido decisivos para alertar antecipadamente os ingleses das incursões da força aérea argentina, como lembramos no

---

<sup>121</sup> **ARRIGHI**, 1996: p.28.

<sup>122</sup> Criada através de acordo militar entre a Argentina e o Chile para atuar em missões de paz e promover a interoperatividade entre as Forças Armadas dos dois países.

Capítulo 1. O país havia perdido um número substancial de pilotos e aviões graças a essa cooperação que incluía oficiais ingleses em solo chileno operando em missão ISR<sup>123</sup>.

Tudo isto veio à tona pela ocasião da detenção de Pinochet em Londres pelo juiz Baltasar Garzón, o qual solicitou a extradição do chileno por crimes contra a humanidade. Foi então que a própria dama de ferro, Margaret Thatcher, veio a público para dizer que Pinochet era amigo da Inglaterra<sup>124</sup> e que sua detenção seria um gesto de extrema descortesia e ingratidão com quem prestara serviços tão importantes à causa da Coroa. Foi só então que os ingleses reconheceram publicamente o que há muito os argentinos já denunciavam — o papel decisivo do Chile na guerra das Malvinas<sup>125</sup>. Além disso, é preciso destacar que boa parte da Força Aérea Argentina (todos seus Mirage) ficaram imobilizados como reserva, aguardando um ataque da força aérea chilena<sup>126</sup>.

Na época da guerra das Malvinas, o Brasil cedeu, com tripulação e tudo, Bandeirantes patrulha para a realização de vigilância ao longo da costa continental argentina. Por isso tudo, era muito estranha a aproximação da Argentina com o Chile, justamente no campo militar, acompanhada do que parecia ser uma repartição do gás boliviano. O Brasil não pode deixar de cogitar a possibilidade de uma aliança entre Argentina e Chile para valerem-se do separatismo na Meia Lua e repartirem entre si o gás, que então passaria a pertencer à Nação Camba. Isto daria sentido ao estranho acordo sobre o gás e à, ainda mais estranha, Brigada Sul-americana.

Por isso, o Brasil mesmo com prejuízo econômico próprio, preferiu ceder parte do seu gás e assim comprometer a Argentina com a unicidade territorial boliviana. De posse de sua cota e de grande parte da parcela brasileira, a Argentina poderia manter seu acordo com o Chile e suprir sua própria necessidade de gás. Isto imobilizaria os argentinos e os demoveria, caso houvesse a intenção, de buscar qualquer mudança do *status quo* na Bolívia. Afinal, a Argentina só teria riscos — o que perder —, sem nada a ganhar com o separatismo.

Caso a aproximação com o Chile fosse só um contraponto à frieza brasileira em relação a qualquer acordo militar, ou à supranacionalidade na integração, então, igualmente, a

<sup>123</sup> **ISR** — Intelligence Surveillance Reconaissance. Tradução: Inteligência, Vigilância e Reconhecimento.

<sup>124</sup> Ver, por exemplo, matéria da BBC: “**Pinochet - Thatcher's ally**” - <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/uk/198604.stm>> (03/11/2007)

<sup>125</sup> Basta dizer que os navios ingleses que puderam ser atingidos pela força aérea argentina só o foram nos dias em que o equipamento chileno estava inoperante. Foi assim que o Chile cumpriu um papel decisivo para viabilizar o desembarque inglês que permitiu a retomada das ilhas.

<sup>126</sup> Foi devido à isto que solicitou aviões deste tipo ao Peru que providenciou um lote recém adquirido de Mirage-5 que foram praticamente doados. Todavia, não chegaram a tempo de poder participar da contenda. A mera solicitação argentina dos Mirage peruanos é uma demonstração eloqüente do papel cumprido pelo Chile imobilizando os aviões argentinos.

medida teria eficácia. O Brasil estaria agindo já em bases supranacionais e considerando o benefício argentino com o gás e a manutenção da estabilidade econômica naquele país acima do seu próprio interesse nacional particular. Serviria para calar as críticas argentinas de que o Brasil quer ser o primeiro em tudo, no futebol, no Conselho de Segurança da ONU e até na eleição do Papa.

De fato, os acontecimentos deram razão à antecipação brasileira. Os argentinos ficaram satisfeitos com a solução encontrada; foram se afastando paulatinamente dos chilenos e passaram a declarar “preocupação” com a estabilidade e a unicidade territorial boliviana.

O Chile, por sua vez, havia deixado transparecer suas intenções em relação ao gás boliviano quando decidiu construir um terminal caríssimo de US\$ 400 milhões para liquefação do gás. Mesmo considerando que o terminal tanto serve à importação como à exportação, o investimento chileno era um despropósito. Afinal, o Brasil, que fazia o mesmo, mas com a finalidade principal de importar, havia realizado investimentos bem mais modestos e distribuído os terminais ao longo de todo seu litoral. Ainda assim, o Brasil investiu em todos os seus terminais de GLP pouco mais da metade do que o Chile havia gasto em apenas um único. Mesmo países produtores de gás muitas vezes não dispõem de terminais para liquefação, preferindo vender na região por meio de gasodutos. Parecia óbvio — o Chile pretendia recuperar o investimento exportando gás da Bolívia para os EUA.

Entretanto, a intenção chilena ficava comprometida pela decisão da Bolívia de não exportar gás para aquele país ou através dele<sup>127</sup>. Por isso, ao contrário da Argentina, o Chile não estava satisfeito com o desfecho orquestrado pelo Brasil. Foi então que a incipiente parceria militar entre Argentina e Chile, que mal havia dado seus primeiros passos, desabou de vez.

Quando Evo Morales assumiu o mandato de presidente, havia criado uma expectativa nacional em torno da Assembléia Constituinte boliviana. O centro de decisão da política nacional, a expectativa da mudança, habilmente fora transferido do ato de posse para o da conclusão dos trabalhos da Constituinte. Mesmo quando a presença da direita separatista na constituinte revelou-se mais forte do que Evo imaginara, demonstrando capacidade de obstrução da Assembléia Nacional, o presidente simplesmente não podia reverter a centralidade que depositara no processo. Afinal, havia cifrado — e isso era irreversível — toda

---

<sup>127</sup> Início de intensos protestos populares em 2002, durante o governo de Jorge Quiroga, que culminaram com a queda de outro presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada. A principal causa de insatisfação estava no projeto de construção de um gasoduto que passaria pelo Chile e possivelmente forneceria gás para os EUA.

expectativa de transformação à formulação da Constituição Boliviana. Quando a Constituinte terminou os seus trabalhos, sem sequer conseguir equacionar o problema da natureza do Estado boliviano no que diz respeito às autonomias indígenas e provinciais, a crise eclodiu.

A manobra do governo boliviano, de opor ao separatismo da Meia Lua, a criação de dezenas de regiões indígenas autônomas para então, por este viés indireto, manter a hegemonia da União sobre as províncias, acabou por revelar-se desastrosa. O apelo ideológico do autogoverno das comunidades indígenas fora inteligentemente apropriado pelo movimento separatista. Mesmo entre os observadores internacionais mais informados, parecia impossível dizer onde começava a causa indígena e onde terminava o separatismo (e vice-versa). Criara-se uma situação de fato; havia-se colocado em questão o que em qualquer ordenamento constitucional é uma cláusula que, como tal, está acima da própria obra legislativa: a soberania da União. A unicidade do território havia se convertido em objeto de debate.

Assim, quando a Constituinte encerrou-se sem uma posição clara e, muito menos, sem atender às expectativas de mudança, explodiram manifestações em todo país. O Exército conseguiu colocar-se como árbitro da causa nacional. Todavia, não pôde ser completamente bem sucedido, porque a própria nação estava em causa. A Constituinte legitimara o debate sobre a configuração do país; eram inúteis — passados dois anos em que esse debate fora o foco das atenções — apelos patrióticos pela causa da unicidade territorial.

Foi por isso que os apelos neutros e bem intencionados do Exército, que havia se mantido distante de Evo e em estrita observância à sua missão constitucional, puderam ser distorcidos, sendo interpretados como uma adesão à causa do governo. Nada mais equivocado: a causa do Exército era a causa boliviana. O compromisso dos militares era com o Estado, que é permanente — e não com o governo, qualquer que seja ele, que é transitório. Os militares bolivianos, mesmo os reconhecidamente conservadores e de direita, passaram a ser injuriados com o epígono de “chavistas” por defenderem um apaziguamento de ânimos.

Quando a polícia se revelou incapaz de conter as manifestações, sendo em várias ocasiões desmoralizada pelos mercenários a serviço dos separatistas, o governo determinou que todas as milícias privadas, sem qualquer distinção, fossem desarmadas. Na realidade, Evo estava apenas verbalizando o que o Comando do Exército havia lhe solicitado, ou seja, ordem para poder agir. Evo Morales até então se revelara reticente em dar carta branca aos militares, temeroso de que os setores conservadores pudessem, igualmente, reprimir os movimentos da autonomia indígena. Diante da magnitude dos acontecimentos, cedeu rapidamente e assinou a ordem sem qualquer retoque de redação.

Foi então que começaram os choques armados. O Exército boliviano, a despeito dos méritos de seu serviço de inteligência, o qual havia mapeado extensivamente as ramificações separatistas, viu-se impossibilitado de agir com o rigor que a situação exigia. Os meios de comunicação haviam sido cooptados pela causa separatista. Qualquer ação do Exército era denunciada como abusiva; mesmo gestos de mera autodefesa eram caracterizados pela mídia como de brutalidade ou de abuso do poder. A hesitação do Exército foi também resultado de suas distensões internas.

A prudência excessiva foi interpretada como fraqueza, tanto nos círculos separatistas bolivianos como no exterior. Mercenários croatas, israelenses, AUC's colombianos, contratados chilenos da empresa americana Blackwater foram despejados no país. Todas as principais cidades da Meia Lua tornaram-se zonas de combate. Em virtude de seu armamento defasado e da alta tecnologia dos insurgentes, o Exército boliviano sofreu pesadíssimas perdas.

Diante do crescente descontrole da situação na Bolívia, os argentinos ofereceram assistência ao país. Bolívia e Argentina eram unidos por estreitos laços de cooperação militar, como antes a Bolívia havia sido ao Brasil. No entanto, a presença de um grande número de fazendeiros brasileiros, cujo alinhamento se deu em grande parte com a causa separatista, acrescida da aparente indiferença do Brasil, que parecera virar as costas ao país, fez da Argentina o aliado preferencial dos militares bolivianos.

Foi então que aconteceram os primeiros atentados contra as plantas de gás e seus dutos. Os militares bolivianos fizeram um acordo bilateral com a Argentina para que o gasoduto e as plantas de Tarija pudessem ser patrulhados pelos exércitos dos dois países. Os militares bolivianos pretendiam com isso cortar a linha de suprimento aos secessionistas vinda do Chile, feita por aeronaves de pequeno porte, através do norte da Argentina cruzando a região do Chaco, ora do lado boliviano ora do lado paraguaio.

A entrada dos argentinos foi respondida com uma escalada na guerra irregular: não foi sem certa perplexidade que Cristina Kirchner assistiu a seus soldados se converterem nos principais alvos dos separatistas. Relatórios não confirmados afirmaram que a diretiva partira diretamente de Santiago. Verdade ou não, a manobra continha uma racionalidade própria válida: para os separatistas, atacar o Exército argentino era a maneira mais eficiente de desmoralizar o próprio Exército Boliviano. Todavia, as notícias sobre supostas diretivas chilenas de ataques aos militares argentinos repercutiram em toda imprensa do país do Prata.

Devido ao volume e à intensidade dos ataques, o que eram para ser patrulhas converterem-se na prática na ocupação argentina de Tarija.

As baixas argentinas se avolumaram. Como o material bélico dos separatistas era de origem estrangeira, tendo sido capturados ex-militares chilenos entre os mercenários detidos, as tensões entre os dois países chegaram a um ponto culminante. Os dois países retomam patrulhas intensas na zona do Canal de Beagle e ocorreram escaramuças e trocas de tiros entre vasos navais. Então, fora da zona do Canal, um navio oceanográfico argentino que se dirigia à Antártida afundou subitamente. Os poucos sobreviventes afirmaram ter ouvido uma forte explosão, depois do que o navio foi a pique em menos de 30 segundos, partindo-se em dois e levando consigo quase toda tripulação. Para a Argentina foi a gota d'água.

Era reviver o pesadelo do navio escola General Belgrano<sup>128</sup>, quando adolescentes de 12 a 16 anos morreram torpedeados por um submarino nuclear inglês. Embora desta vez o naufrágio do navio oceanográfico não representasse um centésimo daquela tragédia, já que havia apenas 30 tripulantes a bordo (dos quais três sobreviventes), o impacto sobre a opinião pública foi devastador. Reviver o trauma era pior do que fora vivenciá-lo na primeira vez.

Embora não houvesse qualquer prova conclusiva de que o navio fora afundado, ou que isso tivesse sido obra dos chilenos, já que o navio estava ao lado das Malvinas (distante, portanto, centenas de quilômetros da costa chilena), a situação saiu de controle. Os choques entre as duas marinhas se multiplicaram; deram-se as primeiras escaramuças aéreas através da cordilheira. Embora se tratasse de enfrentamentos de baixa intensidade, até pontuais, uma vez que uma guerra regional não interessava a nenhum dos dois países, o resultado desastroso para a Argentina forçou o governo a encaminhar ao Parlamento, em regime de urgência, o restabelecimento da conscrição e a mobilização total da força terrestre para guerra. Treinamento militar é algo que demanda tempo, mas o governo argentino precisava fazer algo aos olhos da opinião pública. Os confrontos entre Argentina e Chile ameaçavam converter-se em uma guerra regional de atrito que poderia perdurar por anos e desestabilizar a economia dos dois países.

Isso ficara claro quando a Marinha e a Força Aérea Argentina se retraíram após a derrubada de dois A-4 Skyhawk argentinos por F-16 chilenos e do afundamento da fragata

---

<sup>128</sup> O navio foi deslocado para o Sul durante a Guerra das Malvinas para que, em virtude de seu poderoso radar, pudesse fornecer alerta para ataques aéreos ao continente, permanecendo, portanto, fora da zona de exclusão decretada pelos britânicos. Ainda assim, foi afundado por torpedos no dia 2 de Maio de 1982, tendo sido o primeiro navio na história a ser afundado por um submarino nuclear numa situação de combate real.

Cf <<http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/nav.aspx?nn=48>> (17/11/2007).

ARA Sarandi argentina por um Harpoon americano disparado *stand-off*, ou seja, o navio argentino não viu quem o atingiu. Aos olhos argentinos, as armas norte-americanas eram mais uma vez, de forma decisiva e mortífera, empregadas para subjugar-los.

Foi então que a Argentina solicitou ajuda aos chineses, tendo em vista a parceria estratégica estabelecida com a China e o fato de depois disso ter se tornado cliente de material bélico<sup>129</sup> do país asiático. Então, para surpresa geral, os chineses resolveram prestar assistência cerrada aos argentinos. Toneladas de material bélico passaram a ser desembarcadas no Porto de Buenos Aires. A China possui uma poderosa marinha mercante que lhe faculta manter uma linha de suprimentos à longa distância. Não possui, todavia, meios militares para protegê-la. A despeito do risco de terem seus navios torpedeados, uma vez que se deslocavam sem qualquer escolta, os chineses resolveram apostar na cartada sul-americana. Calcularam, com acerto, que nenhum adversário ousaria atacar diretamente seus navios.

Na América, o processo boliviano havia sido recebido matizado pelas diferentes clivagens de opinião que conformavam o fim do governo Bush. De um lado, Dick Cheney, vice-presidente, defendia arduamente a causa da Meia Lua e prestava apoio cerrado a seu amigo Cofer Black, ex-diretor da CIA convertido em presidente da Blackwater, a firma contratada pelos separatistas. De outro lado, Condoleezza Rice, Robert Gates e Stephen Hadley (respectivamente, secretária de Estado, de defesa e *National Security Advisor*) ponderaram ao presidente Bush que a Bolívia se converteria em um novo Afeganistão, em um narcoestado, em refúgio para terroristas e centro de difusão de armas e drogas.

O presidente americano, apesar da maioria do governo se inclinar claramente contra o separatismo, tentou manter uma equidistância entre as duas posições — até pela contundência do apoio do vice e pela proximidade com vários amigos e ex-membros do governo de seu pai, membros do grupo Carlyle e signatários do PNAC<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> “Argentina importará tecnologia chinesa para produzir equipamentos militares”. (Nota Oficial do Ministério da Defesa Argentino). Cf.: Defesanet, 22 de agosto de 2007. <[http://www.defesanet.com.br/al1/arg\\_cn\\_1.htm](http://www.defesanet.com.br/al1/arg_cn_1.htm)>.

<sup>130</sup> PNAC - “Projeto para um novo século americano”. - Esta organização não-estatal, como afirma seu próprio nome, pretende erigir um mundo unipolar no século XXI. Tem como princípios, por exemplo, que a liderança americana é benéfica tanto para a América quanto para o mundo; que esta liderança requer força militar, engajamento diplomático e compromisso com princípios morais. Na prática, é uma poderosa organização representante do pensamento neoconservador. Entre seus membros, há inúmeros nomes de destaque. Citamos alguns: como: Paul Wolfowitz, Dick Cheney (atual vice-presidente), Donald Rumsfeld (ex-secretário de Defesa), Jeb Bush (irmão do atual presidente e ex-governador da Flórida), Zalmay Khalilzad (atual embaixador dos EUA na ONU), Robert B. Zoellick (antigo subsecretário de Estado e chefe da Agência de Comércio Internacional), John Bolton (ex-embaixador na ONU), <<http://www.newamericancentury.org/index.html>>.

Entretanto, depois da atitude chinesa, os interesses de Estado falaram mais alto. Generais da reserva fizeram manifesto público, divulgado pelo Washington Post, declarando que a política aventureira da gestão estava por criar um Iraque na América do Sul e por jogar toda metade sul do hemisfério na mão dos chineses. Ao lado da manifestação dos generais, contundente, mas sóbria, surgiram toda sorte de especulações alarmistas e “projeções” que vislumbravam bases para submarinos e para a Marinha chinesa no Atlântico Sul. Então, os conceitos esquecidos de segurança hemisférica e do TIAR, inspirados na Doutrina Monroe, subitamente adquiriram atualidade.

A animosidade argentina devido ao uso de armas americanas pelo Chile e as denúncias envolvendo a Halliburton<sup>131</sup>, o vice-presidente e a Blackwater no separatismo boliviano, somadas às reminiscências sobre o que os argentinos consideram apoio americano à causa inglesa nas Malvinas, inviabilizaram qualquer mediação norte-americana. Um grupo de contato proposto por Condoleezza Rice para evitar a crise, formado por México, Colômbia e Peru não saiu das sondagens iniciais, sendo peremptoriamente rechaçado pelo embaixador portenho nos EUA. Assim, ao mesmo tempo em que erodiu o apoio interno ao separatismo boliviano dentro dos EUA, feito pelos meios e canais competentes para tanto, impôs-se a inevitabilidade da mediação brasileira.

O plano brasileiro tivera êxito. Evidentemente, jamais se suspeitara que a situação fosse tão longe. Porém, a manobra estratégica se revelara correta. O Brasil era o único país, devido aos laços de amizade com o Chile e a Argentina, capaz de mediar a crise. A despeito de sua notável fragilidade militar, agora podia lançar suas forças em um momento em que a situação internacional ficava clara no plano regional e mundial. Já não havia o risco de uma intervenção na Bolívia colocar o país indiretamente em guerra com os EUA. Foi o próprio governo americano que fechara a questão e havia ficado evidente mais uma derrota do vice-presidente — aliás, a primeira ostensiva e pública, em virtude da dimensão que o debate assumira na América. Tampouco havia qualquer risco de a Argentina colocar-se em acordo com o Chile e do apoio brasileiro aos bolivianos resultar em um rotundo malogro político e militar. Agora era a hora de dar um tapa de luva na China, demonstrando capacidade de resolver a situação também no plano militar e que era ele, o Brasil, e não a Argentina, a parceria chave na América do Sul. Para isso, o Brasil estreitou os laços militares com a África

---

<sup>131</sup> Empresa transnacional norte-americana prestadora de serviços no setor petrolífero. Sediada no Texas, tem como um de seus principais acionistas o vice-presidente dos EUA, Dick Cheney. A empresa foi objeto de intensa polêmica na mídia devido à suspeição sobre a regularidade de seus contratos no Iraque e sua relação com a deflagração do conflito lá iniciado em 2003.

do Sul. Enquanto se desenrolava a crise, o Brasil encaminhou um relatório, dramático pela situação, mas absolutamente verdadeiro na constatação, acerca das suas forças blindadas.

O Congresso votou uma dotação orçamentária extraordinária ao PAC da Defesa para substituição da força existente tanto de cascavéis como de urutus por *Rooikat* sul-africanos. Também do país sul-africano, o país adquiriu, juntamente com os direitos de licença para fabricação, o obuseiro G6-52L, cujo projétil é recordista mundial de alcance, chegando a 75 km. Reativou o complexo militar industrial de defesa com as encomendas feitas junto à África do Sul e estendeu-as a outros países. A Aeromot, empresa de Canoas, que já produzia *drones* rudimentares para o Exército brasileiro, constituiu parceria com a IAI<sup>132</sup> israelense e passou a produzir sob licença o avião robô Hunter<sup>133</sup>, usado também pelo Exército norte-americano.

O Brasil transformou uma parte significativa de seus programas civis de inclusão digital, de participação política (“governo eletrônico”) e de formação da TV pública para finalidades militares. Era a clara evidência de que os brasileiros haviam assimilado o conceito norte-americano de teatro sintético de operações<sup>134</sup>, onde o mundo real é decomposto em dígitos matemáticos e inserido no computador para gestão e controle de batalha. As câmaras instaladas nos UAV’s, sensores ativos nos R-99, e sensores passivos em pequenos aviões que pareciam pertencer a particulares, aliados às imagens dos satélites brasileiros, passaram a decompor diuturnamente o futuro teatro de operações na Bolívia. A Avibrás formalizou com a Rússia licença para a fabricação local de míssil *Iskander*, permitido pelos Tratados INF e MTCR<sup>135</sup>, por ter alcance inferior a 500 km. Ainda assim, o *Iskander* dotou o Brasil de uma

<sup>132</sup> IAI – Israel Aircraft Industries.

<sup>133</sup> Cf <<http://www.army-technology.com/projects/hunter/>>(17/11/2007)

<sup>134</sup> **Teatro sintético de operações** – Do inglês “STOW”, Synthetic Theater of War, Teatro Sintético de Guerra. Por meio das redes e computadores, o ambiente é decomposto digitalmente por vários tipos de câmeras, vídeo, sensores infravermelho, ultravioleta, etc. As câmeras indicam a topografia, o relevo, as forças em presença, os sistemas de armas e sua localização em tempo real. As imagens provenientes dos diferentes sensores (câmeras, radar, laser, infravermelho ou ultravioleta) são convertidas por igual, em formato digital, e processadas pelo computador. Esta reconstrução do mundo natural, no ambiente do computador (virtual), é denominada pelo Pentágono de Teatro Sintético de Guerra. DoD. 1998 Army Science And Technology Master Plan (On-line) <<http://www.fas.org/man/dod-101/army/docs/astmp98/index.html>>.

<sup>135</sup> **Tratado INF e MTCR** - Tratados assinados pelos governos Reagan (EUA) e Gorbachev (URSS) no intuito de reduzir seus armamentos.

**INF** – Tratado sobre Forças Nucleares de Alcance Curto e Intermediário (INF), do inglês Intermediate Range Nuclear Forces. Um de seus principais objetivos era proibir os mísseis soviéticos SS-22, SS-12, SS-23 alguns deles capazes de transportar uma ogiva de até um megaton: equivalente a um milhão de toneladas de TNT.

**MTCR** – Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, do inglês *Missile Technology Control Regime* Fonte: Janes.Strategic.Weapon.Systems.2003.[web.edition]

poderosa artilharia de longa distância, posto que para um alcance de 250 km entrega uma ogiva de 500 quilos.

O conglomerado montado pela IMBEL<sup>136</sup>, ITA<sup>137</sup>, Petrobrás, e algumas universidades selecionadas, permitiu a instrumentalização das pesquisas brasileiras em nanotecnologia para a fabricação de ogivas termobáricas. Então, vendo que corria o risco de distanciar-se do Brasil, a China permitiu a produção sob licença de seus MANPADS de quarta geração<sup>138</sup>, que podem ser usados tanto contra tanques quanto contra aviões de guiagem por infravermelho ou laser.

Os EUA, por sua vez, franquearam ao Brasil dados da inteligência de sinais (SIGINT) do teatro de operações (IMINT), através da NSA<sup>139</sup>. O Pentágono aquiesceu em fornecer imagens do sistema militar geo-estacionário DSP<sup>140</sup>, e uma equipe norte-americana ISR passou a utilizar o *Global Hawk*, o substituto do avião U-2, uma aeronave de 35 m de envergadura, com peso total de 2.326,5 kg (dos quais, uma tonelada é de carga útil) que, baseado em Anápolis, formou juntamente com os UAV's brasileiros *Hunter* uma cadeia de relés, “nós” de uma cadeia de comando e controle que permitiram a construção dos “olhos e ouvidos” — teatro sintético de operações e o controle de batalha em tempo real.

---

<sup>136</sup> **IMBEL** - Indústria de Material Bélico. Empresa pública de direito privado subordinada ao comando do Exército. Tem como missão institucional dotar a indústria nacional de capacidades tecnológicas., além de prover as Forças Armadas brasileiras de material bélico.

<sup>137</sup> **ITA** – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

<sup>138</sup> A terceira geração já pode alvejar um único ou diversos alvos, através da produção de uma imagem virtual, o que também lhe permite reconhecer e rejeitar as iscas utilizadas habitualmente para confundir os mísseis, como é o caso dos *flares* (partículas incandescentes) dispersados pela aeronave. A arma referida no texto, que inaugura a quarta geração na China, na realidade ainda está sob desenvolvimento. Trata-se do *Qian Wei-4* (QW-4 ou Vanguarda 4, a designação de exportação). O QW-4 foi exibido pela primeira vez em 2002, durante o espetáculo aéreo de Zhuhai. Conserva todas as características da terceira geração, mas vem acompanhado de laser. Cf.: **SINODEFENSE. QW-4 (Vanguard 4) Man-Portable Surface-to-Air Missile**. Sinodefense, *On-line*, 30 Julho de 2007. <<http://www.sinodefence.com/army/surfacetoairmissile/qw4.asp>> (Acesso em 19/11/2007).

<sup>139</sup> **NSA** – National Security Agency. Agência de Segurança Nacional. Encarregada da espionagem através de meios digitais; feita através de satélites, monitoramento de comunicações, coleta de radiação, etc.

**DSP** – Defense Support Program. Refere-se ao **Sistema geoestacionário DSP**, a rede de satélites de defesa geoestacionários norte-americana. Congrega cinco unidades, mantendo três ativas e duas de reserva, à um custo total de 2 bilhões de dólares. Não estão computados os custos de P&D ligados ao VLS. Os satélites geoestacionários da DSP têm 10 m de comprimento e 4,2 m de diâmetro e uma potência de transmissão de 1.275 watts. Cf. **DSP Satellites: Supporting America's Early-Warning System**. 02-Oct-2006 <<http://www.defenseindustrydaily.com/2006/10/dsp-satellites-supporting-america-early-warning-system/index.php#more>> (02/10/2006).

Foi então que a China aquiesceu à transferência do projétil 155 mm com guiagem terminal a laser Krasnopol<sup>141</sup>. O teatro sintético de operações permitiu que o *Iskander*<sup>142</sup>, o G6-52L, o Krasnopol, e a até alguns *Rooikats* disparassem projetos guiados à longa distância, apresentando uma margem circular de erro provável (CEP) inferior a 1 m e um *point kill* (pk) de 0,8 (80%).

Mais importante do que tudo, o Brasil graças ao esforço de guerra, conseguiu entronizar no país a produção em escala industrial de semicondutores e supercondutores que são os insumos industriais decisivos para a cadeia C4ISR na guerra digital. A PUC-RS e a USP impressionaram o mundo com a produção, agora em escala industrial, de seus processadores orgânicos (de carbono) que permitiram a redução dos sistemas embarcados (radares ESM).

Em virtude disto, os mesmos aviões bandeirante BEM-145 que servem de plataforma para o sistema R-99, converteram-se em verdadeiros AWACS — graças ao que o Brasil adquiriu, mesmo diante da ausência do apoio norte-americano, capacidade plena C4ISR para batalha aeroterrestre, ainda que, no caso do Brasil, com a função operada pelo Sentry (E-3) sendo distribuída através da triangulação de aeronaves e da sobreposição de sensores ativos e passivos. A relevância disso para a batalha terrestre diz respeito aos custos humanos e econômicos do esforço de guerra, uma vez que permite a criação do sistema de enlaces para operar o JTIDS e o JDAM<sup>143</sup>.

O JTIDS permite que os G6-52L ou *Iskander* disparem vetorados por sensoriamento remoto de uma aeronave situada a dezenas de quilômetros, por isso os UAV's formam a rede de relés; o segundo, o JDAM, permitiu que as bombas “burras” (*dumb bombs*)<sup>144</sup> MK-84 dos

---

<sup>141</sup> **Krasnopol** – Projétil de artilharia utilizado por obuses de 152 mm que usam um sistema de guiagem a laser semi-ativo na fase final da trajetória. Pode atingir com precisão navios, fortificações e bases inimigas. É fabricado pela empresa LOMO de São Petersburgo. Cf. <<http://sp.rian.ru/onlinenews/20070203/60029137.html>> (11/11/2007)

<sup>142</sup> **Míssil Iskander** – Produzido na Rússia, é um míssil de curto alcance, inferior a 500 km, pelo que está fora do Tratado INF. Utiliza combustível sólido e na nomenclatura OTAN recebe o nome de SS-26 Stone.

<sup>143</sup> **JDAM** – Joint Direct Attack Munition – De baixo custo, este sistema permite a guiagem de bombas burras (munições de vôo livre) em projéteis que podem ser guiados. Por este sistema, o sinal é emitido do computador digital, transmitido pelo ar em onda analógica e, mais uma vez, ao chegar ao microprocessador, é digitalizado, decodificado e, se for coerente, orientará as aletas dos foguetes e bombas de modo a dirigi-los com precisão. Se um determinado país possui suas comunicações digitalizadas, estará apto para utilizar este sistema.

<sup>144</sup> **Dumb bombs** – Também chamadas de “*gravity bombs*” (bombas de gravidade) são bombas, entregues de aeronaves, que não possuem sistema de guiagem. São as chamadas “bombas burras”. Ver mais em <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/dumb/index.html>> (11/11/2007) Cf. tb.: <<http://www.globalsecurity.org/military/systems/munitions/intro-bombs.htm>> (11/11/2007)

AMX da FAB adquirissem capacidade de guiagem através da simples instalação de um chip para controlar suas aletas (e não de um computador embarcado). Graças à nacionalização do JDAM, bombas MK-84 feitas pela Imbel adquiriram precisão análoga às bombas guiadas por laser da USAF, porém, a um custo irrisório, já que o chip instalado na bomba não excede um dólar; o difícil era alavancar a construção da rede que alimenta o teatro sintético de operações, o que só foi possível com a conversão para uso militar dos diversos programas civis aludidos.

Para efeitos de sua Estratégia, Operações e Doutrina na era digital, o Brasil fez uso de sua experiência militar progressiva e de outros países. Dos EUA, tomou o conceito de Teatro Sintético de Operações (STOW<sup>145</sup>) que, conforme descrito, decompõe o campo de batalha real em dígitos matemáticos para seu controle com a ajuda de computadores em tempo real. Da China, tomou o papel das fortificações de campanha conjugada com o uso de blindados, para fazer a guerra de atrito — a fim de maximizar a exposição dos separatistas a baixas enquanto minimiza suas próprias. Da Rússia, adotou a técnica de contra insurgência baseada no uso de bases de fogo, o que permitiu ao Brasil manter seus contingentes longe das cidades, do risco da desmoralização de atirar em civis ou das emboscadas dos separatistas.

Porém, a inspiração principal continuou sendo Caxias, o qual já operava com a ajuda dos meios de pagamento, muito antes de se popularizarem expressões como “conquista de mentes e corações”, simplesmente fazendo isto na prática, como resultado de sua intuição e preparo político acurado. Da cavalaria de Osório tomou o exemplo de suas cargas rápidas e fulminantes para desgastar e fustigar as posições inimigas; por fim, da Artilharia, o exemplo de Mallet que, muito antes do mundo sonhar com artilharia portátil, já fazia uso do canhão revólver para obter o deslocamento rápido no campo de batalha, dizimando a infantaria inimiga.

Graças a estes acúmulos foi possível uma vitória militar sustentável do ponto de vista político. Retrospectivamente, os historiadores denominaram a intervenção brasileira na Bolívia de “Batalha da Bolívia”, dizendo que foi a guerra da integração sul-americana.

---

<sup>145</sup> STOW — Synthetic Theater of War. Ver nota 134.

### III) Implicações Para o Brasil:

Em todos os cenários verificamos que a sorte do povo boliviano está associada aos projetos de integração que se apresentam para o continente. Em todos eles os vizinhos da Bolívia cumprem ativo protagonismo. À exceção do primeiro, improvável, a posição do Brasil é relativamente cômoda. Mas esta comodidade pode ser enganadora. Temos uma janela de oportunidade ímpar para realizarmos nosso velho sonho que ora definimos como pertencer às “nações civilizadas”, ora aos “países desenvolvidos”, ora ao Conselho de Segurança da ONU e, por fim, ao “primeiro mundo”.

Há outro aspecto interessante: a reviravolta que permite a retomada do poder brando da América. Embora o estudo de caso seja sobre a Bolívia, parece relevante que a retomada do poder brando cumpra papel decisivo. No primeiro cenário, o atual governo brasileiro não percebe suas implicações e o país sai gravemente prejudicado. Nos outros dois, conta exatamente com isso para traçar suas políticas e vence. Importa que parece impossível elaborar qualquer cenário que não contenha a retomada do poder brando da América.

O que o primeiro cenário nos fornece — graças à maximização da ameaça — é a indicação de que na unidade boliviana está em jogo a integração sul-americana. O nosso cenário de desagregação foi eficaz nesse sentido: a unidade da Bolívia e da América do Sul são duas faces da mesma moeda.

O cenário cético, por mais carregado de cinismo que possa ser, já desvenda uma janela de oportunidades. Mesmo que o Brasil mantenha-se fora do problema boliviano, a mera ocorrência de guerra no país vizinho abre espaço para a reativação de parte da indústria bélica, para a assinatura de contratos de manutenção e atualização, e coloca no topo da agenda a interface entre a segurança pública e a segurança nacional. Parece razoável esperar que ocorra a reativação da IMBEL e a criação do Ministério da Segurança Institucional (MSI). Todavia, como diz o próprio título, o problema sobre a unicidade boliviana e a unificação sul-americana fica adiado, o que é inquietante.

O terceiro cenário procura na realidade inventariar em caráter preliminar o que seria a equação ótima de desempenho do Brasil. Desenha-se uma estratégia de operações e doutrina em que o poder aéreo é substituído pela Engenharia e Artilharia tendo em vista uma guerra suportável no ponto de vista dos custos humanos e econômicos. Trata-se de pensar num tipo de ação militar compatível com o Estado Democrático de Direito, no qual há esse encontro com o valor da vida do soldado e com a situação de extrema austeridade pela qual passa o orçamento brasileiro. De todo o modo, o cenário procura salientar que, além de uma

possibilidade meramente incremental que dá uma sobrevida aos restos do complexo militar-industrial brasileiro, existe outra, de a guerra, em qualquer escala, ser utilizada como motor de uma dupla integração entre países e estratos sociais. Além disso, pode promover a cidadania e a soberania se soubermos nos valer do papel cumprido pela digitalização. As redes de serviços digitais e a produção de computadores incidem nas condições para o desenvolvimento sustentável, na redução do consumo da indústria, na redução do custo de produção representada pela importação de tecnologia de capital e na difusão da Democracia e da participação política da mesma infra-estrutura que permite a projeção de força em escala sul-americana.

## Conclusão

Por detrás das diferenças de clivagem étnica, regional, econômica e social que perpassam a América do Sul, das quais, como vimos no primeiro capítulo, a Bolívia é só o exemplo mais evidente, há o problema comum das promessas não cumpridas de cidadania e soberania. As hipóteses de guerra traçadas no capítulo três são os desdobramentos mais prováveis a que esta dívida com o passado nos conduz. A Bolívia une em um mesmo problema estratégico as mazelas de que somos herdeiros e a nossa perspectiva de futuro.

Neste ponto, entra o conceito de “simplificação estratégica”, expresso por Karl Deutsch em sua conhecida obra “Os Nervos do Governo”. Deutsch diz que em determinados momentos da vida social todos os problemas ou desafios convergem para um único, operando-se aquilo que denomina “simplificação estratégica”. Tanto cidadania quanto soberania são condicionados pela efetivação bem-sucedida da simplificação estratégica por meio de uma relação de determinação recíproca. Assim, cidadania e soberania dependem do domínio do aço, da química fina (refino do petróleo), da energia nuclear e, agora, do processo de digitalização. Nos termos mais familiares da sociologia sul-americana, a simplificação estratégica de Deutsch equivale ao que Celso Furtado denomina “centro de decisão”. Na realidade, as duas idéias se enriquecem mutuamente.

Furtado mostra-nos como “a entronização do centro de decisão econômica” faculta o surgimento da soberania e, através do crescimento para dentro, a criação de condições objetivas para a participação política e para a cidadania. Para Furtado a sociedade só conhece e controla aquilo ela própria produz. Deutsch, graças a seu enfoque cibernético, estabelece uma relação mais aberta, em que a existência da soberania e da cidadania não são apenas determinadas pela existência do centro de decisão (das condições econômicas), mas são constitutivas, ajudam a criar as próprias condições econômicas nas quais podem, então, assentar-se solidamente. A dura realidade é que, a despeito de graus variados de êxito, todos os Estados da América do Sul fracassaram na obtenção plena da cidadania e da soberania. Neste sentido, o processo de integração sul-americano ilustra a possibilidade de sua consecução nos levar à industrialização plena, o que hoje significa deter um centro de decisão continental sobre o aço, a química, a energia nuclear e, sobretudo, os computadores e as redes (digitalização).

Esta perspectiva, de que juntos resolveremos o que não conseguimos isoladamente, já estava presente na idéia de Hélgio Trindade, ao formular uma abordagem sociológica da

integração. O autor assevera: “(...) podem ser criadas novas formas de estruturação institucional que, resguardadas as identidades nacionais e regionais, tornem-se um fator de consolidação das novas democracias”<sup>146</sup>. Sobre a relação de causalidade recíproca entre integração e democracia – aqui correlacionadas com cidadania e soberania e o centro de decisão econômica –, Héglio Trindade afirma: “(...) a interação entre a cultura política democrática e os efeitos da crise econômica constitui-se na variável estratégica para entender os limites da consolidação democrática”<sup>147</sup>. A variável estratégica, a que se refere Héglio Trindade, pode ser intercambiada pela noção de simplificação estratégica de Karl Deutsch. Há uma convergência dos dilemas envolvendo a consolidação da democracia e a retomada do desenvolvimento sustentado. Na raiz de ambos, está a simplificação: a integração entre povos, a confluência de tecnologias, a articulação entre a participação política e a inclusão social com o exercício da soberania. Se fosse possível expressar em uma única palavra a síntese de todas essas interações, simplificando, ela seria **digitalização**. Ocorre que, neste caso, a simplificação é legítima, pois equivale à síntese estratégica.

O ambiente histórico do qual é tributário o movimento separatista boliviano está ligado a um problema de formação da identidade. Trata, portanto, daquilo que define o que somos, que nos conceitua enquanto seres humanos. A identidade é o aspecto mais visível de um problema mais profundo; o da conformação política da América do Sul. Neste trabalho, fornecemos os dados mínimos sobre os principais litígios internacionais nos quais a Bolívia viu-se envolvida desde sua emancipação política. As guerras protagonizadas pelos países sul-americanos acabaram por conformar o que Buzan & Waever denominam complexo regional de segurança da América do Sul.

Salientamos que, conforme informa a perspectiva dos autores, os CRS possuem uma natureza dual; podemos dizer que Buzan & Waever vêem no CRS o gérmen da rivalidade que conduz à guerra e, em função da impossibilidade de vitória conclusiva, o caminho que pavimentava a integração – perspectiva que está em plena conformidade com a percepção de Clausewitz, para quem a verdadeira política de um Estado era definida pela sua preparação militar, sendo a própria política a continuação da diplomacia por meios violentos. Tanto Buzan & Waever quanto Clausewitz nos trazem a compreensão sobre o sentido contraditório

---

<sup>146</sup> TRINDADE, Héglio. *Brasil em Perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada*. in MOTA, Carlos Guilherme (org). *A Viagem Incompleta (1500-2000) A Experiência Brasileira A Grande Transição*. São Paulo, Editora SENAC, 2000, p.378.

<sup>147</sup> Héglio Trindade, *op.cit.*, p.371.

em que guerra e negociação conformam facetas, aspectos paradoxais de uma unidade que adquire substância no processo de integração.

Esta perspectiva não é nova: está contida na própria possibilidade de realização das emancipações políticas. Foi graças à ocupação do porto de Montevideu que Fernando VII da Espanha não pôde dar consecução a seus projetos de reconquista da América hispânica independizada devido às Guerras Napoleônicas. Naquela época o porto de Montevideu era o único que permitiria fundear a frota reunida pelo soberano de Espanha, membro fervoroso da Santa Aliança<sup>148</sup>. Foi nesta época (1821), antes, portanto, da própria emancipação política do Brasil, que teve lugar o primeiro processo de integração no continente. Foi, como seus contemporâneos, fruto da persuasão, do consenso, e realizado democraticamente. Foi o próprio Parlamento de Montevideu que aprovou a unificação, talvez a primeira do mundo feita em bases parlamentares e constitucionais. Conforme podemos constatar claramente pelo trecho a seguir:

[o Parlamento declarou] “que havendo pesado as críticas circunstâncias em que se encontra o país e consultando os verdadeiros interesses dos povos e das famílias temos acordado e pelo presente convencionamos em que **a Província Oriental do Rio da Prata se una e incorpore ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Constitucional**, sob a imprescindível obrigação de que se respeitem, cumpram, observem e façam observar as bases seguintes: **‘constituir, em suma, um Estado diverso dos demais do Reino Unido, sob o nome de Cisplatino e que gozaria da mesma categoria que os demais da monarquia portuguesa’**”<sup>149</sup>. [grifos nossos]

De fato, a unificação com a Cisplatina era parte de um projeto maior dos Bragança de constituírem um pólo de poder mundial, alternativo aos da Inglaterra e da Santa Aliança. – projeto que começou com D.João VI e prosseguiu com D.Pedro I, o qual só fez a paz da Cisplatina e então abdicou em virtude da possibilidade de assumir a Coroa de Portugal e Espanha em bases constitucionais, refazendo a antiga União Ibérica. Nesta perspectiva, o projeto de unificação sul-americano é tão remoto quanto o das emancipações políticas.

Talvez em nenhum outro continente soem tão verdadeiras as palavras de Antonio Negri<sup>150</sup> para quem as atuais divisões territoriais nada mais são do que o reflexo dos interesses do neocolonialismo em aliança com o patrimônio. De fato, as suas fronteiras são antes a expressão da correlação de forças estabelecida entre caudilhos e oligarcas na disputa pelo

<sup>148</sup> MACARTHY MOREIRA, Earle D. *Espanha e Brasil: Problemas de Relacionamento* 1822-1834 Porto Alegre, 1977.

<sup>149</sup> Conforme *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires* – uma testemunha ocular”. Atribuído pelo Barão do Rio Branco ao **Barão Carl von Leenhof**. Editora da Usp, 1975.

<sup>150</sup> **HARDT, Michael & NEGRI, Antonio** – *Império*, São Paulo: Record, 2001.

espólio do antigo sistema colonial espanhol do que, propriamente, um processo de criação do Estado resultante de um entendimento em torno do ordenamento constitucional tal como foi feito na América do Norte e ensaiado pelo Brasil e a Cisplatina no início do século XIX.

Nesta perspectiva, a unificação da América do Sul é herdeira tanto do ideal de Garibaldi de unir as repúblicas americanas e, antes dele, de Bolívar ou dos próprios Bragança do Brasil – em suma, de todos os projetos, por mais concorrentes que fossem entre si, em que a construção do Estado seria obra da liberdade, do artifício da consciência humana, da política, e não do opressivo neocolonialismo, das intrigas da pérfida Albion, dos interesses particularistas e mesquinhas de grupos privados associados ao exterior.

A Bolívia é a expressão mais trágica de nossa impossibilidade em nos autodeterminarmos, em organizar nosso espaço geográfico e político de acordo com os ditames de nossa própria consciência. No centro da crise boliviana, subjaz um problema sul-americano, as promessas não cumpridas de cidadania e soberania. Mesmo o Brasil, que se manteve unido enquanto a América hispânica se dividia, ressentia-se desta incompletude. Foram a soberania e a cidadania que conduziram o Pacto ABC na época de Vargas, a Organização Pan-Americana de Juscelino Kubitschek (OPA), o Mercosul, de Sarney e Alfonsín e, a Casa e a Unasul dos dias de hoje, projetos que congregam todos os doze países da América do Sul.

Às promessas não cumpridas pelas emancipações políticas, seguiram-se as frustrações em manter a América hispânica unida, a política de terra arrasada da primeira globalização (século XIX) e seus instrumentos locais – o caudilhismo e a oligarquia. A eles seguiram-se as promessas igualmente não cumpridas do populismo, dos Estados nacionais, da frustração com o processo de substituição de importações e com os ciclos militares e, mais uma vez, da redemocratização; no início do século XXI, somam-se as promessas não cumpridas da própria integração, as quais multiplicam custos e assimetrias.

O movimento separatista boliviano, seus preconceitos, sua xenofobia, seu racismo mal disfarçado nos dão a oportunidade de recuperar através da Bolívia e, graças a ela, o que os bolivianos buscam: a construção de sua própria identidade. Para tanto — como procuramos demonstrar nos cenários — é necessário que os Estados vizinhos contribuam, ainda que alguns outros se oponham. A conquista da identidade boliviana significa a concretização da integração sul-americana. A Bolívia não pode definir o problema de sua identidade sem de alguma forma equacionar as bases de uma identidade sul-americana.

A identidade sul-americana, qualquer que seja seu contorno, corresponde ao ajuste do espaço geográfico e das instituições aos ditames de nossa consciência; à democracia, à constituição, às instituições. Talvez estejamos diante da oportunidade inédita de termos na unicidade boliviana a chave da unificação sul-americana. De fato, a Bolívia nos ensina que a unificação sul-americana não é apenas um problema de fronteiras políticas estabelecidas entre entidades que se pretendem soberanas, mas também de fronteiras raciais, religiosas e a mais perversa de todas, as barreiras de classe. Nesse sentido, o processo de integração entre países, a inclusão social e a participação política são faces diferentes de um mesmo e único processo.

No Capítulo 3, procuramos, ao traçar os cenários, colocar em evidência a relevância e o alcance das decisões que tomarmos sobre a Bolívia para nosso próprio futuro – o que, em síntese, procuramos demonstrar através do claro escuro que mistura a realidade com a projeção típica da construção de cenários. Será no Chaco boliviano, em seus altiplanos, na Amazônia boliviana, que estaremos decidindo o futuro de nossos próprios excluídos, as bases do conteúdo ético de nosso próprio político e social.

A unificação sul-americana exige uma nova agenda de pesquisas e um novo enfoque para os Estudos Estratégicos, o que passa desde a Sociologia até a Engenharia de Produção, do Direito à guerra, do estudo do sistema eleitoral e partidário aos meios de comunicação em massa. Trata-se de objetos, enfoques e metodologia que devem recuperar a produção clássica de Sociologia, incluindo a marginalizada “sociologia regional”, para a compreensão mais ampla dos problemas locais tendo em vista a conformação do Estado Sul-Americano. No centro, permanecem a cidadania e a soberania, as quais se expressam em todas as constituições federais dos Estados membros da Unasul, como as finalidades maiores do próprio Estado. Para realizar estas duas tarefas, precisamos compreender as relações entre os novos aportes de tecnologia, dados na esfera da produção, seu reflexo sobre a formação das poliarquias, sobre o desdobramento do processo de modernização e de renovação de elites, que atinge desde o espectro político partidário até as operações e a tática na confrontação militar. Trata-se de perceber, como já ressaltou Karl Deutsch, que as comunicações nucleiam soberania e que da comunicação interna do sistema, do desenho institucional do Estado – o que continua sendo objeto do Direito – depende a possibilidade da inclusão social e política (cidadania) e a própria capacidade de fazer a guerra (soberania). A ruptura com o passado, o resgate das promessas não cumpridas, a gestão de custos dos processos de modernização anteriores permanecem indissociáveis da capacidade informacional, de nossa capacidade de

autogestão – característica que depende tanto dos mecanismos de participação política quanto dos próprios meios físicos pelos quais eles poderão ser construídos.

Daí a ênfase dada na digitalização. A guerra foi utilizada para demonstrar seu poder horizontalizador de capacidades, equiparador de potenciais e toda a perspectiva de força que traz para os fracos. Foi por isso que salientamos seu desempenho militar, metáfora verdadeira dos horizontes que descortinam impossibilidades políticas e econômicas.

Os sistemas de armas descritos nos cenários são todos reais. E todos têm a mesma raiz em comum: o computador e a rede. As armas termobáricas são resultado da nanotecnologia aplicada, que só foi possível graças aos modelos matemáticos operados por computador, além da realidade virtual. As redes de comando e controle, que dão corpo ao teatro sintético de operações, são as mesmas redes de comunicação e informação que podem se constituir, parafraseando Deutsch, nos nervos do Estado Sul-americano – como canais de participação política ou mecanismo econômico de inclusão social. Guerra, política e economia sempre estiveram interligadas. Contudo, talvez em nenhuma outra época a preparação para a guerra e a gestão de comando e controle da batalha trouxessem possibilidades tão amplas do ponto de vista emancipatório como a necessidade de participação política e inclusão social.

A montagem dos sistemas descritos, UAV's, *drones*, a digitalização de tropas terrestres, a operação de fuzil calibre 50, os mísseis *Iskander*, os projéteis Krasnopol: todos exigem uma vasta rede de controle. A guerra digital traz consigo a necessidade de participação direta do civil como operador de rede cumprindo funções militares típicas. Tanto o cidadão quanto a própria cidadania são convocados a prestar seu dever junto às armas. A produção física destes sistemas a baixo custo só se torna factível a partir da criação de redes de montagem de componentes digitais que constituem o aspecto físico desse vasto sistema nervoso de gestão da guerra, da educação, do governo.

Algumas vezes a história está mais próxima do cotidiano do que os anos imaginaram. Todo este processo de confluência de povos e tecnologias tem uma afeição, na aparência prosaica, em nosso dia-dia: a integração entre o telefone, o rádio, a TV e o computador<sup>151</sup>. Na esteira dos serviços de comunicação que nascerão da substituição do padrão analógico pelo

---

<sup>151</sup> Herz afirma: “a convergência poderia ser definida como uma crescente integração entre os serviços de comunicação social e de telecomunicações”. Comunicação social equivale aos serviços de rádio e de televisão; telecomunicações, aos serviços de telefonia. **HERZ**, Daniel K. (2006) “*A escolha do padrão é uma inversão inaceitável*”. E-Fórum entrevista Daniel Herz. E-Fórum nº 100, de 13/5/2006, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. Disponível em: < [http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont\\_key=49590](http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=49590)> (15/11/2007).

digital está a possibilidade de estabelecermos ou não as Redes Digitais de Serviços Integrados que, como afirmava Daniel Herz, eram as estradas eletrônicas do Século XXI. Estas infovias são os nervos da integração sul-americana, as redes que permitem tanto a gestão e o controle de batalha em tempo real quanto a viabilidade de instituições virtuais especializadas na integração, como o Tribunal Sul-Americano, conforme já salientou Maria da Graça Hahn Mantovani<sup>152</sup>.

Em seu conjunto, a realização destas tarefas corresponde à possibilidade de nos constituirmos como sujeitos de nossa própria existência, em artífices de nosso destino, em senhores de *nosso* próprio continente. Em suma, pela primeira vez, a produção do canhão pode levar a obtenção do pão e da liberdade. O Brasil, portanto, deve digitalizar suas Forças Armadas e renovar seus sistemas e equipamentos, pois assim terá a possibilidade da América do Sul emancipar-se de suas próprias mazelas, realizando a cidadania e a soberania.

Ao contrário do aço, que exigiu pesados investimentos de capital, quase uma geração para a maturação das plantas, da indústria petroquímica e da química fina, cujos montantes não são menores, da indústria nuclear, cuja tecnologia até hoje não dominamos, a indústria da informação resume-se a dois insumos industriais – semicondutores e supercondutores. Ao contrário do que aconteceu com aço, química e energia nuclear, seus investimentos de capital são comparativamente baixos, dispomos de intensa tecnologia na ativa, nas duas áreas. Detemos inclusive conhecimento de ponta na construção de supercondutores orgânicos experimentais e de semicondutores baseados em carbono. Ao contrário dos processos de desenvolvimento exteriores, baseados em recursos naturais não renováveis, como ferro, petróleo e urânio, a indústria da informação só depende da educação, da pesquisa e do desenvolvimento; em suma, na nossa capacidade de desenvolvermos o potencial contido nos seres humanos. Não há qualquer idealismo em afirmar que as potências do século XXI terão como fator distintivo de sua capacidade de poder a forma pela qual tratam seus próprios fracos em suas respectivas sociedades. Esta realidade de poder brando emerge diretamente do papel da criatividade do ser humano na indústria da informação. É por isso que temos nossa sorte irrecorrível e irremediavelmente entrelaçada a sorte e ao futuro do povo da Bolívia. A unicidade da Bolívia e a unificação são, portanto, duas faces de uma mesma moeda.

---

<sup>152</sup> MANTOVANI, Maria da Graça Hahn. *Tribunal Sul-Americano: Uma Concepção Cibernética de Integração*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2006, 283 p. (Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais).

## Anexos

### 1 – Lista das Principais Guerras entre Estados Latino-Americanos desde sua independência

Latin American Wars Since Independence		
Year	Name	Participants
1825–28	Uruguayan War	Argentina v. Brazil
1836–39	Peruvian Confederation	Chile (Argentina) v. Bolivia, Peru
1841	Peruvian-Bolivian	Peru v. Bolivia
1846–48	Mexican-American War	United States v. Mexico
1851–52	La Plata War	Brazil v. Argentina
1861–67	Franco-Mexican War	France (United Kingdom, Italy) v. Mexico
1864–70	War of the Triple Alliance	Paraguay v. Argentina, Brazil, Uruguay
1863	Ecuadorian-Colombian War	Ecuador v. Colombia
1865–66	Spanish-Chilean War	Spain v. Chile, Ecuador, Peru, Bolivia
1876	First Central American War <sup>a</sup>	Guatemala v. El Salvador
1879–84	War of the Pacific	Chile v. Peru, Bolivia
1885	First Central American War <sup>a</sup>	Mexico, El Salvador v. Guatemala
1906	Second Central American War	Guatemala, Honduras, El Salvador v. Nicaragua
1907	Third Central American War	Honduras, El Salvador v. Nicaragua
1932–35	Chaco War	Bolivia v. Paraguay
1932	Leticia War <sup>b</sup>	Peru v. Colombia
1939–41	Zarumilla War <sup>c</sup>	Peru v. Ecuador
1969	Soccer War	El Salvador v. Honduras
1982	Malvinas/Falklands War	Argentina v. Great Britain
1995	Cenepa War	Peru v. Ecuador

MARES, David. *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America* (New York: Columbia University Press, 2001), p. 33.

## 2 – Lista das atuais disputas entre Estados Latino-americanos

TABLE 2.7 Interstate Disputes in Contemporary Latin America

Countries	Issue
<b>Major Disputes</b>	
Guatemala-Belize	Border Demarcation
Honduras-El Salvador	Implementation of Interamerican Court of Justice decision on border demarcation; migration
Honduras-El Salvador-Nicaragua	Maritime demarcation in Gulf of Fonseca; depletion of fisheries
Honduras-Nicaragua	Maritime demarcation in Atlantic; migration
Nicaragua-Costa Rica	Border demarcation; migration; transit rights in San Juan river
Nicaragua-Colombia	Territorial dispute over San Andres & Providencia Islands
Colombia-Venezuela	34 points on border in dispute; migration; guerrillas; contraband, including but not limited to drugs
Venezuela-Trinidad & Tobago	Maritime boundaries; natural resources
Haiti-Dominican Republic	Migration, border demarcation
Ecuador-Peru	Border demarcation (resolved 1998)
Bolivia-Chile	Territorial dispute: outlet to the Pacific
<b>Minor but Active Disputes</b>	
Chile-Peru	Final implementation of 1929 treaty covering Peruvian access to Chilean port at Arica
Panama-Colombia	Guerrilla incursions into Panama
Colombia-Costa Rica	Territorial sea in the Pacific
Antarctica (12 countries)	Treaty puts national claims on hold
Argentina-Great Britain	Malvinas/Falklands, Georgias & Sandwich Sur
United States-Cuba	US naval base in Guantanamo

Source: Francisco Rojas Aravena, "America Latina: Alternativas y Mecanismos de Prevencion en Situaciones vinculadas a la Soberania Territorial," in *Paz y Seguridad en las Americas* October 14, 1997, p. 4; U.S. Department of Defense, *United States Security Strategy for the Americas* Washington, DC September 1995 pp. 12-14 and my own research.

Fonte: MARES, *op.cit.*, 2001, pp. 45-46.

## Bibliografia

ALEXANDRE, C. e PINHEIRO, F. *Além do Fato: Integração energética sul-americana*. JBONLINE, 18 de julho de 2005.

ARDILA, Martha., RAMIREZ, Socorro e CARDONA, Diego. (Org.). *Colombia y su política exterior en el siglo XXI*. Bogotá: Editorial CEREC, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: UNESP, 1994.

BAYLIS, John & WIRTZ, James & COHEN, Eliot & GRAY, Colin. *Strategy in the Contemporary World: An introduction to Strategic Studies*. Oxford-UK: Oxford University Press, 2006.

BOOT, Max. *La Nueva forma estadounidense de hacer la guerra*. Foreign Affairs (em Espanhol). México: ITAM, julho/setembro 2003, p.p. 29-44.

BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 2003.

CÂMARA, M. A. ; HEIDRICH, A. L. *Identidades socioterritoriais na Bolívia: o território e as identidades na gênese das estratégias de luta dos novos (?) movimentos sociais bolivianos*. 2006. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 4.ed. Zahar editores, 1977.

CARR, Edward, *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ed UnB, 1980.

CEPIK, Marco A. C. *Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilema de Institucionalização*. Rio de Janeiro. IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Doutorado em Ciência Política, 2001

CEPIK, Marco. *Segurança na América do Sul: traços estruturais e conjuntura*. Análise de Conjuntura OPSA. Rio de Janeiro, v. 1, p. 1 - 11, 15 ago, 2005.

CEPIK, M.; RAMIREZ, S.: *Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: primeras aproximaciones*. Bogotá: FESCOL/IEPRI. 2004. .

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: UNB, 2002.

CLANCY, Tom. *Fighter Wing, A Guided Touro f na Air Force Combat Wing* , 2004, p 423. (Não ficção).

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_ *On War* (Da Guerra) – Tradução do alemão de Michael Howard & Peter Paret, Princeton University Press, 1976/84

**CLARKE**, Richard. *Contra Todos os Inimigos*. São Paulo, Editora Francis, 2004

**CORDESMAN**, Anthony H. *Preliminary “Lessons” of the Israeli-Hezbollah War*. Washington-D.C. CSIS - Center for Strategic and International Studies, 2006.

**DIETERICH**, Heinz. “*Bolivia: el poder se desplaza hacia las Fuerzas Armadas*”. Disponível em: <[http://kaosenlared.net/noticia.php?id\\_noticia=44222](http://kaosenlared.net/noticia.php?id_noticia=44222)>.

**DINIZ**, Eugênio. *O Brasil e a MINUSTAH*. Security and Defense Studies Review, Vol. 5 N.º 1, Spring 2005, pp. 90-108. Disponível em: <[http://www.ndu.edu/CHDS/journal/PDF/2005/Diniz\\_article-edited.pdf](http://www.ndu.edu/CHDS/journal/PDF/2005/Diniz_article-edited.pdf) >

**DUNNIGAN**, James F. *How To Make War: A Comprehensive Guide To Modern Warfare in The 21st Century*. 5.ed. New York: Quill, 2003.

**ESG**. *Manual Básico/Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1993

**FOSS**, Christopher. *Tanks and Combat Vehicles Recognition Guide*. Londres: Harper Collins Publishers, 2002.

**GUNSTON**, Bill. *Aviões de Espionagem: Sistemas e Aeronaves de reconhecimento*. São Paulo, Nova Cultural, 1991.

**HARDT**, Michael & **NEGRI**, Antonio – *Império*, São Paulo: Record, 2001.

**HERZ**, Daniel K. (2006) “*A escolha do padrão é uma inversão inaceitável*”. E-Fórum entrevista Daniel Herz. E-Fórum nº 100, de 13/5/2006, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC. Disponível em: <[http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont\\_key=49590](http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=49590)>

**IISS** - *The Military Balance 2007*

**JANES's**, *Tank Recognition Guide* 2nd ed. 2000

**JANES's** *Strategic.Weapon.Systems.2003*. [web.edition]

**LORCH**, Carlos. *O PRINCIPAL VETOR: O Caça A-1 na Força Aérea Brasileira*. In.: *Revista Força Aérea*. Ano V. nº 18, Mar/Abr/Mai 2000.

**MAILER**, Norman. *O Fantasma da Prostituta*. Editora Best Seller, publicado originalmente em 1991.

**MARES**, David. *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America* (New York: Columbia University Press, 2001)

**MANTOVANI**, Maria da Graça Hahn. *Tribunal Sul-Americano: Uma Concepção Cibernética de Integração*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2006, 283 p. Dissertação, Mestrado em Relações Internacionais.

**MARREIRO**, Flávia. *Bachelet quer tirar verba milionária de militares chilenos*. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/zz/al\\_ch\\_arms\\_1.htm](http://www.defesanet.com.br/zz/al_ch_arms_1.htm)>. Acesso em 15 abr. 2007.

**MIDLARSKY**, Manus. *Handbook of War Studies II*. Ann Arbor-MI, University of Michigan Press, 2000.

**Monitor Eleitoral**, Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ <[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/9\\_monitoreleitoral\\_Monitor\\_Eleitoral\\_05.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/9_monitoreleitoral_Monitor_Eleitoral_05.pdf)> (01/11/2007).

**PASCAL**, Blaise. Pensamentos. In: PARRAZ, Ivonil. *O disfarce da força*. Kriterion, Belo Horizonte, v. 47, n. 114, 2006.

**PARRAZ**, Ivonil. *O disfarce da força*. Belo Horizonte: Revista Kriterion, v. 47, n. 114, 2006.

**PARET**, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

**PROENÇA Jr.**, Domício. *Indústria Bélica Brasileira: Ensaio*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos / Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 1994.

**PROENÇA Jr.**, Domício. **DINIZ**, Eugênio. **RAZA**, Salvador Ghelfi. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ltda, 1999.

**QUIROGA**, Antonio Aranibar. *A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI*. In: *Cadernos Adenauer* - Política externa na América do Sul. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nº 07, 2000. pp.135-157.

**SCHILING**, Voltaire. *Bolívia: tirania e revolução*.

Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/2003/10/20/000.htm>>. Acesso em 27 set. 2007.

**SCHOULTZ**, Lars. *Estados Unidos – Poder e Submissão*. Bauru: EDUSC, 2000.

**SPRINZ**, Detlef F. / **WOLINSKY**, Yael (Eds.) (2004): **Models, Numbers, and Cases. Methods for Studying International Relations.** – Ann Arbor: The University of Michigan Press.

**TILLY**, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992.* São Paulo:USP, 1996.

**TORRES**, J. e **ROSPIGLIOSI**, Fernando. *El Día que Llegamos a Tiwinza. El "Miércoles Negro" para el invasor ecuatoriano.* In: Revista Caretas. <<http://giants-ofcenepa.4t.com/tiwinza1.html>> (20/11/2007).

**TRINDADE**, Hélió. **Brasil em Perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada.** In MOTA, Carlos Guilherme (org). *A Viagem Incompleta (1500-2000) A Experiência Brasileira A Grande Transição.* São Paulo, Editora SENAC, 2000

**VALENCIA**, León. *Drogas, conflito e os EUA: a Colômbia no início do século.* Estudos Avançados. 2005, vol. 19, no. 55 [cited 2007-11-12]

**VALENTE**, Leonardo. **Asfixia Energética: Tensão na América do Sul:** Separatistas se armam na Bolívia: Grupo que exige autonomia para região rica do país tem milícias com 12 mil homens ' Ou mais autonomia, ou independência' *O Globo* 29 Abril 2007. <[http://www.defesnet.com.br/zz/al\\_bol\\_br\\_7.htm](http://www.defesnet.com.br/zz/al_bol_br_7.htm)> (15/05/2007)

**VAN EVERA**, Stephen: *Guía para estudantes de Ciencia Política.* Barcelona, Gedisa, 2002.

**VIDAL**, GORE *Sonhando a Guerra* Autor: São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

**WILDEGGER-GAISSMAIER**, Anna. *Aspects of thermobaric weaponry.* ADF Health. Vol. 4, number 01, 2003.